



CONCEIÇÃO APARECIDA COSTA AZENHA

**CASO E ESCRITA: O QUE NÃO CESSA DE NÃO SE
ESCREVER**

CAMPINAS

2013



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CONCEIÇÃO APARECIDA COSTA AZENHA

CASO E ESCRITA: O QUE NÃO CESSA DE NÃO SE ESCREVER

Orientadora: Profa. Dra. Nina Virgínia de Araújo Leite

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do título de doutora
em Linguística.**

CAMPINAS

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

AZ23C Azenha, Conceição Aparecida Costa, 1967-
Caso e escrita: o que não cessa de não se escrever /
Conceição Aparecida Costa Azenha. -- Campinas, SP : [s.n.],
2013.

Orientador : Nina Virgínia de Araújo Leite.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Lacan, Jacques, 1901-1981. 2. Escrita - Estudo de casos.
3. Negação (Linguística). 4. Negação (Psicanálise). I. Leite, Nina
Virgínia de Araújo, 1950-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The clinical case and writing: that which does not cease not to be written.

Palavras-chave em inglês:

Lacan, Jacques, 1901-1981

Writing - Case studies

Negation (Linguistics)

Negation (Psychoanalysis)

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutora em Linguística.

Banca examinadora:

Nina Virgínia de Araújo Leite [Orientador]

Suely Aires Pontes

Maria Viviane do Amaral Veras

Michele Roman Faria

Flávia Trocoli Xavier da Silva

Data da defesa: 06-02-2013.

Programa de Pós-Graduação: Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

Nina Virgínia de Araújo Leite

Nina Virgínia de Araújo Leite

Suely Aires Pontes

Suely Aires Pontes

Maria Viviane do Amaral Veras

Viviane Veras

Michele Roman Faria

Michele Roman Faria

Flávia Trocoli Xavier da Silva

Flávia Trocoli Xavier da Silva

Maria Rita Salzano Moraes

Edmundo Narraci Gasparini

Silvana Matias Freire

IEL/UNICAMP
2013

A Evandro
por me abrir o peito e sempre me acumular de amor.

A Fabio e Juliana
Por me permitirem me ver no espelho quebrado.

Aos meus pais
por (quase) tudo.

AGRADECIMENTOS

São tantos. E sempre serão tão poucos face ao que merecem aqueles a quem me dirijo.

À **Nina** pelo lugar, pelo embalo que me possibilitou o despertar, pelo alimento na medida certa, nem mais, nem menos: preciso. O que precisei. Por permitir meu gatinhar, meus primeiros passos e minha corrida final. Pela grandeza de sua escuta. Pela delicadeza de seus cortes, sempre muito afiados e também pelo bálsamo na dor;

À **Viviane Veras** por *ver*; *por vir* me dizer o que eu escrevo a tempo, em tempo, fora do tempo; pelo rigor da correção, pelos comentários que iluminam o texto, pelas risadas, pelo enorme prazer da convivência e por me deixar sempre a desejar.

À **banca examinadora**: pela participação, disposição e disponibilidade na leitura do trabalho em um tempo preci(o)so.

À **Maria Rita Salzano**, pela leitura, pela generosidade do apoio incondicional, por abrir meus olhos para aquilo que eu não via.

À **Cláudia de Lemos** e à **Maria Fausta P. Castro** pela contribuição à minha formação acadêmica durante suas aulas e pela leitura e comentários durante o Exame de Qualificação de Área.

À **Vera Colucci**, querida, por todos os bastidores. Pela amizade terna, fraterna, eterna... A **Terence Hill** pela tradução do que é ser amigo.

Aos amigos do Centro Outrarte: a **Eliana Benguela**, pela delicadeza das discussões, a **Luigi Barichello**, por manter-me de pé, a **Sonia Maria Rodrigues** e a **Rita Bonança**, pelos socorros prestados, a **Flávia Trocoli** pela intensidade, a **J. Guillermo Milán-Ramos**, pela tradução, a todos os outros pelo privilégio da convivência e diálogo na universidade.

A **Leandro Diniz** pela parceria renovada.

Aos psicanalistas e amigos de Piracicaba: A **Márcio Mariguela**, pela escuta. A **Erico Campos, Alberto Guerreiro e Edson O. Castro** pelos caminhos abertos. A **Luiz Antonio Calmon Nabuco Lastória**, pelo diálogo e à **Virgínia Camilotti**, pela escuta atenta de minha narrativa na época do início do doutorado que me possibilitou uma leitura importante em seu final.

Aos compadres e amigos de casa – **Wal e Marco Azenha, Ana e Abrão Abrahão, Maíza Passoni, Neuzete e Ederson Conti, Jane e Marcelo Andrade, Zoila e Valdir Gonçalves, Tereca e Xiquita** – pelo baralho, pelo violão, pelas intervenções gastronômicas pelas tampas caídas que viraram festa, pelo vinho, pelo sol e pelo inverno.

Para **Ednilson e Edilaine Gracioli e José Renato Polli**, pela amizade de uma vida inteira que resiste ao tempo e à distância.

Aos **funcionários e secretários da Coordenadoria de Pós Graduação e da Biblioteca** do IEL: perfeitos, afeitos, desobstruem o trabalho acadêmico naquilo que a burocracia poderia ser obstáculo.

Ao **IEL** – Instituto de Estudos da Linguagem – da Unicamp pela formação.

Aos **meus pais**, pela vida, pela fé.

E, principalmente, a **Evandro, Fábio e Juliana**, meus amores, pelo exercício de tolerância e presença amorosa.

*¿Quién canta en las orillas del papel?
Inclinado, de pechos sobre el río
de imágenes, me veo, lento y solo,
de mí mismo alejarme: oh letras puras,
constelación de signos, incisiones
en la carne del tiempo, ¡oh escritura,
raya en el agua!*

(Arcos – Octavio Paz)

RESUMO

O presente trabalho propõe sustentar teoricamente uma diferença mínima entre negação como mecanismo de defesa e negação gramatical/linguística na análise de um caso clínico. A estratégia adotada foi a de trazer esse caso convocando para sua discussão teorias linguísticas e psicanalíticas. Nesse sentido, diferenciar caso de vinheta clínica a partir do conceito de *não-todo* de Jacques Lacan foi determinante para a escolha de percurso realizada, para que a divisão do sujeito pelo inconsciente e seus efeitos para uma transmissão pudessem ser contemplados. O “não saber ler”, demanda da paciente que levou à indicação de um tratamento, foi problematizado levando em conta os conceitos de sintoma e inibição na sua relação com a função intelectual e o processo afetivo freudianos. As considerações finais apontam para o que se escreve e o que não se escreve na/da clínica, quando se analisa um relato de caso.

Palavras-chave: Escrita - Estudo de casos; Negação (Linguística); Negação (Psicanálise); Lacan; Não-todo.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze a clinical case by theoretically expounding on the minimal difference between *negation* as a defense mechanism, and grammatical/linguistic *negation*. The strategy used is to discuss the case in the light of linguistic and psychoanalytic theories. It was essential to choose a path whereby the division of the subject by the unconscious and its effects for transmission could be considered. To this end, a distinction was made between cases and clinical vignettes, based on Jacques Lacan's concept of *not-whole*. The demand behind the patient's being referred for treatment was "not knowing how to read." This demand was questioned, taking into account Freud's concepts of symptom and inhibition in their relationship with intellectual function and the affective process. The final considerations point to what is written and what is not written, in and about the clinic, when one is analyzing a case report.

Keywords: Writing - case study, negation (linguistics), negation (psychoanalysis), Lacan, "not-whole".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3

CAPÍTULO 1 - Não sem uma relação com a verdade 7

- 1.1. Como se apresenta a questão 7
- 1.2. Fragmentos de uma análise e construção de um caso clínico 10
- 1.3. Narrando um caso 14
- 1.4. Efeito de significante 34

CAPÍTULO 2 - A divisão entre enunciado e enunciação: o que *isso* quer dizer 41

- 2.1. Enunciado e enunciação 41
- 2.2. Benveniste e o aparelho formal da enunciação 44
- 2.3. A contribuição de Foucault 50
- 2.4. A barra que divide enunciado de enunciação 53

CAPÍTULO 3 – O que se passa de/em um caso 59

- 3.1. Psicanálise e escrita de caso 59
- 3.2. Problematizando a escrita de casos 63

CAPÍTULO 4 – O trabalho do Não: abordagens da negação 81

- 4.1. Uma primeira diferenciação: Benveniste 82
- 4.2. Negação e polifonia: a não unicidade do sujeito falante, de Ducrot 87
- 4.3. A negação e o sujeito dividido pelo inconsciente 97
- 4.4. Dois tipos de negação: por contrariedade e por contradição 101
- 4.5. A negação em dois fragmentos de casos clínicos: Dora e Terezinha 103
 - 4.5.1. Dora 103
 - 4.5.2. Terezinha 107

CAPÍTULO 5 - Função intelectual e processo afetivo 111

- 5.1. Recalque e negação: a estruturação psíquica por defesa 111
- 5.2. Função intelectual e processo afetivo na teoria freudiana 112

O QUE CESSA DE NÃO SE ESCREVER 123

- Escrita *Não-toda* 123
- Hieróglifos do sintoma e enigmas da inibição: questões que ficam 126

REFERÊNCIAS 133

INTRODUÇÃO

A *Verneinung* freudiana dá visibilidade ao paradoxo em jogo na negação, a saber, que *o princípio do dizer verdadeiro é a negação* (Lacan, 1977¹) e é na experiência clínica que se é forçado a reconhecer uma disjunção entre pensamento e afeto. Poder sustentar teoricamente a diferença entre esse mecanismo de defesa e uma negação gramatical/linguística é a tentativa deste trabalho. Nesse sentido, trazer um caso clínico pode fornecer elementos disparadores para uma reflexão que convoque os campos da linguística e da psicanálise.

Que mistério envolve a escrita? Como um corpo falante, em seu mistério real, torna-se um corpo que escreve? Essas questões me ocupam há algum tempo... já a pesquisa em torno delas iniciou-se em um curso de especialização, encorpou-se no mestrado e intensificou-se no doutorado. Muitas questões ainda restam. Várias foram as descobertas, as surpresas, reconhecimentos e desconhecimentos.

Uma hipótese se mantém firme e comum durante todo esse percurso: o inconsciente escreve. A leitura e a escrita, quando ocorrem, podem ser consideradas verbalizações do que já estava escrito, cifrado pelo inconsciente, esperando para ser lido com a escrita que permitirá ou não decifrá-lo. Hipótese que remete à descoberta freudiana, o inconsciente pôde ser escrito de outro modo pela escrita de Lacan.

O inconsciente escreve: essa é a hipótese que tem se mantido no percurso de minha pesquisa e que tem sido atualizada, de maneira singular, em cada caso clínico, em cada corpo falante. O trabalho que se segue é tributário de um esforço de teorização a partir de uma experiência. Como tal, tem a tarefa de conjugar/articular *escrita, inconsciente e sexualidade*, indicando as relações entre os conceitos teóricos e uma clínica em sua práxis.

¹ Seminário 24, inédito. Sessão de 10 de maio de 1977.

O ponto de partida é a apresentação de um caso clínico ao leitor. Longe de ser o *verde da vida*, sobre cujo trabalho a cinzenta teorização pretende se debruçar, o caso clínico comporta o analisante, o analista e a hipótese teórica que sustenta suas intervenções. Nesse momento, indicar a relação com a verdade pelos efeitos significantes derivados da construção/desconstrução dos fragmentos de uma análise, agenciados por sua narrativa foi o objetivo do primeiro capítulo.

O inconsciente escreve e se re/vela em suas formações: chistes, atos falhos, esquecimentos, sintomas e sonhos. Formações que estão no campo de linguagem, mas que a psicanálise como tal, naquilo que pretende operar como “agente de cura, de formação ou de sondagem, [...] dispõe apenas de um meio: a fala do paciente” (Lacan, 1998, p. 248). A faculdade da fala – algo nada natural ao ser humano – é efeito de uma estruturação subjetiva a partir do Outro e, nesse sentido há uma divisão entre o que se enuncia e o ato de enunciar, entre enunciado e enunciação. Freud abordou a negação como um momento privilegiado para indicar a origem do pensamento, evidenciando que o recalque opera uma disjunção do pensamento com o afeto, cujo efeito, com Lacan, pode-se afirmar, evidencia a divisão entre enunciado e enunciação.

Problematizar a escrita de caso, diferenciando-a de uma vinheta clínica não poderia ser economizado no presente trabalho, haja vista que o caso não comparece aqui como ilustração da teoria, mas como aquilo que a interroga. “O sujeito que se deduz da linguagem e de sua incidência em um corpo não é algo que possa caber no conceito, nem sequer de sujeito” (Le Gaufey, 2007, p. 11). Nesse sentido, percorrer o quadrado lógico que indica as relações entre as proposições universais e particulares e a subversão lacaniana desse esquema aristotélico foi a estratégia adotada.

A análise dos enunciados feita por uma psicanalista é radicalmente diferente da análise feita por um linguista, embora a partir de uma ‘*mesma*’² materialidade: o texto (oral

² A materialidade de um texto, para a linguística, não permite concluir que o significado seja efeito do significante.

ou escrito). Uma diferença mínima que remete à não unicidade do sujeito falante foi esboçada no quarto capítulo, a partir da articulação entre a negação (*Verneinung*), a teoria de Benveniste e a teoria polifônica de Oswald Ducrot: a linguística pode tentar fazer mais uma vez o que a psicanálise não faz: classificar os enunciados, criar taxonomias... Diante da impossível tarefa “de reunir sob o mesmo conceito de *negação* todos os tipos de negações que existem” (Lacan [1972-73]2008b, p. 39), o esforço concentrou-se em articular a negação por contrariedade e por contradição e suas implicações para a dialética psicanalítica.

As considerações finais apontam para o que se escreve e o que não se escreve na/da clínica. O “não saber ler” que levou à indicação de um tratamento comparece como sintoma ou como inibição para um sujeito? Na contingência da clínica, um sujeito que não lia, pôde ler. Só que o que disso se escreve não tem nada a ver com aquilo que disso se lê.

CAPÍTULO 1

NÃO SEM UMA RELAÇÃO COM A VERDADE

Não-sem

A angústia não é sem objeto. Nós não somos sem uma relação com a verdade.
Jacques Lacan

1.1 – COMO SE APRESENTA A QUESTÃO

Escrever, pois, é sempre reescrever, não difere de citar.
Antoine Compagnon

“Há um objeto primeiro, colocado diante de mim, um texto que li, que leio; e o curso de minha leitura se interrompe numa frase. Volto atrás: re-leio”. Em uma prazerosa companhia do livro “O trabalho da citação”, de Antoine Compagnon (1996), encontro essas palavras na página 13, número que corresponde também a este novo ano que se inicia; recorto essas palavras como se fossem minhas. De fato, agora, elas o são, pois “o fragmento escolhido converte-se ele mesmo em texto, não mais fragmento de texto” (idem).

Repito-as, recortando-as, colando e chuleando de outro modo: havia um texto que li e no qual minha leitura se interrompeu numa frase. Volto e re-leio. Essa foi a experiência de re-ler uma frase de minhas anotações de um caso clínico e de entender que uma leitura não “monótona nem unificadora” pode fazer “explodir o texto”, desmontando-o, dispersando-o, tomando-o como um enunciado *sui generis* a partir do qual se torna possível estruturar uma tese acadêmica.

Foucault, em *A arqueologia do saber*, ao empreender a difícil tarefa de definir um *enunciado*, menciona que “[u]m enunciado existe fora de qualquer possibilidade de reaparecimento” (2008, p.101). Esse caráter absolutamente singular destacado pelo filósofo francês é, de fato, o material mais precioso em uma psicanálise e, dado que “a relação que

mantém com o que enuncia não é idêntica a um conjunto de regras de utilização” (idem), discutir *um* enunciado permite colocar em questão vários pontos da teoria.

É a partir de um enunciado de uma paciente em análise que o presente trabalho se coloca. Há aqui, portanto, um paradoxo inarredável, pois conforme lembra Foucault, mesmo se uma formulação idêntica ao enunciado de uma paciente reaparece na escrita de uma tese, se as mesmas palavras são utilizadas, em suma, a mesma frase é utilizada, não se trata mais do mesmo enunciado mas, neste caso, trata-se de um narrador que, de maneira direta, cita-o. Ao fazer uma citação, numa “ilusão de uma coincidência entre a solicitação e a excitação” (1996, p. 32), o narrador cria em seu texto *um corpo estranho*, porque *a desloca por extraí-la, mutilá-la e desenraizá-la de seu texto original*, conforme observa Compagnon (idem, p. 13ss).

O título com o qual abro este trabalho não tem nenhum caráter normativo, ou seja, não pretendo dizer qual a maneira ideal de se apresentar uma questão. Pelo contrário, o que pretendo é circunscrever aquilo que não se transmite facilmente de uma vivência clínica para uma argumentação teórica. Há uma vastidão de temas que se colocam nesse caminho cujo volume e caráter colocam uma impossibilidade à escrita do caso, caso com ela pretenda-se abarcar totalmente o vivido. No entanto, a impossibilidade não pode ser confundida com a impotência, assim, uma experiência³ humana convoca e provoca, além de uma inquietação, a necessidade de teorizar; necessidade que, no âmbito acadêmico, pode se transformar em uma tese. Ou não.

Apostando na primeira hipótese, importa esclarecer que algumas questões teóricas surgiram ainda durante o curso de doutorado⁴. Na época, lembrei-me de um enunciado de uma paciente, lembrança que fomentou um trabalho de conclusão daquela disciplina.

³ Interessante o que Gagnebin (2011) lembra sobre a palavra “experiência” no idioma alemão [*"Erfahrung"*]: “alude, pelo radical *fahr*, de que também deriva *"fahren"*, viajar, atravessar um país- à temática da viagem e da passagem por provações, à viagem da vida ou do pensar (na *"Fenomenologia do Espírito"* de Hegel), travessia exemplar que pode ser retomada e dita pela atividade narradora”.

⁴ Especificamente na disciplina Seminário Temático em Análise do Discurso, durante o primeiro semestre de 2009, ministrada pela professora Nina V. A. Leite. O texto privilegiado na disciplina foi “A negativa” (*Die Verneinung*), de Freud.

Logo depois do término desse curso, rescindi meu contrato de trabalho em um hospital e, ao retirar meus arquivos de lá, destacando-os dos prontuários oficiais da instituição para entregá-los a outro psicólogo que iria me substituir, deparei-me com minhas anotações de um caso que trazia um enunciado negativo em destaque e entre aspas: “não tenho uma história”. Evidentemente, as aspas e o grifo não eram *da* paciente, mas daquilo que pude escutar de sua fala e demonstrá-la daquele modo na escrita.

Esse achado articulou-se, na época, com a solicitação feita pela professora da referida disciplina do doutorado: que escrevesse mais sobre a relação representação/afeto. A conjunção de ambas as fontes impulsionaram-me a retomar os fragmentos da análise daquele caso, sob a forma da seguinte questão: se nem toda negação gramatical revela ser uma negação⁵ no sentido freudiano (*Verneinung*), então deve ser teoricamente possível estabelecer entre elas uma diferenciação mínima.

A escrita desta tese formula-se em torno dessa questão e de sua articulação com os fragmentos de análise de um caso clínico, mobilizando, para isso, uma teoria, no caso, a semântica argumentativa⁶, em conexão com o texto freudiano sobre a negação e suas implicações para as teorias sobre a aquisição da escrita.

Parto, então, da apresentação dos fragmentos de análise de um caso, como um dos elementos que causam esta reflexão, para que deles se possam extrair alguns desdobramentos e outras problematizações para o campo das teorias sobre a linguagem e para o campo da psicanálise.

⁵ Adotarei o termo ‘**negação**’ para traduzir *Verneinung*, por concordar com os argumentos de tradução de Marilene Carone (1983, p.126), principalmente aquele em que a tradutora menciona sua fidelidade à Freud no que respeita à sua preferência em “ficar em contato com o modo popular de pensar”, recuperado por ela a partir do texto “A questão da análise leiga”, escrito por Freud em 1926 (contemporâneo ao texto *Die Verneinung*, de 1925).

⁶ A razão dessa escolha deve-se ao curso de Introdução à Semântica durante meu mestrado, no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); durante esse curso foi estudado um artigo do autor que faz referência à negação freudiana. Além disso, como mencionado na página 39, o interesse pelo autor deve-se ao fato de Ducrot filiar-se à parte da linguística caudatária da retórica e, por isso, foi também indicado pela banca no exame de qualificação de área, no doutorado.

1.2 – FRAGMENTOS DE UMA ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE UM CASO CLÍNICO

Freud não era um escritor de casos. Tal é a afirmação enfática de Porge (2007, p.31). O primeiro de seus argumentos para isso é que o relato de caso não tem apenas a finalidade de transmitir uma verdade, mas também um saber. Freud se serve de seus casos para fundar a teoria psicanalítica e estabelecer um campo e um saber científico até então inédito.

Ao contrário do poeta cuja arte é *velar*, Freud, com seus casos, visa *revelar* o inconsciente – como lembra Porge (idem, p. 35) – Lacan, em *Radiofonia*, afirma que Freud faz linguística ao retomar o inconsciente em funcionamento “da tábula rasa em cada caso” – ainda que ninguém veja isso (2003, p. 431-32). Essa posição marcada por Porge a partir da visada de Lacan é aqui fundamental e será retomada adiante⁷.

Freud nomeia “Fragmento da análise de um caso de histeria” o célebre *Caso Dora*. Note-se, portanto, que a despeito da celebridade ulteriormente alcançada, não se trata da abordagem completa de “um caso”, mas de “fragmentos de análise”. Freud o designa desse modo em função de a análise não ter chegado a seu término pelo fato de a paciente tê-la interrompido antes da meta prevista e, por isso, segundo o autor, não ter havido possibilidade de uma completa elucidação do caso, uma vez que muitos de seus aspectos não foram sequer abordados e outros permaneceram com esclarecimento incompleto.

No entanto, ao ler atentamente o Caso Dora, é possível perceber que, para além de uma não finalização da análise da paciente em questão, o termo *fragmento* ainda aponta, por um lado, para a inclusão do ponto de vista do autor e de sua técnica analítica na escrita de *seu* recorte do caso e, por outro, para um encontro com a verdade, que emerge dos fragmentos de lembranças, nas lembranças encobridoras e nos fragmentos de sonhos relatados.

Assim, em suas *notas preliminares* à escrita do caso Dora, Freud tece comentários preciosos a respeito da dificuldade de uma escrita de caso (desde a necessidade

⁷ No Capítulo 3 - O que se passa do/no caso

do cuidado na escolha do caso e dos dados a relatar para não revelar a identidade do paciente até às questões da quantidade de material produzido). Nesse sentido, esclarece que a técnica da associação livre – finalmente adotada por Freud pelo reconhecimento de sua superação em relação às técnicas anteriores – tem por consequência produzir no paciente uma fala em que “tudo o que se relaciona com a solução de determinado sintoma emerge em fragmentos, entremeado com vários contextos e distribuído por épocas amplamente dispersas” (Freud [1905a]2006, p.23).

O cuidado de Freud ao iniciar o relato indica, no mesmo ato, o que impede e o que impele a sua escrita: usar suas próprias palavras figura como obstáculo à transposição do caso; por outro lado, a escrita do caso configura-se como um dos gestos do psicanalista em seu dever de transmissão da psicanálise. Nessa direção, a escrita de Freud encontra na formulação de um “arqueólogo consciencioso” (idem, p.24) os movimentos de desconstrução do material clínico e de sua re-construção/restauração para *construir* o caso.

Vê-se que, pela natureza da técnica psicanalítica – a associação livre –, a fala do paciente retoma o sintoma em um emaranhado de acontecimentos em distintas épocas, raramente evocados por ele de modo linear ou respeitando uma cronologia. Por outro lado, Freud reconhece que para transmitir o caso, tem que abrir mão da tarefa de fundamentar as regras técnicas da psicanálise em favor da *demonstração* “da estrutura íntima da doença neurótica e o determinismo de seus sintomas”. A demonstração, como tal já é, portanto, o ponto de vista de Freud.

Neste ponto, De Lemos (2009, p 202, **negrito acrescentado**) lembra que Schor (2000)

em seu artigo sobre o detalhe em Freud, o vê como herdeiro de uma tradição clínica e cultural que cultivava o detalhe. Segundo a autora, o culto do detalhe seria de algum modo a sombra projetada do culto votado ao **fragmento** e, se às vezes os dois termos são sinônimos em Freud, seus destinos são divergentes. O fragmento remete ao modelo arqueológico que visa à reconstrução, enquanto o detalhe, fincado no aqui/agora, remete à interpretação.

O par construção-desconstrução dá-se a ver em um caso clínico: pelo lado do

paciente, a associação livre leva à desconstrução dos eventos em uma ordem lógica-temporal. Em favor de uma lógica significativa, tal desconstrução possibilita uma nova construção que, dialeticamente, evoca outros fragmentos. Pelo lado do analista, o par desconstrução-construção opera na mesma direção; no entanto, seu trabalho, implicado por seu desejo, difere daquele do paciente tanto na condução do tratamento quanto na escrita do caso.

Nos fragmentos de uma análise que virão a seguir, um detalhe curioso pode ser notado, a saber, algumas semelhanças com o caso Dora. A primeira dessas semelhanças diz respeito ao fato de sua escrita só ocorrer após quatro anos de seu atendimento e fora da cidade em que o atendimento se realizou de fato; outra semelhança encontra-se no fato de que se trata de uma psicanálise interrompida pela paciente e, finalmente, a hipótese diagnóstica com que trabalho também é a de histeria, como no caso Dora. A semelhança aqui revelada, entretanto, não era evidente à época em que houve o atendimento à paciente em questão. Tal co-incidência só se revelou a partir de uma releitura simultânea do caso Dora – para fins de minha prática docente – e da escrita deste trabalho.

A similaridade entre alguns aspectos do caso que será apresentado e o Caso Dora, entendo, ratifica tanto as dificuldades em transmitir a clínica psicanalítica – já mencionadas por Freud – quanto sua descoberta das condições invariantes do funcionamento histórico: a teoria da sedução (como evento realístico traumático ou como evento fantasmático); a perversão do adulto e da criança, a atividade pulsional que indica para uma transcendência do caráter sexual ao genital; a autonomia do funcionamento psíquico em relação ao orgânico e a produção do sintoma a partir daquilo que ficou fora de uma possibilidade de simbolização.

Um dos obstáculos que Freud encontra para escrever o caso é justamente o temor da revelação da identidade da paciente e, por isso, espera o tempo de quatro anos para publicá-lo. Não é esse o motivo da espera da escrita do presente caso clínico. De fato, o atendimento realizado só se configurou como uma possibilidade de teorização a partir dos questionamentos mencionados acima, durante o curso de doutorado e, principalmente,

devido ao encontro ocasional do material escrito em função da *demissão*⁸ de um trabalho. No entanto, ressalto que a convocação para uma discussão teórica do caso se apresentou a mim desde o primeiro atendimento realizado, pela singularidade da sua demanda e pela atipia do encaminhamento: uma senhora que se apresenta em um hospital encaminhada por um único médico que acolhe sua queixa, mas que a encaminha para o serviço de psicologia para tratar dos motivos pelos quais ela não conseguira até então aprender a ler. No entanto, para escutá-la, foi preciso *esquecer* a teoria. Esquecimento que durou quatro anos.

Se não estamos mais na época de Freud, os cuidados com a publicação de um caso permanecem os mesmos, potencializados, talvez, em nossos tempos pelo advento da rede mundial de computadores (internet): todas as teses de muitas universidades são disponibilizadas para o público em geral. Tal situação poderia complicar ainda mais a publicação deste caso pois, ao contrário de Freud, não posso fazer a economia do primeiro nome da paciente uma vez que ele tem íntima ligação com o destino do caso. No entanto, encontro ainda em Freud uma saída para lidar com essa possibilidade de revelação da identidade pelo reconhecimento da própria paciente. Nas palavras do autor:

caso a história de sua própria doença venha a cair acidentalmente em suas mãos [...] ela não saberá por este relato nada de que já não tenha conhecimento, e poderá perguntar a si mesma quem, além dela, poderia descobrir que é ela o objeto deste trabalho. (Freud [1905a]2006, p.20).

Há, porém, uma modificação na forma de tratar essa problemática na concepção de Freud. Em uma carta de 30 de junho de 1909 a Jung (carta 149F), Freud tece críticas à necessidade de modificar os dados para que a identidade do paciente seja preservada ao comentar o caso de o *Homem dos Ratos*⁹. Freud afirma nessa carta que a tarefa de descrever

⁸ Talvez só por isso tenha sido possível escrever sobre esse atendimento: pelos restos de uma experiência dessa *demissão*, desse pôr de lado, privar-se [do lat. *demissio,ōnis* 'queda, interrupção', do v. *demittere* 'fazer cair'] (Houaiss, 2002).

⁹ O editor inglês das obras de Freud indica uma dessas dificuldades ao mencionar que “Em todas as edições anteriores, refere-se uma vez ao paciente como ‘Tenente H.’ (ver em [2]) e ao ‘cruel capitão’ como ‘Capitão M.’ (ver em [3]). A fim de harmonizar essas letras com os nomes escolhidos para o ‘Registro Original’, elas foram modificadas para ‘L’ e ‘N’, respectivamente.” (Freud, [1909]2006, p. 138).

uma análise torna-se muito difícil se houver a necessidade de se modificar seus dados. Um ano depois, o eco desse comentário é endereçado ao pastor Pfister, na carta de cinco de junho de 1910:

Acho, portanto, que a análise sofre do mal hereditário da virtude. Ela é a obra de um homem decente demais, que também se sabe comprometido com a discricção. *Acontece que estas questões psicanalíticas somente são compreensíveis numa certa totalidade e minuciosidade, assim como a própria análise só anda quando o paciente desce das abstrações substitutivas para os pequenos detalhes.* A discricção é, portanto, incompatível com uma boa configuração de uma análise. A gente precisa tornar-se um mau sujeito, jogar-se fora, abandonar, trair, comportar-se como o artista que compra tintas com o dinheiro do orçamento doméstico da esposa, ou aquece o ambiente para a modelo queimando os móveis da casa. Sem tal dose de criminalidade, não há produção correta (Freud & Meng, 1998, p. 53-54, grifos meus).

Pelo que virá a seguir, não será difícil concordar que os detalhes do caso que fomentam este trabalho não podem ser suprimidos ou modificados, especialmente o nome próprio da paciente; sem esse detalhe, escrever o caso não seria apenas difícil, mas também impossível.

1.3 – NARRANDO UM CASO

Existem muitas maneiras de se narrar uma história: as melhores formas, afirma Walter Benjamin, em “O narrador...”, são aquelas que conjugam a posição do *camponês sedentário* – que conta as tradições de sua terra – com a do *marinheiro comerciante* – que encarna aquele que traz histórias de lugares distantes. No entanto, uma terceira figura é evocada por Benjamin: coube aos artífices o aperfeiçoamento da narrativa. Ao afirmar que narrar é uma arte, o autor indica ainda que essa arte está em vias de extinção, uma vez que as ações da experiência (*Erfahrung*¹⁰) estão em baixa no mundo moderno. Para quem duvidar, Benjamin dá uma indicação clara: basta olhar qualquer jornal (1994, p.197-198). Nesse sentido, o autor afirma que

¹⁰ Ver nota 3.

O primeiro indício da evolução que vai culminar na morte da narrativa é o surgimento do romance no início do período moderno. O que separa o romance da narrativa (e da epopéia no sentido estrito) é que ele está essencialmente vinculado ao livro. (idem, p. 201). A difusão do romance só se torna possível com a invenção da imprensa. A tradição oral, patrimônio da poesia épica tem uma natureza fundamentalmente distinta da que caracteriza o romance.

À literatura e à estilística literária competem, respectivamente, a arte da narrativa e ao estudo de seus estilos. Modestamente, o que se pretende aqui é realizar uma escrita de um caso em que algo se transmita e que o leitor possa indicar qual é essa ‘mensagem’. O estilo é o próprio homem, escreve o Conde de Buffon, mas Lacan acrescenta que somente se pode entender tal afirmação se a ela for acrescentado o que segue: “homem a quem nos endereçamos”. É na consideração desse acréscimo que a aposta no giro dessa transmissão se deposita: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (Benjamin, 1994, p. 201).

No entanto, uma advertência desde já se anuncia e parece permear todo este trabalho: Lacan ([1972-73]2008b, p. 43) afirma que aquilo que o sujeito do inconsciente pode ler ou aprender a ler não tem nada a ver, em caso algum, com o que se possa escrever a respeito. Dessa forma, sabe-se: arrisca-se muito quem escreve!

Pode-se relatar o fragmento do presente caso clínico de modo bastante sucinto; é possível economizar palavras e mesmo apresentar o seguinte resumo: trata-se de uma senhora de cinquenta e um anos que vem a um psicanalista com a queixa de que não aprendeu a ler ainda e, que após duas¹¹ sessões, “aprende a ler” e que, na oitava sessão, interrompe o atendimento. Um resumo dessa natureza promoveria alguma contribuição teórica? Provavelmente não.

Além disso, os efeitos de uma transmissão não podem ser apreendidos a partir desse resumo. Por isso, o relato de caso não pode fazer a economia dos detalhes e do

¹¹ Depois deste trabalho escrito, notei que aqui havia colocado “depois de seis sessões”: essa falha na escrita revela que tempo subjetivo é bastante distinto do tempo cronológico (objetivo).

contexto do atendimento: o atendimento acontece em um ambulatório municipal de especialidades, especificamente no Setor de Psicologia¹², e Terezinha é encaminhada a esse setor por um médico clínico geral que situa sua queixa como “déficit de aprendizagem e cognitivo” e indica a necessidade de “avaliação neuropsicológica”. Mesmo havendo, segundo o clínico, a necessidade de duas especialidades – neurologia e psicologia – a conduta que ele solicita é apenas uma avaliação psicológica¹³.

Nessa medida, algo de quem escreve precisa deixar rastros que marcam uma posição desejante. É nessa conjuntura que ganha destaque o comentário de Costa (2007):

sabemos que escrever é também uma maneira de “esquecer/apagar”. Podemos pensá-lo como um registro em dois tempos, pois sabemos que é do apagamento que deriva o traço como memória, como inscrição. Uma transmissão traz seus efeitos dessa combinatória que conjuga tempo e escritura.

É assim que se faz necessário relatar o fragmento da análise desse caso de outra forma, a partir do impacto de uma história vivida na clínica. No primeiro rascunho que fiz da escrita do caso para discuti-lo em sessão de orientação apenas com os dados de que dispunha de memória, relatei o que acontecera em uma única sessão como se tivessem sido seis. Considero importante deter-me nesse ponto. O que me havia me feito pensar dessa forma? Voltando aos escritos do prontuário, entendi que a primeira de suas sessões tem um volume grande de conteúdo, em que minhas anotações indicam cortes na fala da paciente

¹² Trata-se do único setor dessa especialidade no município de, aproximadamente, cinquenta mil habitantes, na época. O Setor de psicologia era composto por duas psicólogas com carga horária de vinte horas semanais: eu e uma psicóloga que trabalhava com a abordagem comportamentalista, além de uma estagiária cuja carga horária era de trinta horas semanais. As salas de atendimento eram feitas por divisórias de madeira e, por isso, era possível ouvir o que se dizia em outras salas e no corredor. Como o número de pessoas que circulavam por ali era alto, os ruídos externos à sala dificultavam bastante o trabalho de todos os profissionais que ali atendiam. O setor de psicologia tinha uma enorme lista de espera (cerca de duzentas pessoas aguardavam atendimento) e recebia os pacientes encaminhados por outras especialidades dentro do próprio hospital/ambulatório, ou encaminhados por outras instituições (escolas, conselhos tutelares) ou ainda, atendia os pacientes que procuravam diretamente o atendimento psicológico.

¹³ Importa ressaltar que a via pela qual um paciente poderia agendar um atendimento psicológico nesse ambulatório não dependia de uma consulta médica anterior. Note-se também que houve uma escuta pelo médico e um reconhecimento de que sua formação o impedia de tirar consequências do que havia escutado. Ressalta-se, portanto, a importância de um serviço psicológico – e principalmente um psicanalítico – não ficar subsumido à autoridade médica. Freud (1926) já alertava sobre isso: “Os doutores querem tornar a análise ilegal para os não médicos. A História, essa velha plagiadora, repete-se após cada descoberta. Os doutores combatem cada nova verdade no começo. Depois procuram monopolizá-la.” Disponível em <http://www.psicomundo.org/freud/bibliografia/entrevista.htm>.

e/ou minhas intervenções, mas que eu tomei como se fossem cortes de dias diferentes. Noto agora, porém, dois pontos importantes: o primeiro refere-se ao fato de que a primeira sessão, na verdade, era a segunda, uma vez que a paciente *comparece* na primeira sessão com sua falta. O outro ponto a destacar refere-se à forma como essa mulher, já na primeira sessão, desnuda-se tão rapidamente...

Foi só após o término de todo o atendimento que a conquista alcançada e a interrupção do trabalho causaram o desejo de pesquisar argumentos teóricos que pudessem colocar em cena a complexidade dos seguintes elementos: 1) o contraste entre a brevidade do tempo decorrido das sessões de análise e a travessia do deserto às letras que, tal como Moisés, dura mais de quarenta anos na sua tentativa de se alfabetizar; 2) as diferenças entre conhecimento e saber; 3) as relações entre o sujeito e a verdade que o causa e 4) o que se concebe por pensamento e as implicações para as teorias de aquisição da escrita; 5) o mecanismo da negação e suas implicações para a discussão entre enunciado e enunciação na psicanálise e em uma certa abordagem da linguagem.

Todas essas questões só puderam ser levantadas depois de terminado o período de atendimento. Foi a partir dos fragmentos do que havia escrito no prontuário da paciente que um enunciado negativo evocado pode ser reconstruído e ganhou destaque, revelando-se como uma negação (*Verneinung*):

“Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história.”

Trata-se, de um *enunciado* negativo, conforme a linguística. No entanto, se tomarmos a negação como um mecanismo de defesa tal como proposto por Freud, tal mecanismo não pode ser deduzido da análise *apenas* de seu enunciado, mas a partir do efeito de sua escuta em uma relação transferencial.

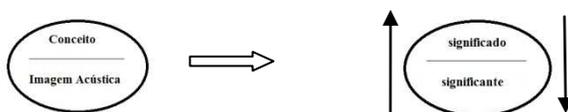
Nesse sentido, duas questões se colocam: em que posição está o sujeito do inconsciente na negação? Há uma relação entre não ter história e não saber ler? Se sim, o que impede que um sujeito *reconheça* (ou *leia*) sua própria história? Essas eram as questões que, imediatamente após seu pronunciamento, eu me fazia. Certamente, não compete ao

analista respondê-las. Nesse sentido, pedi à Terezinha que me contasse um pouco mais sobre isso.

O primeiro encontro estava marcado para uma semana antes, mas ela falta, como mencionado. Quando comparece, a palavra é dela. Vamos escutá-la: diz-se bastante envergonhada por estar ali por um motivo tão banal (segundo a opinião de várias pessoas de sua convivência) como o de não saber ler. A vergonha era devida, segundo Terezinha, à multidão de pacientes que esperava para ser atendida e, provavelmente, segundo ela imaginava, com problemas tão mais difíceis que o seu.

Pela psicanálise, é possível depreender e destacar *dois* significantes de sua fala: desejo de saber e vergonha. Significantes que, juntos, compõem uma base comum ao grande sofrimento de não ter aprendido ler durante toda sua vida e, por isso, não ter uma história, *não ser ninguém* e a falta de reconhecimento pelo Outro da grandeza de tal sofrimento.

Antes de prosseguir, faz-se necessária uma explicação: foi mencionado que *desejo de saber* é um significante e *vergonha* é outro. Tal indicação, contudo, não encontra apoio na linguística, pois sabemos que, desde Saussure, a unidade do signo linguístico é composta por uma biunivocidade da imagem acústica (significante) com um conceito (conceito):



O significante como tal, é proposto por Lacan a partir do reconhecimento dos trabalhos de Saussure certamente, mas não só: Lacan transita também pela tradição linguística promovida pelos “estoicos de onde ela se reflete em Santo Agostinho” e pelos trabalhos de Jakobson (Lacan, [1972-73]2008b, p 25): “Com efeito, o significante é primeiro aquilo que tem efeito de significado, e importa não elidir que, entre os dois, há algo de barrado a atravessar.” (idem, ibidem).

Em seu trabalho de responder à pergunta “o que é um significante”, Lacan explica que, diferentemente da fonologia, a psicanálise não pode considerar que um significante limite-se a um suporte fonemático. Lacan concorda com Jakobson quando o linguista afirma que não é a palavra que pode fundar o significante. Significante não é palavra e nem uma coleção de palavras, afirma Lacan. Recorrer à frase como tentativa de a ela fazer equivaler a unidade do significante é uma via que o psicanalista também descarta. “Por que é que damos tanta ênfase à função do significante?”, pergunta Lacan, para na sequência responder: “porque é o fundamento da dimensão do simbólico que só o discurso analítico nos permite isolar como tal.” (idem, p. 27).

Lacan não concorda com a argumentação saussuriana sobre a arbitrariedade da relação entre os elementos do signo linguístico (significado e significante). Para Lacan, trata-se de contingência: o significante, como marca do apagamento da coisa, não sabe nada quanto a seu referente, tampouco pode ser tomado como signo, como aquilo que representa algo para alguém: o significante apenas representa o sujeito para outro significante.¹⁴

Para Lacan, portanto, o significante não é necessariamente um fonema, um morfema, uma palavra, uma frase ou um texto, e sua unidade pode corresponder, paradoxalmente, a qualquer uma dessas categorias. Dito de outro modo, a unidade do significante pode ser desde uma letra até um grande texto, pois o significante é *aquilo que tem efeito de significado*, que supõe a presença de sujeito.

Nesse sentido, é unicamente por não se colocar como um interlocutor comum ao paciente que o analista se distingue ao fazer um uso outro da fala, no qual ancora o ato analítico. A fala do paciente na análise é tão mais verdadeira quanto menos se fundamenta numa adequação à coisa, pois, conforme explica Lacan,

a fala verdadeira opõe-se paradoxalmente, ao discurso verdadeiro, distinguindo-se a verdade dos dois pelo fato de a primeira constituir o reconhecimento de seus seres pelo sujeito, no que eles estão interessados nela, ao passo que o segundo constitui-se pelo conhecimento do real, tal como visado pelo sujeito nos objetos. Mas, cada uma das verdades aqui

¹⁴ Conforme as elaborações de Lacan no seminário da Identificação, especificamente nas lições de novembro e dezembro de 1961. Essa discussão será retomada no item Efeito do significante.

distinguidas altera-se ao cruzar com a outra em seu caminho. (Lacan, 1998, p. 353).

Com isso, o que aqui é afirmado é que escutar *desejo de saber* e *vergonha* daquilo que a paciente (não) fala é um ato analítico que permite colocar em jogo a substância gozante que o significante re/vela.¹⁵

Essencial para a posição do sujeito, o desejo de saber tem estreita relação com a curiosidade sexual: para Lacan ([1968-9]2008e, p.312), a revelação dessa relação é o ponto essencial da descoberta freudiana. É nesse sentido que se pode reconhecer no desejo de saber o pedido de aprender a ler para a paciente, notadamente quando a procura de atendimento não é endereçada a uma escola ou à pedagogia, mas a um campo do saber (no caso, o Setor de Psicologia) como uma demanda para uma psicanálise.

Escutando o seu sofrimento a partir da aposta de que “no contado já está o contador” (Lacan, [1964]2008a, p.28) são acolhidos os significantes que estruturam sua condição de sujeito que conta não ter história, que conta a dor que sente: é assim que ela pode dizer que queria descobrir o motivo de não ter conseguido aprender a ler, mesmo já tendo frequentado escolas regulares, de pastorais de igrejas e de ensino para adultos, além de aulas com professores particulares. Sua questão é realizada por uma pergunta que gira em torno de duas hipóteses: “será que não aprendo porque tenho um trauma ou Deus me fez assim?”. Note-se que aqui, claramente, Terezinha formula uma hipótese que, se escutada, permite sua entrada em análise.

Em sessões posteriores, informa que tal questão lhe ocorreu a partir de um diagnóstico dado por um profissional da Bioenergética que lhe diz que seu problema é de “má formação” e que, por isso, nunca iria aprender a ler, pois seria intolerante ao cálcio e derivados do leite e tais alimentos teriam “bloqueado sua mente”. Há dez anos, então, ela foi ao médico para pedir ajuda para ele porque ela não sabia ler. O médico riu e disse-lhe que ela não sabia ler porque não tinha ido à escola, ainda que ela lhe tivesse dito de suas tentativas de se alfabetizar, já adulta, em várias instituições.

¹⁵ Segundo a fórmula de Lacan: “Direi que o significante se situa ao nível da substância gozante” ([1972-73]2008b, p. 30)

Interessa apontar que descobrir o motivo de não saber ler comporta uma demanda analítica, pois seu pedido não se formula em torno de ser atendida para aprender a ler. Podendo escutar isso que sublinho de sua fala, ela reafirma o que disse antes, enfatizando que sempre quis ler a bíblia em público na igreja que frequenta e nunca pôde.

Ainda na mesma sessão, aproveitando o fato de o cenário¹⁶ favorecer uma pergunta a respeito das letras, ela responde afirmando reconhecer todo o alfabeto e, assim, emparelho as letras de madeira **B** com a letra **A** e a letra **L** com a letra **A**. Ela lê: BA, e depois, LA. Pergunto a ela o que ela leu, ela repete as sílabas, mas não atribui nenhum significado a elas, tampouco ela parece intuir que haja ali palavra; ou seja, lê sem que a imagem acústica produzida pela leitura das sílabas a remeta para o conceito de “bala”, que acabara de pronunciar de maneira desarticulada. Assim, a leitura para ela parece ser de fato impossível, já que não pode nomear ou dar estatuto de palavra a *isso* que ela sabe. Escrever era também um impedimento para ela. Da mesma forma que não lia “*bala*”, ao ser solicitada a escrever, dizia não saber escrever essa palavra.

Como se adquire a escrita é um tema que me ocupa desde o mestrado¹⁷: a partir de um caso clínico (Caso R.) de uma criança que não sabia ler (aos oito anos, já na segunda série do Ensino Fundamental) e das teorias que permitem uma conexão entre psicanálise, educação e linguística, o trabalho discutiu as questões que envolvem o processo de aprendizagem da leitura com a estruturação subjetiva. Naquele percurso, priorizei a função paterna como um operador dessa estruturação para problematizar as possíveis implicações do declínio da imago paterna na conjugação do desejo e da lei por um sujeito e o acesso ao campo do simbólico, mais especificamente, à aquisição da escrita. A opção teórica privilegiada exigiu um afastamento das psicologias evolutivas e/ou do desenvolvimento para articular a aquisição da escrita e a estruturação subjetiva. No caso clínico ali trabalhado, a questão da impossibilidade de leitura se colocava a partir de uma alienação do sujeito ao agente da função materna. Tal alienação constituía-se em uma dificuldade de o

¹⁶ Na sala de atendimento, havia brinquedos também para o atendimento de crianças, e entre eles, letras móveis.

¹⁷ AZENHA, C. A. C. *Lia: do nome ao verbo. Ou: Desejo e Leitura*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000397289>.

sujeito se sustentar como tal. Consequentemente criou-se um impasse ao seu acesso à escrita uma vez que, em função das falhas na incidência da lei pela função paterna, não se operava um corte entre o sujeito e o agente materno. Tal corte é o que permite uma produção desejante, haja vista que “a verdadeira função do pai que é essencialmente, unir (e não opor) um desejo à Lei”. (Lacan: 1998: 839).

O caso R. é flagrante de como a estrutura fechada da escola – costumeiramente pautada pela busca do aluno ideal – não pode suportar processos atípicos¹⁸ de aprendizagem, fabricando fracasso escolar ao classificar os alunos desta ou daquela maneira¹⁹.

Voltando ao caso, à sua inquietação por não saber ler, respondo à paciente que parecia que algo a impedia de juntar as sílabas e que talvez se ela juntasse o que lhe viesse à cabeça para ali dizer, poderia se tornar possível a formulação de alguma hipótese sobre o motivo de ela não aprender a ler. Diante disso, ela enuncia: “quero aprender a ler porque quem não sabe ler, não tem uma história e eu quero ter uma história.” Menciona que, por não saber ler, não tinha um trabalho bom; foi faxineira e sempre tinha medo de falar com as pessoas por não ter uma história de escola.

A incidência do sexual parece acontecer para Terezinha, de acordo com sua fala, com uma intensa rede de proibições e rivalidades acirradas por uma educação marcada pelos privilégios concedidos apenas aos meninos da casa. Terezinha é a nona filha entre doze irmãos. Sua irmã mais velha casara-se com doze anos. Conta que, aos sete anos, queria muito ir para a escola, mas era proibida pelo pai. A autorização só era dada aos meninos, pois moravam em uma fazenda e às meninas era proibido saírem sozinhas. A autorização para frequentar a escola só viria aos seus quinze anos, quando ela já namorava e, por isso, tinha vergonha de ir à escola. Por pirraça, ela impediu sua mãe de colocar a irmã (dois anos mais nova que ela) no curso de corte e costura, pois receava que a caçula – que já estava na escola na época – iria aprender tudo e ela nada.

¹⁸ Existem casos típicos? O que seriam?

¹⁹ Felizmente, R. contou com a escuta da administração escolar que pode sustentar a aposta em sua alfabetização e, com isso, o processo teve êxito: R. teve acesso à escrita, como demonstrou o texto produzido por ele espontaneamente em nossa presença.

Com muita dificuldade, tensão e choro, conta como foi violentada diversas vezes por seus irmãos, com os quais dormia, e por outro alguém – que no escuro ela não podia identificar. Relata ter sido repreendida severamente pelo pai quando ele soube que fora molestada por um vizinho, e ainda, que levou uma surra do pai quando sua mãe viu seus irmãos tendo relações sexuais com ela. No entanto, após algum tempo, teria relações com os irmãos espontaneamente; outros homens – fora da família – tentavam pegá-la, mas a partir de sua puberdade, ficou com medo de homens. Já namorando, ela tinha medo de se casar e ter que revelar esse seu segredo.

Importa ressaltar que, do ponto de vista da psicanálise, há uma estreita relação entre curiosidade sexual e o desejo de saber que mobiliza na criança a vontade de aprender, de ir à escola. Em seu artigo de 1908, “Sobre as teorias sexuais da criança”, Freud esclarece que, por volta dos três anos, a criança começa a (se) perguntar sobre a origem dos bebês, ao mesmo tempo em que inicia uma atividade de pesquisa exploratória de seu próprio corpo – masturbação – e de curiosidade sexual sobre as outras pessoas. Importa ressaltar aqui três pontos: 1) Freud considera que a questão das origens é justamente *o primeiro grande problema da vida*; 2) Essa curiosidade da criança não acontece espontaneamente, senão por uma exigência vital – a chegada vivida ou pressentida de um irmão que ameace o lugar da criança junto a seus pais; 3) que toda pesquisa, ou toda curiosidade intelectual advém de uma urgência da vida.

Recorto esses pontos para enfatizar o que Freud esclarece: 1) a questão das origens é desde sempre uma questão para os humanos e não só para as crianças; 2) a exigência vital que suscita um *empuxo para o saber* diz respeito, conforme Lemèrer (citado por Leite, 2007, p.282), ao momento específico em que a criança é confrontada com o enigma do desejo do Outro e com o insaciável de seu órgão sexual. Dito de outro modo, a curiosidade sexual, ou o desejo de saber sobre o sexual (ou desejo sexual de saber) se constitui para a criança a partir do momento em que, pela chegada pressentida ou vivida de um irmão, se lhe aparece uma possibilidade ameaçadora de perda de lugar no desejo do Outro, ao mesmo tempo em que é confrontada com a impossibilidade de saciar-se pela masturbação (seja por inacabamento orgânico ou por falta de um apoio fantasmático).

Nesse percurso investigativo, cuja fonte é o enigma da sexualidade, a criança se depara sempre com uma impossibilidade na medida em que saber sobre o gozo do Outro impede-a de gozar. Como afirma Kupfer (1997, p. 59) *se goza, não sabe e se sabe, não goza*²⁰. Tal impossibilidade leva-a a inventar um saber, segundo afirma Lemèrer (citado por Leite, idem), que é pura subjetivação da pulsão. Esse saber inventado não conta com a aprovação do Outro o que a condiciona a três destinos possíveis: *a inibição*: que limita o exercício livre da inteligência; *a compulsão*: escapando ao recalçamento, a atividade intelectual fica ligada ao gozo sempre impossível e a pesquisa está fadada à repetição do fracasso da primeira experiência; *a sublimação*: posição que escapa à inibição e à compulsão de pensar, permitindo a atividade intelectual porque se desvia do fim sexual.

O que Terezinha revela, portanto, é que aquilo que deveria estar em ausência (a relação sexual) para lhe provocar desejo, curiosidade de aprender, é vivido por ela de maneira *real*, sem que uma simbolização mínima a esse respeito tivesse condições de haver-se feito.

Ainda na mesma sessão, ela conta que seu nome completo é Terezinha [sobrenome] de Jesus, mas que só fez seus documentos aos dezoito anos, com o nome Tereza [sobrenome], o motivo da redução do nome não é explicado. Tem a impressão de não ter tido infância, nem juventude. Comenta seu estilo de não demonstrar, em suas vestes, vaidades femininas (como depilar as pernas) e, por isso, achava que os homens a consideravam uma “mulher direita”.

Sua mãe morreu quando ela tinha vinte e oito anos e ela moraria na casa do pai até os quarenta e dois anos, quando ele morreu. Somente aos quarenta e quatro anos é que se casou com alguém que conheceu em sua igreja²¹; detalhe importante: afirma que só se casou com tal homem porque ele era impotente. Sublinha que ele vendia queijos e que ela tinha problemas intestinais (fica muitas vezes sem evacuar por uma semana inteira) quando come derivados *de leite*. Ficou casada dois anos até que o marido morreu. Cansada, ela

²⁰ Em Kant com Sade ([1963]1998) Lacan afirma que gozo e saber estão irremediavelmente separados.

²¹ O nome de seu marido é um nome que lembra muito um *famoso dicionário*. A paciente conhece esse homem em um *grupo de orações*.

pede para encerrarmos a sessão. A sessão se encerra com a queixa²² transformada em demanda analítica.

O trabalho em hospital público, onde o atendimento era realizado, impunha-me a tarefa de fazer anotações durante a primeira sessão, haja vista o grande número de pacientes que atendia por dia (doze, em média) e por semana (cinquenta, em média) e a tarefa hercúlea de lembrar-me de quem se *tratava*. Os pacientes eram atendidos semanalmente, em sessões de trinta minutos. Embora o volume de pacientes fosse grande, havia a autonomia do setor para deixar alguns poucos horários vagos por dia para anotações. Em geral, eram dez minutos entre um e outro paciente os quais eram usados para anotar algo que se destacava nas/das sessões (subsequentes à primeira entrevista) ou seja, apenas fragmentos das sessões.

O registro de notas integrais durante a sessão é um procedimento altamente *não* recomendado na psicanálise, pois além de ser impossível um retrato fiel (gravação ou anotações) em que nenhuma falta houvesse ao que foi vivido, tal procedimento revela-se inútil, contraproducente e desconfortável ao paciente. Essa prática é condenada por Freud ([1912]2006, p.125) uma vez que o suposto benefício da coleta de dados impede o dispositivo mais caro à análise, ou seja, a escuta do analista em sua *atenção suspensa*:

A técnica, contudo, é muito simples. Como se verá, ela rejeita o emprego de qualquer expediente especial (mesmo de tomar notas). Consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma ‘atenção uniformemente suspensa’ (como a denominei) em face de tudo o que se escuta. Desta maneira, poupamos de esforço violento nossa atenção, a qual, de qualquer modo, não poderia ser mantida por várias horas diariamente, e evitamos um perigo que é inseparável do exercício da atenção deliberada. Pois assim que alguém deliberadamente concentra bastante a atenção, começa a selecionar o material que lhe é apresentado; um ponto fixar-se-á em sua mente com clareza particular e algum outro será, correspondentemente, negligenciado, e, ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações. Isto, contudo, é exatamente o que não deve ser feito. Ao efetuar a seleção, se seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber. *Não se deve esquecer que o que se escuta, na maioria, são coisas cujo significado só é identificado posteriormente* (grifos meus).

²² *Queixa* é a palavra usada pelo clínico em seu encaminhamento médico.

Dessa forma, imediatamente depois da sessão de Terezinha, eu fazia algumas anotações. Foi assim que, ao escrever que seu marido vendia queijos e que ela ficava ressecada com derivados de leite, pude escutar *deleite*. Apresento essa escuta a ela na sessão seguinte, apontando o paradoxo que há entre o que o seu marido vende e o que ela não tolera, deslocando o sentido da intolerância alimentar a algo que apontava para a relação deles: é nesse momento que Terezinha diz que nunca teve relações sexuais com seu marido, durante os dois anos que com ele ficou casada, dizendo que, a princípio, ele era muito religioso e achava que o ato sexual era pecado, ao que ela concordou, pois sentia repulsa pelo sexo. Acha mesmo que só se casou com ele por isso, porque era anunciado já no namoro que não teriam relações sexuais. É por sua confirmação ao meu apontamento que um diagnóstico de histeria pode ser formulado, segundo uma abordagem freudiana:

Eu tomaria por histérica, sem hesitação, qualquer pessoa em quem uma oportunidade de excitação sexual despertasse sentimentos preponderante ou exclusivamente desprazerosos, fosse ela ou não capaz de produzir sintomas somáticos. Esclarecer o mecanismo dessa *inversão do afeto* é uma das tarefas mais importantes e, ao mesmo tempo, uma das mais difíceis da psicologia das neuroses (Freud,[1905a]2006, p. 37)

Cumpre-me ressaltar o efeito da escrita dos fragmentos como possibilidade de escuta do analista: efeito de leitura do que esperava para ser lido da fala, mas que só pode ser lido quando esta escrita faz de um caso o caso que permite o estabelecimento de uma tese. Tal efeito só se pode notar se é levada a sério a hipótese do inconsciente como instância psíquica – como um lugar em que há pensamento não sustentado por um *EU*, lugar em que *ISSO* trabalha. Pela hipótese de haver inconsciente é que se pode admitir que as anotações posteriores à sessão desdobram seus efeitos pela escuta do que se situa no campo da enunciação, pela estrutura da linguagem, numa operação de deciframento. Tal deciframento, entretanto, só tem função na análise quando, na vigência da transferência, a interpretação feita pelo analista é sancionada pelo paciente: “A interpretação não é submetida à prova de uma verdade que se decida por sim ou não, mas desencadeia a verdade como tal. Só é verdadeira na medida em que é verdadeiramente seguida” (Lacan, [1971]2009, p. 13).

Na segunda sessão, a paciente conta que tentou estudar em um programa de alfabetização para adultos, aos quinze anos (antes, portanto, de ser plenamente adulta!). Ficou lá por seis meses. Tentou se alfabetizar no mesmo programa umas dez vezes, em épocas diferentes da vida. A última tentativa teria sido há dez anos. Relata sobre o trabalho de bionergética a que se submeteu, tendo aprendido várias coisas sobre alimentação natural, mas também como mudar a alimentação não a ajudara a aprender a ler, pois segundo ela, para aquela especialidade, seu problema era de “má formação” e, portanto, nunca conseguiria ler.

Seu desejo, porém, sempre foi o contrário a essa sentença de não ler. Enquanto relatava a sua história, pegou as seguintes letras de madeira que havia disponível na sala. Logo abaixo, enfileira horizontalmente as letras

A N I S
M D P B J
 E
 R
C Z V O I
T L H

Depois de colocar a letra H diz que ele sempre fica perto do L nas palavras, mas não sabe se é antes ou depois. Coloca ainda X Q F G V. Acha que ali há algumas palavras, mas pergunta-me se algo ali é possível ser lido. Tal questão assim endereçada indica a presença da transferência e da instalação, pela paciente, do analista em posição de suposto saber.

Com Allouch (1995, p. 15) pode-se considerar que a operação de escrita em jogo aqui é a *transcrição*, operação regulada pelo som, que quer notar a própria coisa, no *real*. No entanto, “a partir do momento em que se transcreve, entra-se no campo de uma linguagem, e que o objeto produzido pela transcrição nunca é mais que objeto determinado, ele também, pela linguagem”.

É seguindo tal concepção que Bosco (2009, p. 209) identifica no processo de aquisição da escrita da criança algo que também é possível ver em Terezinha, a saber:

Não há, pois, em nossa abordagem, o privilégio do caráter sonoro ou gráfico do significante. Ambos se apresentam como materialidades distintas em jogo na **transcrição** da linguagem; operação que se baseia em algo que,

em princípio, encontra-se fora do seu campo, isto é, sons (no caso da fala), e simples traçados, riscos, entalhes, marcas - um “real”, enfim – que no só-depois da escuta e/ou da leitura vão ganhar estatuto de signos da fala ou de escrita, respectivamente. Para nós – enfatizamos – o que importa é a função do significante, suportada pela letra, em jogo tanto na fala como na escrita.

Diferentemente da criança, aqui Terezinha não escreve com um lápis ou caneta em uma folha de papel, mas enfileira letras de madeira na mesma tentativa, evidenciando que as letras, com seus traços – que para ela são ilegíveis – poderiam indicar palavras, cujo mecanismo de formação lhe aparece apenas como regras (como LH) das quais sua lógica não participa. Apesar dessa diferença, é pelo efeito da leitura daquilo que ela escreve e, na vigência da transferência, que algo que estava fora, no real, pode se inscrever como traço de sua história, traço que ela não contava, pela ação do recalque. É a partir da regra fundamental da psicanálise que – apesar da sua nomeação associação *livre* – a paciente é *convocada a falar sobre* “as cadeias de pensamento que, originando-se de outra parte, entraram em vínculo associativo” com o material recalcado, afetando, como diz Freud, os derivados psíquicos do representante recalcado²³ (Freud [1915]2010, p.87). Tal operação permite que cheguem à consciência do sujeito esses derivados pela distância que mantêm com o material recalcado (mas que com ele mantém relação). Foi assim que Terezinha pôde (re)conhecer seu desejo e suspender a barreira do recalque que a impedia de (se) ler. É o que se denota no que vem a seguir.

Após minha leitura “*anis*”, peço a ela que diga o que lhe vier à cabeça a partir desse nome. Ela associa *anis* com o nome de uma mulher e com a cor anil. Quando menciono que ela associou o nome de uma cor com o nome de uma mulher, ela não identifica que seu apelido (Preta) segue a mesma lógica: o nome de uma cor para indicar uma mulher. Porém, tal menção a remete às suas dificuldades na infância pobre, e a forma como vai contando das situações dessa época, faz-me perceber um tom de nostalgia, ou seja, parece que ela tem saudades de alguma coisa. Faço essa hipótese a ela à qual ela responde: “da mãe, né?”. Incentivada a falar mais, ela diz que sua mãe era carinhosa. Ocorre-me – pela supressão/mudança de um de seus sobrenomes no momento de *retirar a*

²³ Opto por substituir o termo repressão por **recalque**, conforme a tradução coordenada por Luiz Alberto Hanns assim como todos os derivados do termo. *Repressão* é usado pela *ESB* e também pela versão traduzida por Paulo César Souza.

(carteira de) *identidade* – perguntar-lhe se sua mãe cantava para ela. Ela afirma que sim e que seu nome, Terezinha de Jesus, era algo cantado pela sua mãe. Pergunto a ela como era a música. Ela canta: *Terezinha de Jesus, de uma queda foi ao chão, acudiram três cavalheiros, todos três, chapéu na mão.*²⁴ Eu a interrompo e falo sem entoar a canção: “o primeiro foi seu pai, o segundo, seu irmão e o terceiro foi aquele que Tereza só deu a mão”. Ela começa imediatamente a chorar e a dizer: “por isso ele ria para mim no caixão, que horror!”.

Após se acalmar um pouco, conta que quando o pai morreu, no caixão, ele parecia lhe sorrir ironicamente como quem diz: “moça...sei!”, numa alusão irônica à sua não castidade e à dissimulação dessa condição por ela. No enterro do pai, Terezinha, que já estava com quarenta e dois anos, pensava: “tão machão e agora, tá duro aí”. Terezinha parece ter cultivado sentimentos hostis em relação ao pai, evocando a culpabilidade que ele lhe imputara ao invés da proteção que ela esperava dele.

Na sessão seguinte, ela relata que logo que saiu da sessão anterior, chegou à sua casa e pegou uma bíblia e leu. Leu! Uma passagem ao ato: assustadora foi a experiência. Fechou o livro sagrado porque achou que não era ela que estava lendo. Ficou pensando que tinha o diabo no corpo. Ou seria o Espírito Santo? Talvez fosse, mas ela reconheceu que, pelo trabalho psicanalítico, pôde juntar as peças de sua história e ler o que sabia mas estava suspenso, esperando para ser lido. Interessante notar que é após a terceira data marcada²⁵ que a leitura acontece. Somente nessa escrita dos fragmentos de sua análise é que posso identificar que o número três, aliás, é o dia do mês em que a presente sessão aconteceu. Três são os personagens da história de Terezinha: o pai, os irmãos e seu marido, além do triângulo edípico (pai, mãe e filho) atuado e recalçado vêm à tona nessa estrutura histórica tão bem constituída, em que o corpo se oferece como letra a ser decifrada em seu sintoma.

É a partir do enunciado “derivados *deleite*” devolvido à paciente, tomado por ela agora na acepção de derivados de um prazer suave e prolongado, que vem à tona

²⁴ A letra da canção de domínio público, na sua parte mais conhecida, é: “*Terezinha de Jesus /de uma queda foi ao chão/ Acudiram três cavalheiros/ Todos de chapéu na mão/ O primeiro foi seu pai/ O segundo seu irmão/ O terceiro foi aquele/ Que a Tereza deu a mão*”. Interessante notar que também na letra da música, há Terezinha e Tereza.

²⁵ Terceira sessão efetivada, mas quarta data agendada se for contada a primeira em que faltou.

também outra parte de sua história: percebeu, durante os dois anos em que foi casada, que o marido – apesar de dizer que tinha nojo de relações homossexuais – tinha atração por seu irmão que morou um tempo com eles e recordou-se que um dia tinha flagrado os dois numa cena de carícias de mãos. Nunca conversaram sobre isso. No entanto, quarenta e cinco dias depois que seu irmão tinha vindo morar com eles, o marido veio a falecer. Lembrou-se de que, por uma cunhada, já havia sabido da tendência homossexual do marido. Após o relato das lembranças, Terezinha comenta que após sair da última sessão teve sonhos com o pai rindo, da mesma forma que o marido ria dela. Acrescenta que começou a ver tudo isso que já sabia mas que não queria ou podia ver mas indica que não consegue entender o que essa história tem a ver com o fato de ela não ter aprendido a ler até então e diz-se impressionada porque ali, na análise, ninguém a tinha ensinado ler também. Recuperei então o seu enunciado “não tenho uma história” e apontei a ela que ela tinha uma história que não podia ser lida, mas tinha uma história. É nesse ponto que encontramos nas palavras de Lacan, a operação que está em jogo na análise e que o caso de Terezinha pode dar testemunho:

O que ensinamos o sujeito a reconhecer como seu inconsciente é a sua história – ou seja, nós o ajudamos a perfazer a historicização dos fatos que já determinaram em sua existência um certo número de “reviravoltas” históricas. Mas, se eles tiveram esse papel, já foi como fatos históricos, isto é, como reconhecidos num certo sentido ou censurados numa certa ordem.

Assim, toda fixação numa pretensa fase instintual é, antes de mais nada, um estigma histórico: página de vergonha que se esquece ou se anula, ou página de glória que constrange. (1998, p. 263)

Na quarta sessão, ela relata apenas que estava bem e que tinha ficado feliz com a morte do marido porque ele controlava muito o dinheiro e ela não se sentia em sua própria casa; mesmo ele lhe dizendo que tudo era de ambos, reclamava com ela sobre o que ela comprava, principalmente quando ela comprava presentes de aniversários para parentes ou amigos, o que lhe parecia uma atitude muito egoísta porque ele gostava de receber presentes, mas não gostava de dar.

Peço a ela um pagamento simbólico, por entender, nesse momento, que havia um preço para ela a pagar, que poderia ser alto demais e que precisaria de um suporte

material para concretizar tal operação. O pedido de pagamento, aceito por ela, é feito de maneira indicativa: deve ser algo produzido por ela.

É nessa medida que, como aponta de Lemos (2009, p.204) “não é só o fragmento que convoca a construção, mas a construção que pode, por sua vez, evocar fragmentos outros” e vários elos de uma *corrente* vão se juntando: tem inveja de quem é normal (pressuposto: ela não é normal) e das mulheres que sabem dirigir (o que?); sente que teve uma vida “perdida” (significante que também usa para se referir a uma vida errada moralmente, devassa) da qual quer ressuscitar; de que há um pretendente que quer se casar com ela agora, mas que a ressurreição que deseja é por si mesma e não para outro homem; do esconjuro feito por sua mãe: “você vai morrer burra e cega como eu” e de como, mesmo durante a vida de sua mãe, ela ocupou *praticamente* todo o seu lugar.

É assim que a quinta sessão se inicia com o pagamento simbólico: ela traz uma *correntinha* feita de crochê, com um endereçamento escrito “para Conceiã Conceição” e assinado: Terezinha [mais o sobrenome de solteira e de casada]. Note-se que ela recupera o nome original²⁶, a despeito de seu nome em sua carteira de identidade.

Nesta sessão, diz que “embolou” tudo novamente e que se sentiu mal sobre tudo: que lhe deu “um branco” e dor de barriga. Os efeitos da solicitação do Outro, em um pagamento simbólico se dão a ver, mas ainda careciam de elaboração. Frente a seu sofrimento, aponteí que ela não desistiu nunca de caminhar seguindo o seu desejo e que estava pagando o preço desse enfrentamento. Ela relata então seu grande estranhamento consigo mesma: como não conseguia ler antes? Como esquecia tudo, se estava tudo ali, na sua frente? Comunico a ela minha hipótese de que o pagamento simbólico solicitado e da forma que foi, tem a ver com produzir uma obra, com *obrar*.

Pela primeira vez, relata um sonho com detalhes: o pai e o irmão estão lhe oferecendo mil reais na rua, em cima de uma escada; o pai *desce* e oferece dinheiro ao que ela responde, *sem sair do lugar* (público, a rua), que *não pode* pegar o dinheiro e acorda. Interpreto que o sonho parece indicar uma realização de seu desejo, qual seja, o de não ceder ao oferecimento do pai e do irmão. Dito de outra forma, refere-se ao desejo de ficar

²⁶ Conforme página 26.

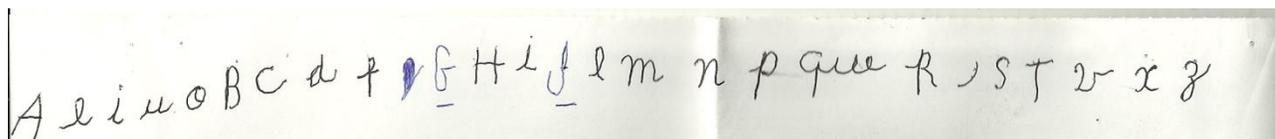
nos limites impostos pela cultura, do “*não pode*” constituir-se numa relação endogâmica: o dinheiro é aquilo que – a partir da cena recalcada que se pode construir – recebia como pagamento do pai e do irmão pelos “serviços” a eles prestados; o sonho mostra o impedimento pela cultura (em público, na rua) da vigência da lei do incesto, indicativo da estrutura neurótica.

Chega atrasada para a sexta sessão. Relata que teve diarreia por três dias depois da última sessão e, sendo isso uma raridade para quem tem intestino preso, exclama: “é a cura mesmo!”. Revela desejo de conversar mais com a irmã a quem, na infância, impediu de fazer o curso de corte e costura, uma vez que a irmã já sabia ler e ela não. A irmã reunia todas as qualidades que queria para si: era alfabetizada e magra e, por isso, odiava-a. Relata estar muito arrependida das ocasiões em que pode atuar destrutivamente sua inveja e que agora está conseguindo falar com as pessoas. Como pagamento simbólico, trouxe meio metro de uma peça de tricô mas não me entregou por estar *inacabado*. Termina lamentando que sua irmã sempre que pode, ainda hoje, humilha-a. Estamos no final da sessão e a transferência dos sentimentos para a irmã endereçados para a analista é sentida, mas não comunicada ou trabalhada com ela por mim.

Na penúltima sessão, Terezinha está com herpes labial, mas relata ter passado bem. Informa que antes de vir para a análise não sonhava: só virava a noite toda e acordava sempre cansada. Menciona que consegue ler tudo agora, mas que escrever está difícil. Seu pagamento simbólico é uma pequena peça de crochê que evoca a imagem de uma mandala e vem costurada em um papelzinho onde se encontra escrito: “para doutora Conceição de Terezinha [(G)sobrenome de solteira e (S) de casada]”:



Peço a ela então para escrever todas as letras, para me mostrar sua dificuldade. Ela escreve o alfabeto todo, iniciando pelas vogais e suprimindo – mas deixando o lugar vago – as letras G e J, que depois de minha menção, são completadas por ela (em azul – anil):



Ao esquecimento, tomado como uma das formações do inconsciente, é convocada uma associação a que ela indica “J é a letra dos nomes de dois de seus irmãos.” Ela se assusta e fica paralisada. E G, indico, é a letra inicial do sobrenome da família, que vem do pai. Atualmente, relendo seu prontuário para esta escrita, verifico que G também é a letra inicial (além do J) de um dos dois irmãos que ainda moram com ela na mesma casa. Terezinha sai da sessão dizendo que irá se consultar com a nutricionista Maria A., mas reconhece que errou o nome, pois Maria A. é o nome de sua mãe e o nome da nutricionista é Maria G. A sessão é reveladora da experiência traumática vivida, uma vez que as letras esquecidas têm com ela uma relação intrínseca: cifradas nas letras alfabéticas estão as marcas do sofrimento de uma excitação sexual que, na infância, não pode encontrar formas de escoamento.

Naquela que seria a última sessão, Terezinha comparece dizendo que me agradece por ter-lhe ajudado tanto e que sabe que precisaria trabalhar tudo o que descobriu na análise, mas que, naquele momento, não queria mais continuar, embora soubesse dessa necessidade. Menciona também uma sensação de saber que tudo que lhe aconteceu (sua história) sempre a incomodou a vida toda, mas que nunca imaginou que fosse isso que lhe impedisse de ler.

Afirmo a ela que tal decisão indica tanto um final de uma etapa, pois ela, de certa forma, encontrou o que procurava e, por outro, configura uma interrupção no trabalho, uma vez que seria importante recolher os efeitos desse encontro. No entanto, saliento que quando ela puder ou quiser retomar análise, é indicado que o faça. Tal indicação fundamenta-se na direção que Lacan aponta como aquilo que seria meta da análise: “o advento de uma fala verdadeira e a realização, pelo sujeito, de sua história em sua relação com o futuro.” (1998, p. 303)

Sem que fosse feita qualquer ação didática ou pedagógica, Terezinha aprende a ler, e tal sintoma (não saber ler) se desfaz por inteiro na medida em que a sua fala se liberta nessa análise *lingueira*, como enfatiza Lacan (idem, p. 270).

A história *negada* de Terezinha não podia ser contada, pois aquilo que por força do recalque deveria ficar esquecido e anulado, estava sendo presentificada, a cada vez, em suas tentativas de aprender a ler. O capítulo censurado de sua história, ocupado pela sua negação, é presença de inconsciente, como esclarece Lacan (idem, p. 260), cuja *verdade*²⁷ pode ser resgatada por estar escrita em outro lugar.

1.4. EFEITO DE SIGNIFICANTE

Se os fragmentos dessa análise podem indicar o funcionamento do inconsciente é porque a linguagem aqui é tomada como condição para o inconsciente cifrar eventos, coisas, informações e escritos. Efeito do significante, o inconsciente é, portanto, estruturado como uma linguagem.

²⁷ A verdade, para Lacan, é aquilo que se instaura a partir da cadeia significante (1998, p. 235).

O significante, por sua vez, “é uma dimensão que foi introduzida pela linguística”, enfatiza Lacan ([1972-3]2008b, p.35), área do conhecimento humano que só pode ser elevada ao estatuto de ciência pela formalização do signo linguístico por Ferdinand de Saussure a quem Lacan rende crédito e homenagem (Escritos, p.500) como fundador da Linguística.

O ato de Saussure estabelece a heterogeneidade entre significado e significante, identificando na sua associação a unidade do signo linguístico. Com isso, Saussure opõe-se à concepção simplista e equivocada da língua como uma nomenclatura das coisas do mundo. (Saussure, 1973,p. 79-80). Segundo o linguista, essa unidade é constituída por esses dois termos psíquicos que são *unidos no cérebro* por um vínculo de associação. É assim que Saussure indica que o signo linguístico não une “uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (idem, p.80).

Interessa notar que imagem acústica não equivale a som na elaboração saussuriana, mas a uma impressão psíquica desse som. A imagem acústica, o significante como tal, é o que se ouve, segundo Lacan; já o significado é efeito da leitura do que se ouve de significante ([1972-73]2008b, p. 39). Tal concepção é que permite a Lacan uma aproximação com o conceito de traços de percepção (*Wahrnehmungzeichen*) e de memória para Freud, a partir de sua clínica: para que um traço da percepção “passe para a memória é preciso primeiro que seja apagado na percepção, e reciprocamente” ([1964]2008a, p.51), e essa simultaneidade da constituição Lacan identifica à sincronia significante:

E, por certo, Freud diz isto tanto mais quanto ele não está sabendo que o diz cinquenta anos antes dos linguistas. Mas nós, nós podemos de imediato lhes dar a esses *Wahrnehmungzeichen*, seu verdadeiro nome de significante. (idem, p.51-52)

Atento à elaboração de “conceito” em Saussure, Lacan depreende que o significado “não são as coisas em estado bruto”, mas que a significação “é o discurso humano em que ele remete sempre à outra significação.” ([1955/56] 2008d, p. 142). É a partir da formalização do algoritmo saussuriano que Lacan pode, ao final de quase uma década de elaborações teóricas (Le Gaufey, 1996, p. 147-166), isolar na descoberta freudiana do inconsciente aquilo que denominou *a primazia do significante* e a indicar que,

na linguagem, as relações passam a se dar exclusivamente entre significantes, indicando que Freud antecipa a formalização da linguística:

é a descoberta de Freud que confere à oposição entre significante e significado o alcance efetivo em que convém entendê-la, ou seja, que o significante tem função ativa na determinação dos efeitos em que o significável aparece como sofrendo sua marca, tornando-se, através dessa paixão, significado. (Lacan, 1998, p. 695)

Levando tal elaboração à sua radicalidade, Lacan inverte o signo saussuriano – agora □ □ – e retira a elipse e as flechas que unia os dois termos: em sua elaboração, o significado é efeito do significante. Dessa apreensão, Lacan extrai uma importante consequência:

O S e o s do algoritmo saussuriano não estão no mesmo plano, e o homem se enganaria ao se crer situado no eixo comum a ambos, que não está em parte alguma. Isso pelo menos até Freud haver feito sua descoberta. Pois, *se o que Freud descobriu não é exatamente isso, não é nada.* (Lacan [1957] 1998, p. 521-2, grifos meus).

Se para Saussure o traço entre significado e significante referia-se a uma relação entre ambos, para Lacan (1955) designa uma barra resistente à significação, sem uma correspondência biunívoca entre os elementos do signo linguístico. Para Lacan é o sistema significante, a língua por suas propriedades que incluem o equívoco e a pluralidade de sentido que condiciona o que se passa no inconsciente e permite o aparecimento das suas formações no discurso²⁸:

O inconsciente é, no fundo dele, estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem. E não somente o significante desempenha ali um papel tão grande quanto o significado, mas ele desempenha ali o papel fundamental. O que com efeito caracteriza a linguagem é o sistema do significante como tal. (Lacan [1955/56] 2008d, p.142).

Lacan extrai de Saussure aquilo que considera o seu legado mais precioso: a não identidade do significante a ele mesmo: “O significante como tal não se refere a nada, a não ser que se refira a um discurso, quer dizer, a um modo de funcionamento, a uma

²⁸ Discurso, na formulação lacaniana, designa uma estrutura, um funcionamento, uma utilização da linguagem como liame, que permite o laço social. (Lacan, [1972-73]2008b, p. 36).

utilização da linguagem como liame [...] liame entre aqueles que falam.” (Lacan [1972-73]2008b, p. 36):

Ele se volta então para o significante saussuriano que não é definido como idêntico a ele mesmo, mas de saída como diferente de todos os outros. Ele só vale relativamente a uma bateria e designa tanto o que ele não é (os outros significantes) quanto o que ele é. Essa não-identidade do significante a ele mesmo é o legado mais precioso de Saussure para Lacan, que não hesita então em dizer: *É no próprio estatuto de A [a compreender aqui como letra na expressão “A é A”] que está inscrito que A não pode ser A.* (Le Gaufey, 1996, p. 162)²⁹

Para trabalhar a noção de *pura diferença*, característica mais elementar do significante, Lacan vale-se do conceito de traço unário que Freud ([1921]2006, p. 116.) desenvolve ao abordar o tema da identificação como “a forma mais primitiva e original do laço emocional” na qual o sujeito assume características da pessoa objeto de seu investimento; tal identificação “é parcial e extremamente limitada, tomando emprestado apenas *um traço isolado* da pessoa que é objeto dela” (idem, p.117).

O que interessa a Lacan dessa formulação freudiana “é a possibilidade de apresentar uma identificação que não se prenda ao conteúdo, ou seja, ao significado, mas que remeta a uma marca diferencial - o traço” (Aires, 2005, p.222).

É nessa direção que Lacan, em 06 de dezembro de 1961³⁰, recorre a uma visita que fez a um lugar considerado por ele como extraordinário: o museu de Saint-Germain. Na Sala Piette (nome de um Juiz de Paz que, segundo Lacan, foi um gênio e que fez prodigiosas descobertas da arqueologia pré-histórica), Lacan encontra vários pequenos objetos expostos e se emociona quando vê sobre uma costela fina de um animal uma série de pequenos traços verticais: dois primeiro, seguido por um pequeno intervalo, depois outros cinco traços e, logo a seguir, a série recomeça:

Lacan supôs, então, que se tratassem de marcas feitas por um caçador e que teriam por finalidade registrar ou representar um animal abatido, mas que, independentemente da intencionalidade do autor, eram reconhecidas

²⁹ As citações dos livros de Guy Le Gaufey são traduções minhas.

³⁰ Seminário inédito. Todos os seminários inéditos de Lacan aqui citados são no idioma espanhol e editados pela Infobase. As traduções são feitas por mim.

como distintas entre si. A importância teórica deste relato reside na possibilidade de reconhecimento da distinção entre as marcas de forma independente de seu conteúdo, pois o reconhecimento da diferença se dá a ver, não pela qualidade dos traços, mas pela seriação em que estão colocados. (idem, p.223).

Essa experiência “estonteante” permitiu a Lacan uma identificação simbólica com um traço feito por alguém que viveu milhares de anos antes dele que, pelo fato de haver significante, pôde-se incluir na *tribo* dos humanos e constituir-se numa trama desiderativa, pois a série implica um sujeito:

Eis aqui, dizia-me dirigindo-me a mim mesmo por meu nome secreto ou público, eis porque, em suma, Jacques Lacan, tua filha não é muda, eis aqui porque tua filha é tua filha, porque se fôssemos mudos ela não seria tua filha. (Lacan, 06/12/1961³¹)

Tal experiência, assim formulada permite a Lacan enunciar, pela primeira vez que o significante, ao contrário do signo, não é o que representa algo para alguém, mas é o que representa o sujeito para outro significante. A visão da série de ossos põe em relevo para Lacan a dissolução do elo que ligava o signo (os traços verticais) à coisa no mundo (animal abatido).

É, de fato, uma experiência privilegiada para se pensar a condição do surgimento do significante! E Lacan propõe uma acepção bastante distinta daquela feita por Saussure na qual significado e significante estão sistematicamente acoplados, como demonstra Le Gaufey (2010, p. 59): “osso da rena vem dissociá-los [o signo do significante] para mostrar que referente e significado podem perder-se e o significante manter-se só, sem que desapareça o efeito sujeito”.

O significante literalizado não é mais o que está para ser posto como estando logicamente *antes* do signo (como um de seus constituintes), mas o que surge do *apagamento* da relação entre o signo e a coisa e que Lacan (06/12/1961) denomina “os diversos ‘apagamentos’, se me permitem utilizar esta fórmula na qual o significante vem à luz, nos darão precisamente os modos capitais da manifestação do sujeito”.

³¹ Seminário 9: A identificação. Versão eletrônica em espanhol pela *Infobase*. Tradução minha.

O conceito de significante para a psicanálise é bastante enfatizado porque ele “é o fundamento da dimensão do simbólico, o qual só o discurso analítico nos permite isolar como tal” ([1972-73]2008b, p.27), uma vez que não coincide com nenhuma unidade linguística: não se limita ao fonema, nem à palavra, nem à frase mas, como prefere dizer Lacan, “a significância é algo que se abre em leque” (idem, p.25). Como aquilo que tem efeito de significado, “o significante se situa no nível da substância gozante”, “é causa de gozo.” (idem, p.30)

É na suposição de que o inconsciente é um saber que se dirige toda a práxis do analista. Um saber que escapa ao falante, que se estrutura como uma linguagem e que cifra o real na tentativa (impossível) de simbolizar o enigma da diferença sexual (idem, p. 149). Nessa direção, a função do analista não é outra que aquela que dá ao que se enuncia de significante, uma leitura outra que não seja o que ele significa (idem,p. 43) pois aquilo que se ouve é o significante que tem, por efeito, o significado (idem, p. 39).

É esse dispositivo do discurso analítico que permite ler o enunciado negativo de Terezinha – “*Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história*” – como algo distinto de sua significação. Teoricamente, um dos lugares que se pode verificar isso é a partir do texto freudiano *Die Verneinung*, texto que, entre outras contribuições fundamentais para a psicanálise, revela haver uma divisão entre enunciado e sua enunciação.

CAPÍTULO 2

A DIVISÃO ENTRE ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO: O QUE ISSO QUER DIZER

2.1. ENUNCIADO E ENUNCIÇÃO³²

Tematizar a divisão entre enunciado e enunciação é a condição de escuta do significante e, nesse sentido, reconhecer que entre ambos há uma diferença é algo inarredável.

Nesse sentido, é preciso situar esse tema em um campo de pesquisa que leve em conta a linguística e a psicanálise. No entanto, tal recorte já coloca, de saída, a necessidade do estabelecimento de um entorno: se até aqui fica evidente que a abordagem psicanalítica privilegiada neste trabalho é a vertente lacaniana, por outro lado, para qual teoria linguística pode-se aqui apelar?

A pergunta, assim formulada, evidencia que a linguística não é *una*. Ducrot & Todorov, em seu célebre Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem, já indicam, em seu título mesmo, a pluralidade das abordagens linguísticas. Os autores diferenciam a linguística antiga e medieval em um apêndice, classificando as demais abordagens em sete escolas, a saber: gramáticas gerais, linguística histórica no século XIX, saussurianismo, glossemática, funcionalismo, distribucionismo e linguística gerativa.

Sem entrar numa discussão epistemológica, é possível, no entanto, admitir que a linguística, assim como outras ciências da área das humanidades, correm sempre o risco de não conseguir fixar e delimitar bem seu objeto de estudo. A esse respeito, Ducrot e Todorov (2010, p.9) afirmam que a linguística tem uma posição *sui generis*, haja vista que tudo o que diz respeito ao homem e sua atividade no mundo indica a presença de linguagem; conseqüentemente, caso os linguistas não tenham um rigor metodológico, seu objeto de estudo pode “coincidir com o de todas as ciências humanas – senão de todas as ciências em geral” (idem). É possível encontrar em Benveniste (1988, p. 127) uma

³² Conforme Lacan, Sem. 6, “O desejo e sua interpretação”, lição de 10/12/1958.

ratificação dessa hipótese em sua caracterização do objeto da linguística, o qual, segundo o autor, não é separável do método próprio para defini-lo.

Torna-se necessário, portanto, pelos limites deste trabalho, designar qual das teorias linguísticas se articula com as questões aqui trazidas. Essa argumentação se dirige, para ficar claro, à “linguística que é parte caudatária da retórica, que discute discurso e enunciação”³³, ou seja, à linguística da fala³⁴ (enunciativa e argumentativa), que tem como autores principais Benveniste e Ducrot, respectivamente.

Embora tais autores concordem com a exigência metodológica da distinção da língua como objeto e da fala como matéria da linguística proposta por Saussure, os critérios que permitem reconhecer os elementos constitutivos da enunciação são, para eles, discutíveis: ao contrário de Benveniste, Ducrot afirma não haver uma unicidade do sujeito falante e, por isso, o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação, onde se inscreve a pluralidade de vozes que o autor representa. Voltarei a abordar a concepção de enunciação para Benveniste e para Ducrot, no capítulo 4.

A partir desse recorte nos campos da linguística e da psicanálise, pode-se voltar à questão aqui proposta, qual seja, tematizar a diferença entre o enunciado e a enunciação em jogo a partir da escuta da fala da paciente: *“Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história”*.

Há um diálogo possível entre os estudos sobre a linguagem e psicanálise, é certo. No entanto, é preciso não esquecer o que Milner (2010) assevera sobre a relação de proximidade e, ao mesmo tempo de heterogeneidade absoluta entre a linguística e a psicanálise:

Sabe-se, particularmente, que Saussure havia excluído de seu campo tudo o que era do foro da fala [*parole*] como lugar de emergência do sujeito. Ora, isso é a primeira tese do «Discurso de Roma» de Jacques Lacan: se tomamos a fala no sentido saussuriano, é precisamente ela que determina

³³ Conforme Claudia de Lemos, em contato pessoal.

³⁴ Segundo Saussure a linguística propriamente dita não pode ser confundida com a linguística da fala: “Pode-se, a rigor, conservar o nome de **Linguística** para cada uma das duas disciplinas e falar duma **Linguística da fala**. Será, porém, necessário não confundi-la com a **Linguística propriamente dita**, aquela cujo único objeto é a língua.” (p.28, grifos meus)

o domínio onde se exerce a psicanálise. Temos, então, que as dimensões da linguagem que mais importam à psicanálise são justamente aquelas de que a linguística não trata. Na medida em que a linguagem importa à psicanálise, esta se constitui propriamente nos limites da linguística — uma vez admitido, contudo, que ao dizer limite, diz-se também contato constante. Lacan havia forjado a palavra *linguisteria* para designar essa relação de proximidade e de heterogeneidade absoluta. (Milner, 2010, s/p).

A fala é uma produção linguística e, nesse campo, poderia ser classificada ou como *frase* ou como *enunciado*; a fala da paciente foi mencionada anteriormente como sendo seu **enunciado**. Tal escolha, no entanto, não é aleatória e, nesse sentido, uma distinção faz-se aqui necessária.

Para a linguística, frases correspondem, segundo Ducrot & Todorov (2010, p. 289-292, grifos meus), a uma sequência “identificada *sem referência a determinado aparecimento particular dessas frases* (elas podem ser ditas, ou transcritas com escritas diferentes, ou impressas, etc.)”. Enunciação, ao contrário, corresponde a um “ato no decorrer do qual essas frases se atualizam, assumidas por um locutor particular, em circunstâncias espaciais e temporais precisas.” (idem). Esse campo do saber, segundo os autores, ao tratar de enunciação, não se interessa pelo fenômeno físico de emissão ou recepção da fala, nem pelas condições de produção do discurso, interessando-se apenas “pelos elementos pertencentes ao código da língua e cujo sentido, no entanto, depende de fatores que variam de uma enunciação para outra” (ibidem). Em outro momento de sua teorização, Ducrot (2006) afirma que o enunciado é lugar de ocorrência particular da frase. Ducrot & Todorov (idem) informam que a marca de enunciação no enunciado, que a linguística visa, tem em C.S. Peirce o pioneiro na descrição da sua natureza ambígua, por abrigar ao mesmo tempo símbolos e índices da língua: os símbolos correspondem ao código, ao léxico da língua, enquanto os índices referem-se aos elementos da situação de enunciação.

A disjunção (para além da ambiguidade evidenciada por Peirce) entre enunciado e enunciação que está sendo referida no enunciado da paciente acima não é dessa ordem, apenas. Por isso, recorrer à teoria da enunciação de Benveniste e também à

contribuição de Foucault para o domínio do enunciado é uma estratégia que se faz necessária.

2.2. BENVENISTE E O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO

Benveniste situa a *frase* como o último nível da análise linguística pois a frase constitui um novo domínio que não pode servir de integrante a outro tipo de unidade linguística, dado o seu caráter distintivo e inerente de ser um *predicado* (p. 137). O autor ressalta ainda que *a frase é a própria vida da linguagem em ação* (p.139, grifos meus). Tal definição permite a Flores (2010, p.398) compreender que, embora o termo *enunciação* não apareça em *Os níveis da análise linguística*, “Benveniste teoriza, nesse texto, sobre algo que é muito próximo do que ele virá a chamar de enunciação no texto de 1970”.

Tal aproximação (a frase como a linguagem em ação) poderia também ser aqui adotada. No entanto, tributária da concepção lacaniana, a preferência aqui é outra – vale esclarecer, a partir do próprio artigo de Benveniste – a concepção de frase como unidade mínima do discurso (idem, p.139)³⁵ é um domínio de análise notadamente para o linguista (idem, p.140).

Na psicanálise, no entanto, a concepção de enunciado aproxima-se, como faz notar Le Gaufey (2010, p. 87) da concepção foucaultiana na medida em que, sendo fato de língua, o enunciado não se confunde com ela, nem com qualquer outro objeto apresentado à percepção (Foucault, 2008, p.97). No entanto, em benefício de uma clareza conceitual, primeiro abordarei o enunciado pela teoria de Benveniste e, logo a seguir, pela teorização de Foucault.

Interessa apontar que Benveniste (1989, p.81), ao se debruçar sobre a enunciação, elabora o seu aparelho formal. A própria escolha do termo *aparelho* denota um

³⁵ Para Benveniste, a instância do discurso é produto da enunciação. Antes do discurso a língua é apenas possibilidade de língua.

conjunto de elementos que realizam uma função. É assim que o autor apresenta o conjunto dos elementos formais que, na língua, realizam a enunciação.

Ampliando o campo de estudo aberto por Saussure, Benveniste indica a necessidade de se fazer uma distinção entre “condições de emprego das formas” e “condições de emprego da língua”. Tal distinção justifica-se em função de que o emprego da língua é tomado como algo natural nos sujeitos; empregar a língua é um fenômeno tão banal e necessário que, por isso mesmo, passa despercebido pelo falante e se confunde com a própria língua.

Segundo o linguista, as condições de emprego das formas relacionam-se com os diversos modelos linguísticos e seus elementos fundamentais: a língua é um conjunto de regras que fixam “as condições *sintáticas* nas quais as formas podem ou devem normalmente aparecer” (1989, p.81, itálicos do autor). Já as condições do emprego da língua referem-se a “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra afeta a língua inteira” (idem, p.82). As primeiras condições referem-se ao enunciado. Já as segundas, à enunciação.

Em posição muito diferente daquela de Saussure³⁶, Benveniste define enunciação como ato individual de colocar a língua em funcionamento e assevera: “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado e não o texto do enunciado que é nosso objeto” (idem; itálicos meus).

Importante “divisor de águas” entre possibilidade e atualização da língua como instância de discurso, a enunciação pode ser estudada sob vários aspectos. Desses aspectos, Benveniste destaca três (cujo denominador comum é a dependência de um ato individual): a realização vocal da língua, a conversão individual da língua em discurso e o quadro formal da realização da enunciação.

³⁶ ver nota 33.

É pela semantização que a língua se transforma em discurso. Discurso, em sua abordagem, não se confunde, pois, com a fala³⁷, uma vez que o ato individual de enunciação está na dependência do aparelho formal, cujas formas são vazias. Sua visada parece ser aquela que se dirige a uma especificidade da língua, a saber, a que permite a entrada de novos sujeitos, a cada colocação em funcionamento do código; assim, *antes da enunciação há apenas possibilidade* de língua. Cada uma dessas entradas só é possível – pode-se concluir por sua teorização – por meio das suas formas vazias (dêixis³⁸) que se referem unicamente à realidade do discurso³⁹. É assim, por exemplo, que “*eu*” significa apenas a pessoa que produz o enunciado:

os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos. Uns pertencem à sintaxe, outros são característicos daquilo a que chamaremos as “instâncias do discurso”, isto é, atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavras por um locutor. (Benveniste, 1988, p. 277).

Desta forma, o aparelho formal da enunciação pode ser comparado com uma embreagem⁴⁰ que permite, por um ato individual, colocar a língua em funcionamento.

Desnaturalizando a concepção de que um *sujeito tem a língua*, Benveniste reconhece na faculdade humana da linguagem o caráter universal e imutável do homem à diferença da concepção de língua, sempre sujeita a características particulares e variáveis. Benveniste ocupa-se com um fenômeno tão banal que por isso mesmo se confunde com a língua e nos passa despercebido: o fenômeno da enunciação, que caracteriza o sujeito falante e que torna o humano distinto de todos os outros animais:

³⁷ Para Saussure, há uma clara dicotomia: língua é um sistema com ordem própria; já a fala implica uma liberdade de expressão, apesar de estar submetida ao sistema. Desta forma, não há fala sem língua mas há língua sem fala.

³⁸ Categoria linguística que reúne os domínios de pessoa, espaço e temporalidade (eu-aqui-agora) da formulação discursiva, cujas marcas na enunciação ocorrem pelo uso de pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, pronomes possessivos, advérbios espaciais, advérbios temporais, alguns advérbios de modo e pelos tempos verbais).

³⁹ Discurso para Benveniste é uma instância da linguagem, produzido a cada vez que se fala, uma manifestação da enunciação (1989, p.82)

⁴⁰ O termo remete às teorias da semiótica sobre embreagem e debreagem, as quais não serão aqui abordadas, restringindo-se seu uso apenas à metáfora do funcionamento mecânico.

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem (1988, p. 285).

Definida por Benveniste como um processo de apropriação do aparelho formal da língua, a enunciação, enquanto realização individual, acontece por meio de índices específicos (os dêiticos) e também por meio de procedimentos acessórios. (1989, p.84). Como dado constitutivo da enunciação, “a apropriação da língua **introduz** aquele que fala em sua fala” (idem, negrito meu.).

No campo da linguística, pode-se supor que Benveniste se ocupe de estudar a enunciação apenas a partir do conceito teórico de *locutor*, desde o ponto em que “ele se declara como tal e *assume* a língua [e] *implanta* o *outro* diante de si” (idem, grifos meus). No entanto, esse “*como* um ser pode tornar-se um sujeito da enunciação”, não está em questão na tese do linguista, ou seja, a subjetividade não é algo natural ou geneticamente herdado. O tornar-se sujeito é consequência das operações psíquicas em jogo nas duas encruzilhadas estruturais que a teoria psicanalítica nomeia como estágio de espelho e metáfora paterna⁴¹: o sujeito é efeito da captura que o simbólico (a linguagem) opera sobre o real de um organismo, a partir do imaginário materno.

A relação de heterogeneidade entre os campos da linguística e da psicanálise não impede, no entanto, um encontro⁴² possível *dessa* linguística (de Benveniste) com a Psicanálise, ainda que, em forma de um litoral, como os campos do mar e da areia. O ponto de contato, é possível arriscar, funda-se na tese desse autor sobre o fundamento linguístico da subjetividade: “a presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno” (Benveniste, 1989, p. 84) que, no enunciado, denota o *eu*.

⁴¹ Desenvolvi esse tema em minha dissertação de mestrado (Azenha, 2006).

⁴² Esse encontro pode ser aqui entendido como um *interesse* que permite a ambas – psicanálise e linguística – colher os efeitos de seu próprio *desencontro*, e cada uma pode dizer melhor, a cada vez, do que trata. Lacan é enfático ao dizer que linguística e psicanálise não se destinam a formar um campo comum ([1973] 2003, p. 407).

Para Benveniste, a subjetividade – objeto mais ou menos comum às diversas psicologias e entendido como o sentimento que cada um experimenta de ser ele mesmo – tem um fundamento linguístico, uma vez que tal sentimento é um reflexo da unidade psíquica (*eu*) que emerge dessa propriedade fundamental da linguagem. É só na e pela linguagem que o locutor pode ter a capacidade de se propor como sujeito de uma enunciação (1988, p. 286). Digno de nota é o fato de que, para esse linguista, “a consciência de si mesmo só é possível ser experimentada por contraste” (idem), ou seja, o emprego de um *eu*⁴³ só é possível dirigindo-se a um *tu*. Em outras palavras, para Benveniste, a subjetividade não é inata ao humano.

A enunciação é o ato de colocar em funcionamento a língua que acontece quando o locutor ocupa as formas vazias da língua, os dêíticos. Essas formas vazias (pronomes) possibilitam a entrada na língua a cada ato de enunciação por um sujeito: é a enunciação que permite a instauração do sujeito: “É na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ego” (Benveniste, 1988, p 286, itálico do autor).

A articulação dessa teoria linguística com a psicanálise é possível pelo reconhecimento do fundamento linguístico da subjetividade, concepção que afasta, ao mesmo tempo, as hipóteses inatistas e empiristas da aquisição da linguagem e, conseqüentemente, da estruturação subjetiva.

Cabe lembrar que para as teorias psicológicas do desenvolvimento as aquisições culturais e simbólicas para o humano são sempre pensadas a partir do *ser* (que vai se desenvolver segundo estágios programados pela ordem biológica em relação com o tempo e as experiências). A psicanálise, reconhecendo o fundamento linguístico da subjetividade, vê o filhote humano de maneira radical: não se trata de um *ser*, mas de *falta a ser*.

⁴³ Adoto as seguintes formas de grafia, com suas correspondências:

eu: shifter / pronome pessoal

(*eu*): *ego (moi)*, *eu* do discurso.

[*Eu*] : sujeito do inconsciente (*je*)

Para a psicanálise, em sua vertente lacaniana, o bebê nascido é um *organismo vivo*, a pura carne, como os demais animais. Não há, no nascimento, um *eu*, muito menos um *sujeito*. A estruturação da subjetividade é tributária do Outro e o (*eu*) só se constitui a partir da invocação de uma alteridade.

Por outro lado, essa teoria psicanalítica entende que o processo de significação só é acessível ao humano a partir da *captura* que o funcionamento linguístico-discursivo opera sobre o ser, como demonstrou De Lemos. Atenta à autonomia e alteridade radical da língua conferida por Saussure, a autora concebe o processo de aquisição de linguagem como homólogo à estruturação subjetiva, introduzindo a função de *captura* à língua subvertendo, portanto, o próprio conceito de *aquisição* de linguagem:

O que a mim pareceu, então coerente com essa autonomia e alteridade radical da língua foi dar a ela, à língua, a função de **captura**, entendida como estenograma ou abreviatura (sobre esse conceito metodológico, ver Milner, 1989) de processos de subjetivação⁴⁴. Considerada a anterioridade lógica relativamente ao sujeito, o precede e, considerada em seu funcionamento simbólico, poder-se-ia inverter a relação sujeito-objeto, conceber a criança como capturada por um funcionamento linguístico-discursivo que não só a significa como lhe permite significar outra coisa, para além do que a significou. (De Lemos, 2002, p.55).

A função de captura, assim designada, ratifica de modo enfático a afirmação de Benveniste sobre o homem se constituir *na e pela* linguagem, a qual se afasta (e critica), por sua vez, a concepção da linguagem como instrumento de comunicação. É somente na medida em que o ser assume um significado para o Outro e nele tem seu lugar é que poderá colocar a língua em funcionamento, em um ato enunciativo.

⁴⁴ Apesar de a autora referir-se a processos, a julgar por sua obra ulterior, não está se referindo a uma questão cronológica, mas lógica. Nesse sentido, adotarei para o termo o sintagma “estruturação subjetiva”, a partir deste ponto.

2.3 - A CONTRIBUIÇÃO DE FOUCAULT

Em *A arqueologia do saber*, Foucault decide descrever enunciados no campo do discurso e as relações de que são suscetíveis, com o cuidado de não admitir como válida nenhuma dessas unidades que me podiam ser propostas e que o hábito punha à sua disposição, a fim de “não negligenciar nenhuma forma de descontinuidade, de corte, de limiar ou de limite” (2008, p.35).

O que Foucault busca é uma análise dos enunciados que pode ser formulada na seguinte questão: “que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (idem, p.31). O relevo da singularidade interessa sobretudo à psicanálise e a uma primeira aproximação à definição de enunciado proposta por Foucault também:

Será preciso finalmente admitir que o enunciado não pode ter caráter próprio e que não é suscetível de definição adequada, na medida em que é, para todas as análises da linguagem, a matéria extrínseca a partir da qual elas determinaram seu objeto? *Será preciso admitir que qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços - não importa qual seja sua organização ou probabilidade - é suficiente para constituir um enunciado*, e que cabe à gramática dizer se se trata ou não de uma frase; à lógica, definir se ela comporta ou não uma forma proposicional; e à análise, precisar qual é o ato de linguagem que pode atravessá-la? (idem, p. 95, grifos meus).

Porém, é o próprio Foucault que indica que tal concepção está longe de esgotar o tema, e que as coisas não são tão simples assim. Nesse sentido, à operacionalização afirmativa do conceito e numa linha de continuidade histórica, dada a amplitude de seu domínio, Foucault prefere tratar dos enunciados pela dispersão de seus acontecimentos.

Para cumprir seu programa e abordar a complexidade em questão, Foucault dedica todo o primeiro capítulo de seu livro *A arqueologia do saber* a essa discussão sem que, ao seu final, tenha, enfim, operacionalizado seu conceito. Para o que importa no presente trabalho basta que seja apontada a conclusão a que chega o autor: o enunciado não é uma unidade, mas uma função:

Não há razão para espanto por não se ter podido encontrar para o enunciado critérios estruturais de unidade; *é que ele não é em si mesmo uma unidade, mas sim uma função* que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, *no tempo e no espaço*. (idem, p.98, grifos meus).

Nessa direção, Foucault vai articular a singularidade de um enunciado com a definição universal de seu conceito: trabalhando para demonstrar que o sujeito do enunciado é um lugar determinado e vazio, Foucault considera que *uma* formulação pode ser tomada como enunciado quando se pode determinar “qual é a posição que pode e deve ocupar *todo indivíduo* para ser seu sujeito” (idem, p.108).

Foucault indica que o sujeito do enunciado é um lugar vazio, apto para acolher qualquer variação possível. Le Gaufey, a partir desse texto de Foucault, considera que o filósofo concebe o lugar do sujeito ligado à função enunciativa que se põe a existir também como objeto (o indivíduo) chamado a ocupar esse lugar em todo enunciado efetivo:

É isso o que justifica o jogo complexo entre, por um lado, o "enunciado" e *seu sujeito determinado* (dada a materialidade exigida por todo enunciado) e, por outro, a "função enunciativa" e esse lugar de um *sujeito possível* determinado enquanto que possível, mas indeterminado em sua atualidade. A partir de agora sob esse mesmo termo "sujeito" nos confrontaremos com uma dualidade, uma duplicidade organizada: o enunciado só será um enunciado se é possível isolar, pelo fato da função enunciativa que o concerne, um "lugar" de sujeito, que poderá ter sido ocupado segundo as contingências históricas por um ou outro ser falante. (Le Gaufey, 2010, p. 92, itálicos e aspas do autor).

Para Foucault (2008, p.120), ao invés de dar sentido às suas unidades (enunciados), a função enunciativa “coloca-as em relação com um campo de objetos; em vez de lhes conferir um sujeito, abre-lhes um conjunto de posições subjetivas possíveis; em vez de lhes fixar limites, coloca-as em um domínio de coordenação e de coexistência”.

Esta formulação permite a Le Gaufey (2010, p. 94) comentar que embora os múltiplos termos usados por Foucault (campo, conjunto, domínio, espaço) não deixem claro se se organizam em redes ou se aglomeram sem qualquer ordem, constituem uma alegação insistente e frequentemente repetitiva que tem o “mérito de limpar o terreno dos saberes

estabelecidos de uma forma que, hoje todavia, conserva algo de saudável frente aos academicismos persistentes” (idem).

Le Gaufey considera que Foucault precisou distinguir enunciado de função enunciativa para poder acolher a pluralidade em jogo entre unidade e dispersão, reunião e disseminação. No entanto, esse comentador indica também que a distinção feita por Foucault entre enunciado (que sugere uma definição mais estática) e função enunciativa (mais atraente para Foucault pela plasticidade de sua significação que permite receber e ordenar valores diferentes) é bastante opaca. A forma aforística de seu tratamento conclusivo – “A linguagem, na instância de seu aparecimento e de seu modo de ser, é o enunciado” (2008, p.128) – revela-se desanimadora ao comentário de Le Gaufey (2010, p. 95) que prefere “dar marcha ré”, e tratar da função enunciativa a partir da leitura de Giorgio Agambem sobre *As palavras e as coisas*:

Agambem efetua uma aproximação tão curiosa quanto esclarecedora para a reflexão: o enunciado, diz, deve ser compreendido à luz do conceito renascentista de “assinatura”, tal como o próprio Foucault o estudou muito bem em *As palavras e as coisas*, examinando a seguir em Paracelso (quando a tradição o lê mais frequentemente em Jakob Boehme). Le Gaufey (idem)

A questão é complexa, mas o princípio da assinatura é relativamente simples: todas as coisas visíveis têm uma marca, um signo que as especifica e que vale como sua assinatura. Assim, tudo fala, uma vez que todo ser porta signos que dão testemunho dele e, nesse sentido, tem valor de assinatura. No entanto, a questão que então se coloca é como se reconhecer – na profusão dos signos – o que vale como assinatura? Para o autor, Foucault considera que as assinaturas são signos especiais pois são signos que voltam inteligíveis aos outros signos. Por isso, a relação signo/assinatura – ainda segundo o autor – parecem, para Foucault, da mesma natureza que a relação signo/sentido.

É nessa aproximação com a concepção de assinatura que Le Gaufey recorta o que, finalmente, considera a definição foucaultiana para enunciado, a despeito de essa formulação estar no início da elaboração do tema pelo filósofo:

[o enunciado] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles "fazem sentido" ou não, ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (Foucault, 2008, p.98)

2.4 - A BARRA QUE DIVIDE ENUNCIADO DE ENUNCIÇÃO

Se foi preciso trazer a contribuição de Foucault sobre a questão do enunciado é justamente para indicar a dificuldade que está em jogo no que respeita à sua definição e delimitação. Por isso, reformulo aqui o que apresentei acima como sendo *um enunciado de T* ("Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história"), para apresentá-lo como *uma produção de T. do domínio do enunciado*.

Resta, porém, abordar a *divisão* entre enunciado e enunciação. Para Lacan, tal diferença é *re/veladora* da verdade, pois não há palavra que possa dizer a verdade, mas é possível recolher sua existência pela *Verneinung*, dado que o que Freud se esforça para mostrar em seu texto (1925a) é que uma verdade foi enunciada, mas não admitida. A verdade, como tal, encontra na *Verneinung* um lugar privilegiado de aparição, mas também desdobra-se a cada palavra, instaura-se a partir da cadeia significante (Lacan, 1998, p.235); a verdade nunca dita inteiramente.

A partir de sua teoria do sujeito que localiza o *eu* como um *shifter* que no nível do enunciado funciona como um indicador daquele que fala, ao mesmo tempo em que *designa* o sujeito da enunciação, Lacan afirma que:

o eu só se completa ao ser articulado não como [Eu] do discurso, mas como metonímia de sua significação (o que Damourette e Pichon tomam pela pessoa plena que eles opõem à pessoa sutil, não sendo esta última outra coisa senão a função anteriormente designada como *shifter*). (1998, p. 824).

O *shifter* designa o sujeito da enunciação sem significá-lo, enfatiza Lacan: “é o que se evidencia pelo fato de todo significante do sujeito da enunciação poder faltar no enunciado” (1998, p. 814).

As pesquisas no campo da linguística e suas implicações no terreno psicanalítico renderam anos de trabalho a Lacan. Suas elaborações sobre divisão entre enunciado e enunciação não acontecem de maneira rápida em seu ensino. São décadas de elaboração⁴⁵. É interessante, pois, verificar que antes mesmo do discurso inaugural, em Roma (Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise, 1952/1953), com seu senso teórico aguçado, empenhado em “definir o que ela [a experiência analítica] traz à observação” (Escritos, p. 85), e atento ao sentido de Freud, Lacan destaca o fato de que na clínica psicanalítica trata-se de uma *experiência de linguagem*.

É assim que, já em um artigo de 1936 (“Para além do princípio da realidade”), Lacan coloca questões iniciais sobre a complexidade que o estudo da linguagem implica e dá indícios daquilo que, em sua teorização ulterior, seria trabalhado a respeito do sujeito da enunciação e do sujeito do enunciado:

a linguagem, por ser abordada por sua função de expressão social, revela ao mesmo tempo sua unidade significativa na intenção e sua ambiguidade constitutiva como expressão subjetiva, depondo contra o pensamento, sendo mentirosa com ele (Escritos, p. 86-7, grifos meus).

No entanto, seria preciso percorrer mais vinte anos⁴⁶ (1936 a 1956) de seu ensino para que, com uma clara alusão ao *aparelho formal da enunciação* de Benveniste e sua célula mínima (eu-tu), em 13/06/1956⁴⁷, fosse possível para Lacan fazer uma distinção entre o *eu* do discurso (que se apresenta como locutor) e o sujeito do inconsciente [*Eu*] em seu caráter evanescente: “o *eu*⁴⁸ [*moi*] não está nunca ali onde ele aparece sob forma de um

⁴⁵ Pelos limites deste trabalho não farei uma abordagem exaustiva de todo o caminho percorrido por Lacan no que respeita ao tema.

⁴⁶ A indicação da data é feita por KRUTZEN, H. (2005). Ratifico tal indicação a partir da busca eletrônica dos termos “enunciado” e “enunciación” na versão em espanhol de suas obras (Infobase).

⁴⁷ Ano que Lacan solicitou a Benveniste sua colaboração no primeiro número da revista *La psychanalyse*. O artigo de Benveniste teve o título original de “*Remarques sur la fonction du langage dans la découverte freudienne*”.

⁴⁸ (*moi*).

significante particular. O *eu* está sempre ali na qualidade de presença sustentando o conjunto do discurso”. Ou seja, não existe nenhuma identificação entre o (*eu*) do discurso e o *shifter*: o fato de haver língua e formas gramaticais não garante que se aceda a ela: é preciso a constituição do sujeito pelo Espelho e pelo Édipo. Para que haja uma tomada de um lugar de enunciação (que no discurso universal é designado pelos shifters), é preciso que haja a constituição de um ego (que na sua maior parte é inconsciente).

Seguindo a cronologia dos termos realizada por Krutzen (2005), a primeira distinção entre enunciado e enunciação é assim explicitada:

A estrutura da cadeia significante a partir do momento em que foi realizado o chamado ao Outro, quer dizer, onde a enunciação se superpõe, se distingue da fórmula do enunciado, exigindo algo que é justamente a captura do sujeito que era inicialmente inocente, porém o que aqui é matriz essencial, é o inconsciente na articulação da palavra. (Seminário 6, 12/11/58)⁴⁹.

A enunciação, para Lacan, articula-se com o desejo, não com a demanda, muito menos com a necessidade: “Tudo o que anima, *o de que fala toda enunciação, é desejo*” (Lacan,[1964]2008a, p. 140, grifos meus). Tal é a conclusão a que o psicanalista francês chega ao reler a *Interpretação dos Sonhos*, de Freud. Por situar a enunciação no nível do desejo e o enunciado no nível da demanda, a diferença entre ambos é representado por Lacan, em outro momento (03/12/58), por duas linhas: uma representante do processo de enunciação e outra do processo de enunciado. Essa duplicidade, afirma Lacan, sempre está em jogo quando se trata das funções da linguagem. Duplicidade que sempre terá, de uma linha em relação à outra, uma estruturação oposta: se uma é contínua, outra será descontínua e inversamente, pela ação do recalque:

A relação entre a linha do processo de enunciação com a linha do processo do enunciado é bem simples: é uma gramática, uma gramática racional que se articula nesses termos. Se a coisa os diverte, poderia lhe dizer onde ou como, em que termos e em que marco isto tem sido articulado. Porém, por ora, nosso assunto é este: isso que vemos quando o recalque se introduz, está essencialmente ligado à aparição absolutamente necessária de que o sujeito se apague ou desapareça ao nível do processo da enunciação (idem).

⁴⁹ Seminário inédito, acessível apenas em versões digitais (Infobase).

A verdade do desejo, enfatiza Lacan (idem) é, por si mesma, uma ofensa à autoridade da lei e nesse sentido, a saída desse drama se faz, para o sujeito, pela via da censura da verdade de seu desejo, cuja função é impedir um pré-conhecimento do enunciado. Proscrever o enunciado do processo da enunciação é uma tentativa que produz marca flagrante:

O sujeito, pelo fato de articular sua demanda, é tomado em um discurso no qual não pode senão estar, ele próprio construído enquanto agente da enunciação, porque não pode renunciar a ele sem este enunciado, posto que é apagar-se completamente como sujeito que sabe do que se trata (idem, 03/12/58).

A marca flagrante a que Lacan se refere é aquela do apagamento necessário do sujeito da enunciação, no nível do enunciado, pela qual a ação do recalque se introduz. O sujeito do inconsciente revela-se pela enunciação, campo que Lacan define como o campo da “mais profunda relação do sujeito com a articulação significativa” ([1959-60]2008c, p. 262-3); o sujeito do inconsciente é efeito da articulação entre significantes e, no campo do desejo, constitui-se como outro:

Qual é, pois, esse outro a quem sou mais apegado do que a mim, já que, no seio mais consentido de minha identidade comigo mesmo, é ele que me agita?⁵⁰

Sua presença só pode ser compreendida num grau secundário de alteridade, que já o situa, a ele mesmo numa posição de mediação em relação ao meu próprio desdobramento de mim comigo mesmo como também com o semelhante [...]

Em outras palavras, esse outro é o Outro invocado até mesmo por minha mentira como garante da verdade em que ela subsiste.

Nisso se observa que é com o aparecimento da linguagem que emerge a dimensão da verdade. (Lacan, 1998, p. 528-9, grifos meus)

A divisão entre enunciado e enunciação é tributária do inconsciente e só é possível admiti-la com esse reconhecimento. Efeito de linguagem, o inconsciente é um saber-fazer, um saber que não comporta qualquer conhecimento (idem, p.818) e, por isso,

⁵⁰ A escrita de Lacan aqui é poética; é impossível não evocar nesse ponto a canção “*O que será: a flor da pele*”, de Chico Buarque (“o que será que me dá, que me bole por dentro, será que me dá? ...Que todos os tremores me vêm agitar”).

engendra a dimensão da verdade nos furos do sentido ensejados pela barra entre o significante e o significado.

Pode-se concluir com Lacan que a enunciação é o *espaçotempo* (mais local e menos lugar, mais escansão e menos duração) *único*⁵¹ de indicação do [Eu] recalcado, do sujeito eclipsado por sua subordinação ao significante. (idem, p.830-31).

O impedimento de construir uma história por Terezinha foi desfeito por sua própria fala: o sujeito do inconsciente se mostrou pelo (*eu*) do discurso e, com isso, uma relação com sua verdade pode ser estabelecida. Como lembra Safatle (2006, p. 107), Lacan já esclareceu que “o imaginário é o lugar no qual toda verdade se enuncia”.

⁵¹ Lacan esclarece que “a fantasia é propriamente o ‘estojo’ daquele [Eu] que é primordialmente recalcado, por *só ser indicável no fading da enunciação*”. (1998, p. 831, negritos meus). Vale lembrar, é pela enunciação que há a manifestação de todas as formações do inconsciente: lapso, chiste, ato falho, sonho e sintoma: “a presença do inconsciente por se situar no lugar do Outro, deve ser buscada, em todo discurso, em sua enunciação” (idem, p.848).

CAPÍTULO 3

O QUE SE PASSA DE / EM UM CASO

Não façam cara feia, evoco de viés o que me repugna encobrir com a carta marcada da clínica (J. Lacan, Escritos, p.815)

3.1. PSICANÁLISE E ESCRITA DE CASO

A posição do psicanalista ao escrever um caso não se confunde com a do escritor literário. Escrever um caso possibilita ao psicanalista deparar-se e interrogar-se com/sobre sua práxis em qualquer possibilidade de transmissão da psicanálise. Tal condição permite problematizar a relação entre a posição do analista-escritor e a posição do analista na clínica. A não homologia entre essas posições permite a De Lemos⁵² afirmar que “o analista como escritor, isso é um disfarce” – questão que será tematizada logo mais.

Por outro lado, a concepção de escrita literária⁵³ de Deleuze (1997, p. 11) pode também se prestar a enunciar o que está em jogo na construção-desconstrução-reconstrução da escrita do caso:

Escrever é uma questão de devir, sempre inacabado, sempre a fazer-se, que extravasa toda a matéria vivível ou vivida. É um processo, quer dizer, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido.[...] A sintaxe é o conjunto dos desvios necessários, criados, de cada vez, para revelar a vida nas coisas.

Na concepção de Porge (2005), o relato de caso veicula saber e verdade uma vez que essa escrita representa a divisão que está em jogo, não apenas na distância entre a realidade e seu relato, mas principalmente naquela divisão que se trata na análise

⁵² Em conferência no XII Jornada Corpolingüagem e IV Encontro Outrarte: Psicanálise e mal estar na Universidade(IEL/UNICAMP), setembro 2012.

⁵³ Sem entrar no mérito da questão, importa ressaltar que a escrita de caso é de uma ordem *outra* que a escrita literária. Para Deleuze (1997, p.13) a escrita literária “só se instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau. [...] As duas primeiras pessoas do singular não servem de condição à enunciação literária; a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu (o neutro de Blanchot)”.

(enunciado e enunciação). Transmitir, afirma Porge, é desejar transmitir; desejo que, como tal, comporta um caráter de impossível nomeação de si mesmo e que encontra no objeto que deseja transmitir outra impossibilidade (idem, p. 47). Dito de outro modo, o relato de caso veicula uma disjunção entre verdade e saber, veiculando, ao mesmo tempo, verdade do saber da psicanálise. Nesse sentido, cada transmissão possível é carregada de impossíveis de se transmitir e o que se transmite, para além do fato teórico-clínico é, de fato, sua impossibilidade.

No entanto, um esforço de simbolização sobre o real da clínica faz-se necessário, pois a escrita confere estabilidade aos desdobramentos teóricos possíveis a partir das interrogações que a práxis faz à teoria. Revelando seu caráter de movimento, a práxis e sua escrita impedem o nefasto efeito da cristalização em um campo do saber. O fluxo contínuo que os interrogantes da clínica propulsionam abre fendas no *morro de saber* do analista que, ao se colocar em condição de dejetivo, pode fazer escoá-lo para fecundar e formar, na depressão desse saber, sempre suposto, um lago mais acetinado, em águas mais estáveis, porém em contínuo movimento.

No movimento de construção e desconstrução do caso a partir de seus restos, uma escrita acadêmica pode criar condições que permitam a localização de um elemento do caso (sempre singular) que não se deixa traduzir facilmente e problematize, assim, o universal da teoria. Esse elemento (composto por traços individuais) pode ser lido, por outro lado, como os traços das personagens literárias que embora individuais, não se referem a um único indivíduo, mas na condição a que a literatura eleva sua visão até os devires e potências. Nas palavras de Deleuze, as personagens literárias (idem, p.13)

são perfeitamente individuadas, e não são nem vagas nem gerais; mas todos os seus traços individuais *elevam-nas a uma visão que as transporta para um indefinido*, como um devir demasiado poderoso para elas. (grifo meu).

Se a posição do analista, na análise, é aquela de ocupar o *lugar de semblante de objeto* a, lugar de dejetivo, por outro lado, sua posição na escrita do caso, é bastante distinta: na escrita do caso não é possível fazer a economia de sua enunciação, *lugar de sujeito*, portanto. Freud interrogou-se sobre a fonte do material da criação literária e identificou-a

como um mecanismo tributário do brincar infantil: “O escritor criativo faz o mesmo que a criança que brinca. Cria *um mundo de fantasia* que ele leva muito a sério, isto é, no qual investe uma grande quantidade de emoção” ([1907]2006, p.135-6) grifos meus).

O adulto, para Freud, cria um mundo de fantasias, mas não mais como o brincar da criança. Nesse sentido, é possível encontrar na criação literária um mecanismo análogo às fantasias históricas – que, pelos seus exageros frequentes tingem de *tons de Almodóvar ou de Frida Kahlo*⁵⁴ o texto de um escritor e o distinguem daqueles sobretons de um relato outro a partir de uma observação. Os tons característicos dessas fantasias são aqueles de se colocar como sujeito e objeto, como aquilo que deseja e rejeita ao mesmo tempo e, por isso, provocam no leitor um efeito de sedução e captura. O mesmo efeito pode ser notado na tela de Magritte, “*Les jours gigantesques*” e pode levar seu observador a se interrogar, assim como Freud (idem,p.135): “de que fontes esse estranho ser, o escritor criativo, retira seu material, e como consegue impressionar-nos com o mesmo e despertar-nos emoções das quais talvez nem nos julgássemos capazes”?

Quando se trata do escrito, Lacan assevera: “Tudo que é escrito parte do fato de que será para sempre impossível escrever como tal a relação sexual. É daí que há um certo efeito do discurso que se chama escrita”. ([1972-73]2008b, p.40)

Essa condição, de fascínio ao ler/ver/escutar, de querer saber mais é que, a meu ver, é análogo ao que acontece à fantasia histórica. Lacan demonstrou que o discurso histórico – cujo mérito é o de manter não revelada, mas sempre insinuada a questão sobre a relação sexual - convoca a produção de um saber ao tomar por impotência o que é da ordem do impossível, uma vez que a posição histórica é uma “arte de relançar a questão, instaurando essa negação: não há relação sexual” (Julien, P., *in* Kaufmann, 1996, p. 249).

Nesse sentido, é possível entender que, por manter o impossível de saber (sobre a relação sexual), a criação literária produz efeitos. Um dos efeitos dos mistérios dessa criação é o fato de os escritores literários, em suas narrativas, desapossarem-se do seu *eu*: “Algo acontece (aos personagens) que eles só podem retomar renunciando ao poder de dizer Eu.”

⁵⁴ Referência à canção *Esquadros*, de Adriana Calcanhoto.

(Blanchot, citado por Deleuze, 1997, p. 13). É nesse sentido que, para Deleuze (Idem), a literatura desmentiria a concepção linguística que fundamenta a própria condição da enunciação nos embreantes, especialmente nas duas primeiras pessoas.

Nesse ponto, convém retomar a afirmação de Cláudia de Lemos sobre o disfarce que a posição do analista como escritor revela. O termo disfarce utilizado por de Lemos parece estar relacionado ao fato de que a posição de escritor criaria certa opacidade ao fato de o analista, segundo Lacan, ser a metade do sintoma:

Se o clínico que apresenta não sabe que uma metade de sintoma - como acabo de articular para vocês, recordando esses exemplos de Freud – ainda mais, que de uma metade de sintoma é ele que tem a carga, que não há apresentação do doente, mas diálogo de duas pessoas e que, sem essa segunda pessoa, não haveria sintoma acabado. Aquele que não partir daí, está condenado, como é o caso da maioria, a deixar a clínica psiquiátrica e estancar-se nas vias de onde a doutrina freudiana deveria tê-la tirado. (Lacan, 05/05/1965)

Tal afirmação é tributária de um conceito fundamental da psicanálise: a transferência. O conceito forjado por Freud e retomado por Lacan permite incluir *no caso* o sujeito e o analista, juntos ([1964]2008a, p. 225), pois:

Dividi-la nos termos de transferência e contra-transferência, qualquer que seja a sagacidade, a desenvoltura das proposições que a gente se permita sobre este tema, nunca é mais que um modo de eludir o de que se trata.

Disso depreende-se que o caso, de fato, constitui-se sempre numa singularidade, portanto, *um* caso, não no sentido indefinido do artigo, mas de um *UNO*, dado que nele se presentificam a singularidade das produções de fala de um analisante e da construção/interpretação escrita de um analista. Se na clínica há um sujeito analisante e um analista na posição de semblante objeto, na escrita do caso, há o escritor: “como sujeito, portanto, não se fala. Isso fala dele e é aí que ele se apreende” (Lacan, 1998, p. 849). Por outro lado, no que respeita à clínica, não é sem importância lembrar que “os psicanalistas fazem parte do inconsciente, posto que constituem seu destinatário” (ibidem, p.848).

Diante de tantas questões que a escrita do caso promove, a aposta que faço aqui é de que, a despeito de uma narrativa não poder comportar/suportar o ato analítico, escrita

do caso (em âmbito acadêmico ou fora dele) pode, em seu exercício, criar condições para que alguns de seus contornos aqui se esbocem. Dito de outro modo, a aposta é que o real da clínica em seu impossível encontre, pela escrita, formas possíveis de bordejá-lo, tal como um navegante que dirige sua nau alternando para um e outro lado do rumo que deve seguir quando o vento não lhe é favorável:

O significante *Isso* a que se refere o discurso nesse momento, quando há discurso –, esse significante pode muito bem ser o único suporte de alguma coisa. Por sua natureza, ele evoca um referente. Só que não pode ser o certo. É por essa razão que o referente é sempre real, porque é impossível de designar. Mediante o que só resta construí-lo. E nós o construímos, quando podemos (Lacan, 2009, p. 43).

A clínica é lócus da contingência e do impossível⁵⁵: o que é do real (impossível) do inconsciente, em algum momento, como um lance de dados, se dá a ler (simbólico). Porém, o que se pode se escrever disso, com diz Lacan, não tem “absolutamente nada a ver, em caso algum, com o que vocês possam escrever a respeito ([1972-73]2008b, p.43)”.

3.2. PROBLEMATIZANDO A ESCRITA DE CASOS

A problematização da escrita de um caso faz-se necessária pois sua realização pode localizar-se sob o agouro de uma produção teórica incerta, cuja realização não leve em conta que “nenhum exemplo construído poderia igualar o relevo que se encontra na vivência da verdade” (Lacan, 1998, p.503), ao pretender “*ilustrar*”⁵⁶ com um caso prático. Ao pretender ser um *informe*, o que se revela das vinhetas clínicas é que pretendem *enformar* o caso à teoria e que comportam um *não conforme* à teoria⁵⁷, seja porque o

⁵⁵ Cabe lembrar, neste ponto as categorias de necessário, contingente e impossível distinguidas por Lacan ([1972-73]2008b, p. 155): “Parar de não se escrever” refere-se à contingência; o necessário refere-se ao “que não pára de se escrever”. O que “não pára de não se escrever” refere-se ao real da relação sexual. Importa ainda ressaltar que o campo do real só existe como tal na articulação com o campo do simbólico e do imaginário.

⁵⁶ No entanto, Lacan utiliza o verbo “ilustrar” no *Seminário sobre a carta roubada*, dizendo que irá ilustrar a verdade do pensamento freudiano demonstrando, numa história, como a história do sujeito está determinada pelo percurso de um significante. (1998, p. 14). Retomarei o que está em jogo nesse *ilustrar* mais adiante.

⁵⁷ A maior questão das vinhetas, para Le Gaufey estaria, entre outras, em não se perguntar: por que produzir uma harmonia entre um caso e aquilo do qual deriva teoricamente? A falta dessa pergunta aparece como

pensamento clínico do analista se orienta pelo que deseja ver (às custas de um descaso com a teoria), seja pela alienação em que se situa em relação à teoria que, à maneira de uma camisa de força, faça a tentativa de colocar *toda* a prática sob a proteção de uma questão teórica.

Para essa discussão, torna-se necessário deixar claro as categorias de universal, particular e singular. O *universal* aqui é entendido como a característica que é comum a todos os sujeitos, que abrange todos os sujeitos. O particular diz respeito ao que concerne a uma classe, àquilo que é comum entre um sujeito com outros e que, por semelhança, podem ser agrupados em várias classes. O singular é aquilo que caracteriza um e apenas um indivíduo ou elemento do universal. Encontra-se nas palavras de Miller (2008, s/p.) uma outra possibilidade de apreensão do que aqui se trata a esse respeito:

Não é o particular. Aquilo que nos é particular é o que temos em comum com alguns.

O particular é o que permite formar classes clínicas. É o que se assemelha de um sujeito outro – Ah! É a mesma coisa. Esse exercício foi levado a seu ponto máximo com a grande clínica psiquiátrica clássica em que, de um grande caos de doenças mentais, um Kraepelin, por exemplo, conseguiu fazer capítulos, parágrafos, classes sujeito a e subclasses, agrupando fenômenos particulares pelos quais os sujeitos se assemelham, exigindo que eles se assemelhassem assim, não somente no momento em que são apreendidos mas também na evolução do quadro clínico. A clínica se faz no nível do particular. Evidentemente não é o universal, aquilo que vale para todos.

Com Joyce, em sua obra, temos um produto que vale apenas para o um-sozinho [untout-seul]. Portanto, nesse sentido, Lacan inventou o conceito de *sinthoma* para designar o singular, podemos dizer, fora da clínica, fora da classificação, o singular em seu absoluto.

sintomática do recalque que lhe acarreta a resposta: “para responder a uma determinada ideia da clínica segundo a qual o saber é congruente com a realidade que descreve” (Le Gaufey, 2007, p. 152. minha tradução).

Le Gaufey (2007, p.155) distingue duas opções de encaminhamentos teóricos, a partir de funcionamentos lógicos distintos⁵⁸: uma opta por conceber que a arquitetura conceitual **expressa** a ordem do mundo. A outra opção é aquela que concebe que o conceito teórico **deixa escapar** a ordem do mundo, e é nessa subtração que o objeto ancora sua existência: “*O traço que apresenta o objeto, a situação ou o indivíduo, e que lhes permite colocá-los sob tal conceito, não é com efeito da mesma natureza que o traço presente no conceito*” (idem, p.153, itálicos do autor).

Citando Willian James, Le Gaufey (idem, p.154) esclarece que essas duas posições não são derivadas de apenas uma opção técnica – como acreditava Aristóteles – mas constituem maneiras muito distintas (e quase diametralmente opostas) de fazer trabalhar com o campo do saber em relação ao objeto a que ele se refere. Le Gaufey salienta ainda que, embora excludentes entre si, nenhuma dessas posições pode ter a pretensão de “ser a lei e reinar por si só” (ibidem). A visada do autor, entretanto, não é a de uma conciliação entre essas duas opções de encaminhamento, mas sim a de assinalar as implicações que se desdobram dessas opções, abrindo caminhos divergentes na clínica.

É nesse sentido que Le Gaufey apresenta a seus leitores o percurso de Lacan que parte da lógica clássica (aristotélica) para formular, a partir da lógica, uma *outra lógica* das proposições, uma vez que sua intenção, conforme o autor (idem, p. 95), é a de pôr em perigo a universal negativa que não se adequaria para situar em suas redes a função fálica tal como Lacan a forjara. Nessa direção, Lacan cria seu conceito de *não-todo*.

Percorrer a elaboração do conceito de *não-todo* de Lacan, ainda que não exaustivamente como o fez Guy Le Gaufey, mas a partir dele, permite situar o relato de caso em relação à (pretensa) universalidade do conceito teórico, não de maneira ingênua, a tal ponto que se pudesse prescindir dele; pelo contrário, trata-se de poder sustentar a

⁵⁸ Essas duas opções de encaminhamento teórico são resultado da investigação de Le Gaufey sobre a consistência lógica dos quantificadores de Lacan e suas consequências clínicas. A primeira é referida à particular mínima, enquanto à segunda fundamenta-se na particular máxima. Ambas serão discutidas ainda neste capítulo, quando será resumido o argumento da densa exposição do autor que empreita deixar claro como, a partir da particular mínima, chegou-se à particular máxima na lógica.

complexa e tensa relação entre a práxis e sua teorização, levando em conta o paradoxo que se aninha no próprio conceito de sujeito do inconsciente, objeto mesmo da psicanálise: “O sujeito que se deduz da linguagem e de sua incidência em um corpo não é algo que possa caber no conceito, nem sequer no de sujeito.” (idem, p.11).

Há, entretanto, inúmeros trabalhos que pretendem ilustrar, por um exemplo demonstrativo, um conceito teórico. É o que ocorre nas chamadas “vinhetas clínicas”. Le Gaufey (idem, p.155-6) esclarece como o movimento de escrita nessas vinhetas *inclui* uma crença na conformidade e, nessa posição, *exclui* a possibilidade de haver uma crítica à teoria, impedindo-a de avançar. Como efeito desse movimento, o fragmento teórico ganha o estatuto de *coeficiente de realidade*, que funciona, por sua vez, como um supereu voraz e protetor, impossibilitando a produção do traço subversivo que legitima uma clínica que se pretende psicanalítica. Ou seja, um tiro que sai pela culatra.

Herdeira, talvez, de um desejo de complementaridade possível a partir da posição da “libido única de essência masculina” (Roudinesco E. & Plon, M., 1998, p. 221) tal como descrita por Freud em relação ao falo, as vinhetas clínicas pretendem, com seus casos, indicar aquilo que, na prática, conformaria a prática à teoria e vice-versa. Lacan, por outro lado, entende que na proposição freudiana de libido única de essência masculina está em jogo “*todos os homens têm o falo/ nenhuma mulher tem o falo*”. Tal proposição universal (sendo uma afirmativa e outra negativa) é inaceitável para Lacan pois avaliza a fantasia de tal complementaridade e “desemboca numa concepção do Um como negação da diferença e exclusão da castração, como quando se diz, por exemplo, ‘a humanidade’ ou ‘o gênero humano’.” (idem, p.703).

É nesse sentido que Lacan vai recriar o quadrado lógico das proposições – originalmente inventado por Apuleio⁵⁹ (Lacan, 2012, p.103) a partir da lógica clássica de Aristóteles – e com ele dispor as suas fórmulas de sexuação, das quais participa o conceito de não-todo (*pas tout*).

⁵⁹ A partir daqui, seguirei de perto as elaborações de Guy Le Gaufey (2007) assinalando alguns dos passos teóricos de Lacan de maneira não exaustiva pois não intento problematizar o assunto e tão somente indicar alguns dos desdobramentos que levaram Lacan a construir suas fórmulas sobre a sexuação, com a tese do *não-todo*, essencial para a discussão do presente capítulo.

A lógica clássica de Aristóteles (e seu silogismo) é constituída por três proposições declarativas (premissas) que se articulam de tal modo que a partir das duas primeiras é possível deduzir uma conclusão⁶⁰. O quadro das proposições lógicas com seus lugares conhecidos desde Aristóteles e ordenados por Apuleio (cf. Le Gaufey, 2007, p.84) demonstra que, partindo-se de uma proposição universal, pode-se derivar uma proposição particular. Tais proposições podem ser, ainda, afirmativas ou negativas. Tome-se por exemplo, as proposições:

Universal afirmativa: Todo homem é mortal / **Universal Negativa:** nenhum homem é mortal

Particular afirmativa: Algum homem é mortal / **Particular negativa:** alguns homens não são mortais.

Vale ressaltar que, na lógica, uma proposição particular *nunca* se confunde com uma proposição singular que diz respeito a apenas um, só um, indivíduo conforme nos assevera Le Gaufey (2007, p. 131).

Seguindo os caminhos que urdem e tramam as fórmulas da sexuação nos seminários de Lacan desde os momentos que antecedem e preparam sua formulação – notadamente desde quando introduz sua definição canônica de sujeito, em 1962⁶¹, até sua formulação final em 1973 –, Le Gaufey revela, de maneira minuciosa, o gesto criador de Lacan em sua lenta⁶² elaboração que exige entender sua consistência lógica para daí abstrair suas consequências clínicas.

⁶⁰ A teoria do silogismo foi exposta por Aristóteles em *Analíticos anteriores*, terceiro livro do *Organon*.

⁶¹ O sujeito é representado por um significante para outro significante (Seminário da Identificação, 1962).

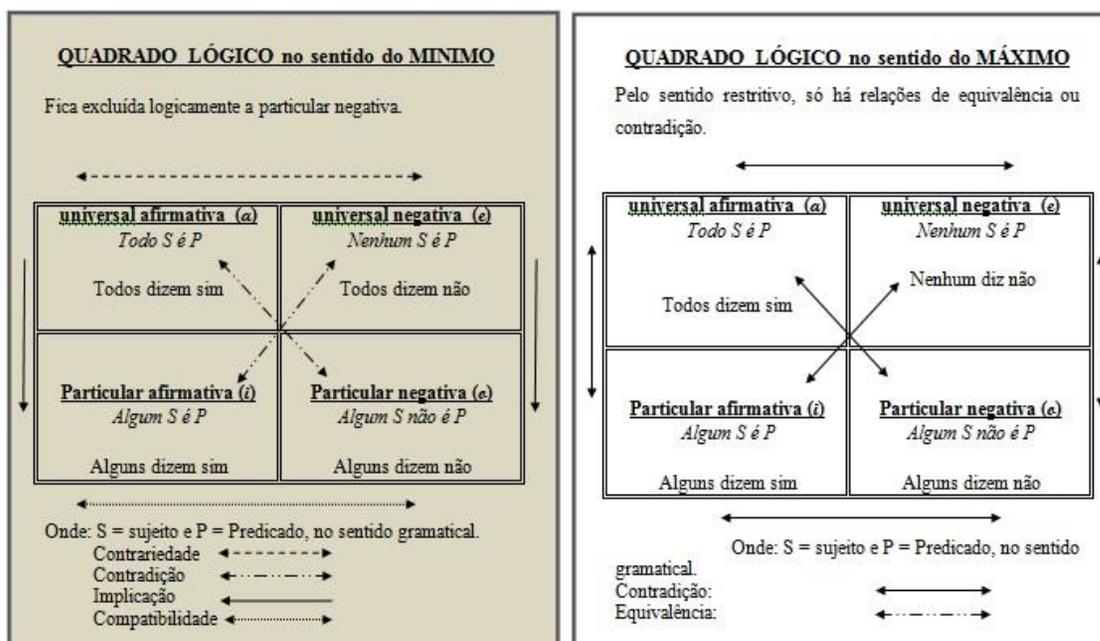
⁶² É digno de nota lembrar que Lacan enuncia que se deteve por mais de vinte anos a elaborar as questões em torno da diferença sexual. Tal afirmação foi feita em seu seminário “... ou pior” (1972) quando se recorda que declinou da honra de um convite feito por Simone de Beauvoir. Na época, a célebre escritora estava prestes a lançar seu livro “O segundo sexo” e havia pedido a Lacan para fazer contribuições psicanalíticas para seu livro. Na época, Lacan lhe pedira uns bons seis meses para elucidar a questão. No entanto, por compromissos editoriais, a autora entendera que tal espera seria impossível. No entanto, é possível notar que Lacan dialoga com o título do livro durante todo seu seminário.

Le Gaufey demonstra que Lacan encontra no artigo “*La proposition particulière et les preuves de non-concluance chez Aristote*” de Jacques Brunschwig⁶³ os argumentos de que precisa para questionar a universal negativa tal como elaborada pela lógica clássica:

Brunschwig chama de entrada a atenção sobre o problema vinculado com a proposição particular em Aristóteles: seguindo a língua natural, o termo “alguns” pode, com efeito, ser entendido em dois sentidos diferentes, um que denomina *máximo* e o outro *mínimo*. Porém esses dois sentidos se entrelaçam em uma relação diferente da particular com a universal. Quando afirmo que “alguns A pertencem a B”, ficam abertas duas possibilidades: ou bem todos os A pertencem a B, em cujo caso isso também é certo *a fortiori* sobre alguns, e a particular e a universal são verdadeiras ao mesmo tempo; ou bem “*não todos* os A pertencem a B” e, nesse caso, só alguns pertencem, os demais não pertencem, descartando assim a verdade da universal afirmativa. O primeiro sentido da particular é chamado por Brunschwig “mínimo”, na medida em que não é mais que uma partição do “todos” da universal: há “ao menos um” (e possivelmente vários, sem excluir em absoluto que seja o caso de todos). O segundo caso se chama “máximo”, na medida em que admite um limite superior que impede de chegar a “todos”: também há ali “ao menos um”, porém fica excluído que tal seja também o caso de todos, esse alguns é restritivo, como se usa na língua comum. (Le Gaufey, 2007, p. 96)

Para Le Gaufey, Brunschwig busca, em seu texto, demonstrar como Aristóteles operou o quadrado lógico das proposições para, enfim, enterrar a particular máxima (idem, p.103). Segundo o comentador, Brunschwig não extrai essa conclusão do pensamento de Aristóteles contentando-se apenas com a ambiguidade presente no termo “alguns”, mas porque Brunschwig reconstrói os quadrados lógicos no sentido do mínimo e do máximo e trabalha com eles, para daí destacar algumas relações entre as proposições:

⁶³ historiador da filosofia, filologia e tradutor francês. O texto ao qual Lacan faz menção em 03 de março de 1972 foi publicado nos *Cahiers pour l'analyse*, nº10, Trabalhos do Circulo de Epistemologia da ENS, Paris, Seuil, 1969, p. 3-26. Disponível em <http://cahiers.kingston.ac.uk/vol10/cpa10.1.brunschwig.html>.



No **sentido mínimo**: as universais (A/E) não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo e são contraditórias entre si. Por outro lado, as particulares não podem ser falsas ao mesmo tempo, ou seja, são compatíveis ao mesmo tempo. Em relação às universais, as particulares da mesma qualidade (I/O) mantém uma relação de implicação. No eixo diagonal do quadro há uma relação de contradição, ou seja, entre universais afirmativas (A) e particulares negativas (O), por um lado e as universais negativas (E) e as particulares afirmativas (I), por outro.

Já em seu **sentido máximo**, dado o seu caráter restritivo, quando é verdadeiro que “alguns dizem sim”, fica excluído logicamente que “todos dizem sim” e é necessariamente verdadeiro que “alguns dizem não”. Ou seja, entre a universal afirmativa e sua particular, há contradição e entre a particular afirmativa e a particular negativa, há equivalência. A mesma relação de equivalência se dá entre as universais e, portanto, são ambas verdadeiras ou falsas ao mesmo tempo.

Brunschwig chega à conclusão de que Aristóteles liquida as conotações da particular máxima, em favor da mínima. O sentido mínimo é aquele que toma “alguns” como sendo apenas uma partição do “todos” e não tendo um sentido restritivo. Dito de outro modo, entre a universal afirmativa e sua particular correspondente há uma relação de implicação. É no sentido máximo que tal relação ganha um caráter de contradição e, por isso é rejeitado por Aristóteles que sempre busca, a partir de uma particular, saber se sua universal correspondente é verdadeira ou não. Tal relação de implicação, como visto, só existe na proposição mínima.

Ao contrário do estagirita, Lacan encontra nessa particular máxima o instrumento que, em lugar de dar-lhe acesso a um todo da universal que o incomoda por mais de um motivo, abre-lhe passo a um *todo* desprovido da existência e com ele a um não-todo, *uma existência sem essência* – o mesmo que quer por em relevo do lado mulher. (Le Gaufey, 2007, p.103).

É na formulação da universal negativa de Peirce (não há um que...) que Lacan encontra uma correspondência à sua formulação do conceito de sujeito do inconsciente: tal proposição é esvaziada de qualquer elemento, um nada, correspondente ao não-ser (idem, p.10). Tal conceituação interessa a Lacan pois, segundo Le Gaufey (idem, p.87), o foco de Lacan, nesse momento de sua teorização, é o de sublinhar que o quantificador universal “para todo” (\forall) não suscita nenhuma necessidade relacionada à existência, ao contrário do quantificador “existencial” (\exists) que implica a existência de (ao menos) um elemento.

É assim que, para se fazer entender, Lacan utiliza o exemplo das raízes das equações de segundo grau:

não todas pertencem ao números reais já que algumas, as raízes dos números negativos, só podem resultar números imaginários. Deixando de lado os números complexos (que conjugam números reais e números imaginários), Lacan pode por em relevo que existem casos em que há raízes reais, e que também existem outros casos em que não há (idem, p. 90).

Com tal desenvolvimento, resume Le Gaufey (ibidem), Lacan pode concluir que a questão da pertinência de um elemento a um conjunto só se sustenta a partir da existência desse conjunto e que o quantificador universal “para todo” (\forall) só existe com o

conjunto a ele referido. É assim que Lacan chega a deduzir, do ponto de vista puramente lógico, que “A mulher” não existe.

Ao colocar em perigo a universal negativa da lógica clássica, Lacan coloca em uma *outra cena* em relação à lógica:

Eu gostaria, antes de deixá-los, de introduzir uma coisa. Trata-se aqui de explorar o que chamei *de uma nova lógica*.

Esta deve ser construída a partir daquilo que não é – ou seja, a partir disto que deve ser formulado em primeiro lugar: nada do que acontece em decorrência da instância da linguagem pode desembocar, de modo algum na formulação satisfatória da relação. (Lacan [1971], 2012, p.20, grifos meus).

Nesse novo caminho, Lacan recorreu, no ano anterior, a Russel e seus paradoxos e a Damourette e Pichon para discutir a negação gramatical (uma vez que desloca a negação para o quantificador *para todo* da proposição universal negativa). É nessa direção, conforme indica Le Gaufey (idem, p. 84), que Lacan, em março de 1971, retoma por um lado parte do que extraiu de Peirce e por outro a sua própria elaboração sobre função fálica enquanto relação com o gozo (cifrada com a letra Φ ⁶⁴) e por último aos quantificadores da lógica, para começar a escrever o *seu próprio* quadro lógico, subvertendo completamente o quadro de Apuleio; e em 17 de março de 1971, propõe o seguinte matema para articular o que acontece com a relação sexual (Lacan, 2009, p. 103):

$\forall x.F(x)$ ⁶⁵, universal afirmativa [para todo x, phi de x]

$\exists x.F(x)$, aqui, particular afirmativa [existe um x tal que phi de x]

Le Gaufey (idem, p. 86) apresenta a *hesitação* de Lacan ao adotar (brevemente) o matema que corresponderá ao não-todo ($\overline{\forall x.F(x)}$) ao indicar a notação da negação da

⁶⁴ Lacan credita a Frege a articulação da função x como proposição: “Daí uma inscrição possível [...] dessa função como Φx , a qual os seres responderão segundo sua maneira de ali fazer um argumento. Essa articulação como proposição é a de Frege.” (LACAN, 1973, p. 457)

⁶⁵ Na versão para o português da Editora Zahar (2009, p. 103), as notações de universal afirmativa ($\forall x.F(x)$) e particular afirmativa ($\exists x.F(x)$) estão escritas de forma equivocada, pois o traço superior designa uma negação. No original, em francês, a notação está sem o traço da negação.

universal negativa ($\forall x.\overline{\Phi x}$)⁶⁶. O autor (ibidem) enfatiza que o valor dessa hesitação não está em si mesma, mas na liberdade que concede em relação aos textos escritos. Recuperar tal hesitação, segundo Le Gaufey, possibilita que se interrogue por que Lacan a diz assim e não de outro modo e como chegou até ali. O movimento de construção de Lacan, flagrado em sua hesitação, indica uma espécie de maturação necessária aos conceitos, ao fazer a teoria trabalhar, evitando a rápida canonização de seus escritos ainda em fase de lapidação.

No entanto, o autor informa que, para não se reduzir a uma visão parcial da operação global que Lacan pretende realizar, é preciso voltar ao texto de Jacques Brunschwig, que teve o papel de fonte (idem, p.96) para o trabalho de Lacan de questionamento (e posterior subversão) da universal negativa. Nesse artigo, Lacan identifica que Brunschwig trabalha com as dificuldades que Aristóteles teve com a proposição particular, quando o clássico filósofo

certamente percebe que a existência não poderia estabelecer-se, de modo algum, a não ser fora da universal, dessa forma ele situa a existência no nível da particular, particular esta que absolutamente não é suficiente para sustentá-la, embora dê a ilusão de fazê-lo, graças ao emprego da palavra *algum*. (Lacan, 2012, p.103)

A caminho dessa nova lógica, é possível localizar na teorização Lacaniana o trabalho realizado a partir do texto freudiano de 1913 (Totem e Tabu) e sua influência decisiva na formulação de seu quadrado lógico de fundação do lado masculino: a particular negativa onde *todos os homens estão submetidos à castração, menos um* (o pai da horda primitiva). Tal conjunto (o de todos os homens) só se forma a partir de um elemento que dele está fora (o pai da horda), garantindo o fechamento do conjunto.

Por outro lado, no lado feminino do quadrado, não existe nenhum correspondente ao pai originário que escapasse à castração sendo que “as mulheres têm acesso ilimitado à função fálica” (Roudinesco & Plon, 1998, p.703). Nessa medida, não

⁶⁶ “não sabe Lacan naquele 17 de março de 1971- que a barra da negação não afeta o quantificador para produzir o famoso nãotodo ($\forall x.\Phi x$, que aparecerá logo depois em 19 de maio), senão apenas a função mesma, ocasionando a partir dali o ($\forall x.\overline{\Phi x}$) cuja existência será breve”. (Le Gaufey, 2007, p.86)

existe o ao-menos-um (*hommoinzun*⁶⁷) elemento do “conjunto das mulheres” que, não submetida à castração, daria garantia lógica à existência do conjunto “todas as mulheres”, com seu respectivo quantificador universal (\forall). E, se não existe tal conjunto, não existe elemento ($\exists x$) que a ele pertença. Logicamente, não é possível escrever $\forall x.\Phi x$ e, por isso, dirá Lacan, em 17 de maio de 1971: “o *todas as mulheres* não existe” ([1971]2009,p.64), depois de ter concluído que

A falta de limite do lado da mulher, o fato de não haver exceção não assegura mais o universal da mulher. O “sem exceção” longe de dar consistência a algum “todo” naturalmente o dá ainda menos ao que se define como *não-todo* (Lacan [1971-2a] lição de 03/03/1971, inédito).

Evidentemente não se trata de negar a existência de cada mulher, mas o de apontar que, do ponto de vista lógico, não há o conjunto que poderia coletivizar todas as mulheres; elas constituem apenas uma legião (Le Gaufey, 2007, p.115).

Importa ressaltar que, como afirma Le Gaufey as escrituras lógicas da sexuação de Lacan não tratam de definir o que seria a essência do gozo feminino; diferente de tal apreensão considerada simplista pelo autor, sua construção revela que “de um extremo ao outro das escritas se trata de *desconstruir a possibilidade* de uma dualidade de essências [uma masculina e outra feminina] a fim de escrever uma não relação”. (idem, p. 132, ênfases minhas); da mesma forma, não se trata de traçar perfis com traços que permitam situar neles Homem e Mulher. Trata-se, com efeito, de fazer aparecer a irreduzível dissimetria entre ambos, e que tal dissimetria não se baseia em nenhum traço dado em outro lugar (idem, p. 115).

Ao constituir suas fórmulas a partir do enigma da diferença sexual que não cessa de não se escrever, Lacan concorda com a particular máxima, tal como proposta por Brunschwig, a qual trata de escrever **que a particular afirmativa se opõe à universal afirmativa**. No entanto, para formulá-la a seu modo, influenciado por Blanché, “Lacan

⁶⁷ Neologismo criado por Lacan a partir da sua homofonia à expressão “ao-menos-um”, na língua francesa (*au-moins-un*), que permite na sua escrita, ler *homme* (homem). [cf. nota de Silvio Mattoni, tradutor para o espanhol do livro de Guy Le Gaufey (2007, p. 87)].

transforma a negação chamada débil do quantificador universal ($\overline{\forall x}$) em um quantificador existencial ($\exists x$)” e com isso produz a escrita da particular afirmativa, (idem, p.111) diferenciando-a também de Brunschwig e de Aristóteles. A universal negativa o interrogava há dez anos, desde seu encontro com o trabalho de Peirce, durante o seminário da Identificação. Para Peirce (*citado por Le Gaufey, 2007, p. 112*) “a universal negativa pode ser concebida não só como o conjunto dos elementos que não satisfazem a função, mas também como o lugar onde não se encontra nenhum elemento”.

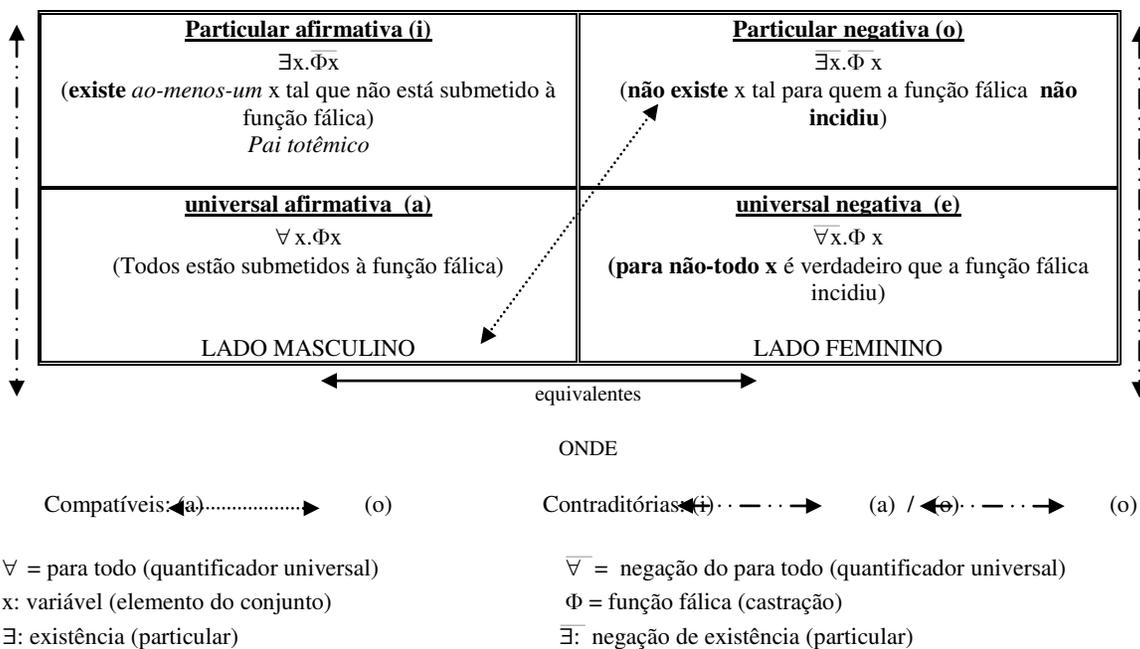
A invenção de Lacan consiste em ler, a partir do sentido máximo das proposições, “não alguns” ($\overline{\exists x}$) como “nenhum”, ainda quando está ocupando o lugar de “todos”, subvertendo completamente o quadrado lógico de Apuleio. Essa invenção permite a Lacan fundar uma proposição universal a partir da exceção que se lhe opõe⁶⁸.

Le Gaufey (idem, p. 163) esclarece que o estatuto da exceção que Lacan propõe não é possível ser capturado por nenhum exemplo, dado que essa exceção não se reduz a um ou vários casos que fariam exceção à universal afirmativa, não se sustenta por se configurar por uma questão estatística de raridade. A exceção configurada pela particular máxima não está referida, portanto, a um caráter quantitativo (uma minoria de existência em relação ao “todos”), mas sim a algo *qualitativo*: a existência fica restrita apenas às proposições particulares. Dito de outro modo, o autor adverte que o nãotodo de Lacan, construído pela particular máxima à maneira de Brunschwig, impõe, por necessidade lógica, conceber *apenas as particulares* no terreno da existência e as proposições universais totalmente desprovidas de existência.

Em sua formulação final, o quadrado das proposições de Lacan pode ser colocado como o que segue abaixo. Note-se que no quadrado de Lacan, ao contrário do de

⁶⁸ É nesse ponto que Le Gaufey tece uma crítica a Lacan para dar relevo à sua descoberta: o autor menciona que Lacan, ao fazer da assíntota da hipérbole um exemplo de exceção capaz de servir de fundamento, “não faz justiça à sua descoberta de escrita e seu comentário matemático permanece sem chegar à sua audácia lógica” (idem, p. 162). A crítica de Le Gaufey é a de que a solução *hiperbólica* de Lacan, de fato, reduz o valor da exceção ao preço de maximizar a existência dos elementos do “todos”.

Apuleio, as particulares situam-se no nível superior, subordinando as universais, ou seja, as particulares implicam as universais ao mesmo tempo em que as contradizem, desta forma:



Na lógica clássica, ao contrário, se todo S é P, não poderia haver o *ao-menos-um* que não seja P, já que uma universal implica necessariamente uma particular da mesma qualidade. Na lógica clássica, no quadrado lógico da máxima, ou bem as particulares são verdadeiras ou bem as universais são verdadeiras; dado que são contraditórias entre si, jamais podem ser verdadeiras (ou falsas) ao mesmo tempo. No quadrado de Lacan não é isso que acontece, uma vez que se mantém a ambiguidade, pois a relação entre elas não é apenas de contradição, mas também de implicação, em função do predicado que está em jogo (a função fálica). Lacan considera que a questão da diferença sexual é exatamente o que escapa a Aristóteles ao produzir e destacar a função de prosdiorismos⁶⁹ (Lacan [1971-2b], 2012, p. 13).

Na síntese genial de Le Gaufey (2007, p. 184), o quadrado lógico definido por Lacan pode ser lido (e escrito) assim:

⁶⁹ Determinação na lógica formal a partir do uso de *tudo/todo*, *algum(ns)*.

Enquanto um todo enunciado ($\forall x.\Phi x$) está fundado na existência de exceções ($\exists x.\overline{\Phi x}$), e enquanto não há exceção ($\overline{\exists x.\overline{\Phi x}}$), o que existe não se coletiva em nenhum todo ($\overline{\forall x.\Phi x}$).

Com o privilégio dado pelo ensino de Lacan à particular máxima e pelo percurso feito por Le Gaufey, a meu juízo, é possível depreender que 1) *a arquitetura conceitual* não pode ser tomada como uma *proposição universal verdadeira*; 2) das proposições universais e particulares na particular máxima está excluído qualquer peso ontológico; 3) ainda que existam elementos individuais que se localizam dentro de um conceito pelo funcionamento da particular mínima, há sempre um resto que nele não cabe pois também continua em funcionamento o objeto a, em sua irreduzível existência sem essência.

Le Gaufey (2007, p. 114) ainda esclarece que há um ponto fundamental para que se compreenda o que está em jogo nessa elaboração: é o fato de que, para Lacan, o sexo afeta a lógica, assim como a lógica afeta o sexo; sua convicção vem do caráter binário estrutural da lógica.

Tal formulação tem uma implicação clínica imediata: se a afirmação de uma existência (particular afirmativa) opõe-se ao conceito (universal afirmativa) sob o qual tal existência se situa, “adeus vinhetas clínicas!”, nas palavras de Le Gaufey (idem, p.10) autor que considera que a *ilustração* da teoria a partir dos casos denota uma teoria obcecada mais por sua própria transmissão do que por um enfrentamento com sua prática. O problema das vinhetas clínicas é situar sua formalização operando com a particular mínima, promovendo uma conveniência entre o saber com a realidade que descreve (idem, p. 152-3).

Do real que emerge na clínica, ou daquilo que se chama “prática”, por ser um campo heteróclito (aliás, como tudo o que está no campo da linguagem, seguindo a concepção de Saussure), não é possível daí extrair elementos comuns ou exceções que lhe confirmam uma regra ou uma classificação (que na formulação de Lacan corresponderia a não existe x para tal predicado). Ao afirmar a não-existência desse *um elemento* que escape à sua incidência, essa não exceção não permite fundar uma regra universal para predicá-lo.

Como não existe um conjunto de todas as práticas (ou, a fórmula de Lacan sobre o lado feminino, para não-todo x é verdadeiro que a função fálica incide – conjunto que não existe), pode-se concluir que *A prática*, como tal, não existe e, nesse sentido, não existe relação teoria-prática, ou seja, não existe simetria entre ambas e o caso clínico sempre faz um furo no universal da teoria. Não será essa a hipótese também de Porge ao se referir à “*intrincação* entre teoria e prática” (Le Gaufey, 2007, p. 80) e não a uma relação entre ambas?

A partir do quadrado lógico das proposições de Lacan parece lícito conceber que a escrita do caso situa-se no lado esquerdo haja vista que uma produção de sentido, pela via do simbólico é tributária da significação fálica. Mais precisamente, situa-se no eixo superior, aquele da particular afirmativa: a escrita do caso se escreve pela via de uma contradição (negação) da universal afirmativa que, por essa condição, fura o conceito, em um movimento que, se não o invalida, também não permite que essa penetração lhe seja anódina.

Por outro lado, a singularidade da experiência analítica - naquilo que a clínica mostra da dimensão real de sua experiência – bem pode ser situada no quadrante inferior direito, uma vez que “o que existe não se coletiviza com nenhum todo” (idem, p. 184). Basta estar atento ao real da clínica e conceder-lhe autoridade sobre a literatura que o que se encontra é uma falta, uma falha, uma não coincidência com a teoria. É no encontro sempre faltoso do simbólico com o real da clínica que a teorização não pode se sustentar como uma “relação” com a prática; pelo contrário, com Lacan, a partir de suas fórmulas de sexuação e da tese do *não-todo*, pode-se admitir que *há uma não-relação entre o real da clínica e sua teorização*.

Aquilo de que se trata na clínica, o inconsciente, é um saber que cifra as experiências simbólicas e imaginárias do sujeito, ao sabor da contingência e, por isso, impossível de ser reduzido ao significante:

No discurso analítico de vocês, o sujeito do inconsciente, vocês supõem que ele sabe ler. E não é outra coisa, essas histórias do inconsciente, de

vocês. Não só vocês supõem que ele sabe ler, como supõem que ele pode aprender a ler.

Só que, o que vocês o ensinam a ler não tem, então absolutamente nada a ver, em caso algum, com o que vocês possam escrever a respeito. (Lacan, [1972-73]2008b, p.43).

Se Le Gaufey extrai importantes consequências clínicas a partir das fórmulas da sexuação de Lacan pela particular máxima e daí pode concluir que “não se oscila sem inconsequência entre os quadrados lógicos” (idem, p.160) ou que “não se passa continuamente de um quadrado lógico ao outro” (idem, p. 161) é porque sua intenção é a de fazer a crítica do relato de caso ao modo das vinhetas, em que o caso aparece como um exemplo para *ilustrar*, para confirmar a teoria. No entanto, como foi mencionado no início deste segmento, Lacan usa o termo *ilustrar* numa outra acepção que aqui cabe ressaltar pelo interesse que nela se encontra.

Lacan abre seus *Escritos* com o *Seminário da Carta Roubada*, e é nesse texto que se pode encontrar Lacan utilizando o termo *ilustrar* ao enfatizar a insistência da cadeia significante no automatismo da repetição (*Wiederholungszwang*), advertindo contudo que

essa ênfase seria prodigalizada em vão, *se apenas servisse, na opinião de vocês, para abstrair uma forma geral de fenômenos cuja particularidade em nossa experiência seria para vocês o essencial*, e dos quais não seria sem artifício que romperíamos o compósito original.

Foi por isso que pensamos em *ilustrar* hoje a verdade que brota no momento do pensamento freudiano que estamos estudando, ou seja, que é a ordem simbólica que é constituinte para o sujeito, *demonstrando-lhes* numa história a determinação fundamental que o sujeito recebe do percurso de um significante. (Lacan, 1998, p.13-14; grifos meus)

Para abordar o que entendo estar em jogo nesse *ilustrar*, é necessário ainda uma outra entrada nos escritos de Lacan. Trata-se, agora da abertura de seus *Outros Escritos*. O organizador da coletânea deixa claro no prólogo que são muitos os motivos que fazem *Lituraterra* ocupar o lugar concedido à *Carta Roubada* nos *Escritos*.

Lituraterra faz referência à *Carta Roubada* e é o momento no qual Lacan está afirmando que a eficácia literária de Poe naquele conto deve-se ao fato de que a história se

sustenta sem nenhum recurso ao conteúdo da missiva em trânsito que, depois de passar por diversos desvios, chega ao seu destino⁷⁰. Lacan refere-se ao conto de Poe para *ilustrar* a primazia do significante e demonstrar que a carta sempre chega a seus destino, uma vez que a carta, o significante como tal, inscreve-se como letra no inconsciente do sujeito e o determina. Nesse sentido, criticando um trabalho psicanalítico que se fundamenta numa psicobiografia⁷¹, escreve:

Quanto a mim, se proponho à psicanálise a carta como retida [*en souffrance*], é porque nisso ela mostra seu fracasso. E é deste modo que a esclareço: quando invoco então as Luzes, é por demonstrar onde ela faz *furo*. Já se sabe há muito: nada é mais importante na óptica, e a mais recente física do fóton mune-se disso. (Lacan, 2003, p. 17, *itálicos do autor*).

Em um jogo de palavras que inclui o iluminismo e a óptica, Lacan sabe tirar partido do que lhe convém: trata-se, com Razão, de indicar o que a ciência pode prestar ao campo do saber: tal como o fóton, ilustrar ou iluminar uma questão, pode perfurar uma teoria ao ponto de, por um artifício, modificar o compósito original. O paralelismo estabelecido com a teoria dos fótons justifica-se uma vez que, sendo o fóton uma partícula quântica de luz, figura entre partícula (matéria) e luz (não matéria) e, por isso, desafia a lógica clássica fundada no princípio da não-contradição; a teoria do fóton elimina o “ou” (uma proposição só pode ser verdadeira “ou” falsa) e impõe o “e” (uma proposição pode ser verdadeira “e” falsa ao mesmo tempo), convocando outra lógica.

Vale notar também o que lembra Milner (2010, s/p.) acerca das duas concepções do inconsciente que dividiram a psicanálise na França: para retomá-las Milner invoca uma oposição “que dividiu a teoria física da luz: o inconsciente se deixa pensar de maneira corpuscular e mecânica, ou ele deve de ser pensado de maneira ondulatória e dinâmica?” Depois de identificar a segunda posição como aquela partilhada por Deleuze e

⁷⁰ Tal posicionamento foi tema de um grande debate entre Lacan e Jacques Derrida que coloca em questão a primazia do significante.

⁷¹ Lacan parece indicar que à imaginária pergunta “conte-me sua vida” é preferível que o analista se dirija ao analisante em nome de “conte-me qualquer coisa”, pois uma vez que o inconsciente está estruturado como linguagem e seguindo a regra fundamental da psicanálise, os efeitos do recalque aparecem na fala; se há resistência em relação ao recalçado, ensina Lacan, ela está do lado do analista.

Guatarri (teoria dos fluxos), o linguista indica que a novidade freudiana mantida e acentuada por Lacan promove uma concepção corpuscular do inconsciente, não naquilo que a ideia de corpúsculo indica uma existência que se possa verificar na natureza; pelo contrário, atento ao sentido de Freud, mas com um outro modo de inteligibilidade desse conceito, Lacan propõe reter o significante *corpuscular*. O que parece ser comum aqui – entre o fenômeno do inconsciente e o fenômeno óptico – é que em ambos se trata de um *corpo sem massa e com energia que se propaga em linha reta*.⁷²

O relato de caso que aqui foi apresentado não pretende lançar sua contribuição à força de uma crença em seu narrador (cf. Le Gaufey, 2007, p. 149), mas na aposta que aqui é feita de que uma nova articulação entre o real de um traço da clínica e sua simbolização, na medida em que esse traço possa lhe fazer um furo de modo a encontrar um lugar (inérito) no campo teórico, passível de uma racionalidade e que se ofereça a outros desdobramentos e inquietações.

Em sua práxis, a psicanálise conjuga a verdade como causa e o saber sempre em exercício; tal funcionamento possibilita as condições para a teoria trabalhar. É, com efeito, o que do comentário de Lacan se deixa recortar:

Eis como podemos dizer que as consequências da descoberta do inconsciente ainda nem sequer foram vislumbradas na teoria, embora seu impacto já se faça sentir na práxis, mais do que se pode avaliá-lo mesmo traduzido como efeito de recuo. (Lacan, 1998, p.695-6)

De fato, o caso não nega a teoria mas, parafraseando Lacan ao tratar das proposições universais e particulares ([1971-2b]2012, p.99), o caso é obstáculo à teoria, capaz de furá-la... e fazê-la avançar.

⁷² Não pretendo aqui entrar na controvérsia no campo da física. Basta apenas, para situar a questão, indicar que a teoria do corpúsculo ganhou força com Isaac Newton e a teoria dos fótons com Albert Einstein.

CAPÍTULO 4

O TRABALHO DO NÃO: ABORDAGENS DA NEGAÇÃO

*Quisemos apenas lembrar-lhes o a, b, c desconhecido
da estrutura da linguagem e fazê-los soletrarem de novo
o bê-á-bá, esquecido, da fala.*
Jacques Lacan

O impacto da escuta psicanalítica como efeito de escrita dos detalhes do caso causou o desejo de pesquisar, na linguística, argumentos teóricos que pudessem colocar em cena a complexidade do contraste entre a *Verneinung* e a negação em um campo do saber que não pode – por questões epistemológicas – levar em conta o sujeito do inconsciente, mas que pode suportar – essa é a aposta aqui – uma tensão fecunda que alimente o desejo de receber dela um ensinamento que possibilite sua transmissão.

A teorização mais confiável para a psicanálise seria aquela que leva em conta o que “o verdejante da experiência” pode retornar à “cinzenta teoria”⁷³, como sugere Freud a partir dos versos de Goethe. É esse o sentido que permite a Allouch perguntar: “não constatamos que toda grande questão de doutrina psicanalítica, quando se estuda um pouco mais de perto, remete a um ponto localizado de uma observação clínica?” (1995, p. 9), de onde se conclui que o remetente é a clínica, em seu eterno diálogo com a teoria.

Por isso, é preciso retomar aqui um recorte de uma sessão daqueles fragmentos do caso clínico apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, o qual pode se oferecer a uma leitura que permita interrogar a teoria a partir de sua práxis.

Eis o fragmento de uma sessão:

*“Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem
uma história.”*

⁷³ “Cinzenta é toda teoria, meu caro amigo/ E verde a árvore da vida.”, do Fausto, de Goethe. Nota do tradutor Paulo C. Souza *in*: FREUD, S. (2011). **Obras Completas**. Vol. 16: o Eu e o Id, autobiografia e outros trabalhos (1923-125). São Paulo: Companhia das letras, p. 177.

A *Verneinung* dá visibilidade ao paradoxo em jogo na negação, a saber, que “o princípio do dizer verdadeiro é a negação” (Lacan, 1977) e é na/pela experiência clínica que é forçoso reconhecer uma não contiguidade solidária entre pensamento e afeto, por ação do recalque. Tal reconhecimento traz a reboque uma questão: se nem toda negação gramatical revela ser uma *Verneinung*, então deve ser teoricamente possível estabelecer uma diferenciação mínima entre ambas.

4.1. UMA PRIMEIRA DIFERENCIAÇÃO: BENVENISTE

A linguística – assim como já citado - não é um campo de teorias homogêneas. Assim, as teorias que privilegio aqui são aquelas que trabalham com a noção de discurso e enunciação, localizadas especificamente em algumas das formulações de Benveniste e Ducrot.

Nesse sentido, uma primeira aproximação da diferença que está em jogo entre a negação que se realiza em um enunciado e a *Verneinung* freudiana é possível ser localizada em Benveniste (1988, p. 91):

A característica da negação linguística consiste em que ela pode anular apenas o que é enunciado, que deve apresentá-lo explicitamente para suprimi-lo, e que um julgamento de não existência tem necessariamente também o *status* formal de um julgamento da existência. Assim, a negação é em primeiro lugar admissão. *Totalmente diferente é a prévia recusa da admissão a que se chama recalque.* (grifos meus).

Tem-se aqui uma indicação de algo que é radicalmente diferente para uma análise linguística e uma psicanálise: a ação do recalque. O pequeno artigo⁷⁴ que Freud escreve em 1925 sobre a *Verneinung* permite distinguir que a negação é o mecanismo (de defesa) pelo qual, no discurso de um sujeito em análise, presentifica-se uma suspensão temporária da barreira do recalque e a admissão intelectual do conteúdo recalcado por meio da associação com o significante da negação (partícula gramatical NÃO) sem, no entanto, haver a aceitação do recalcado. Note-se que, no mecanismo da negação descrito por Freud,

⁷⁴ Jean Hyppolite soube reconhecer seu valor (Lacan, 1998)

o recalque é uma operação que dela participa, mas que só é possível identificar *depois*, pelos seus efeitos.

Benveniste (1988, p. 91) entende que o fator linguístico é decisivo para Freud na *Verneinung*:

Não vemos aqui que o fator linguístico é decisivo nesse processo complexo, e que a negação é de certo modo constitutiva do conteúdo negado e, portanto, da emergência desse conteúdo na consciência e da supressão do recalque?

Se Benveniste compreendeu bem que a linguagem é o campo que concerne à psicanálise, e que a fala (*parole*) é o meio pelo qual ela opera, por outro lado, entende que Freud “*reduz* a polaridade da afirmação e da negação linguísticas ao mecanismo biopsíquico da admissão em si ou para fora de si, ligado à apreciação do bem ou do mal” (ibidem), indicando que tal avaliação é possível para qualquer animal. Ora, bastante diferente é a avaliação do filósofo Hyppolite que, atento ao sentido de Freud no que respeita a uma simbolização primordial (*Bejahung*), confere ao texto sobre a *Verneinung* o valor de um ensaio sobre a gênese do pensamento humano!⁷⁵

Com Milner (1992, s/p⁷⁶), no entanto, são possíveis alguns esclarecimentos a esse respeito. O primeiro refere-se à posição de Freud quanto a linguística: *inexistente*. Em suas palavras, “a psicanálise freudiana constrói entre o inconsciente e a linguagem uma rede cerrada de conexões, mas a constrói na mais pura ignorância com relação à linguística”. O segundo diz respeito à sua concordância com a crítica que Benveniste faz a Freud ao tratar dos sentidos antitéticos das palavras. Benveniste (1988, p. 85-86) parece ser sensível à *estranheza* de Freud aos estudos da linguística e (por isso?) faz uma crítica bem fundamentada sobre o equívoco que Freud comete quando procura em Abel – filósofo das línguas antigas, a quem Benveniste não reconhece como um linguista qualificado – uma certificação sobre sua hipótese de haver uma homologia entre o trabalho dos sonhos e as

⁷⁵ Voltarei ao comentário de Hyppolite mais adiante.

⁷⁶ Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso 12 jul 2012

línguas dita antigas. Milner (1992, s.p.) também expressa sua concordância acerca do caráter ilusório dessa conclusão freudiana, pois se o fenômeno dos sentidos antitéticos existe, os exemplos de Abel que Freud traz são errôneos, uma vez que não há propriedades estruturais entre as línguas antigas e as modernas que as distingam.

Por outro lado, em seu artigo “*Sens opposés et noms indiscernables: Abel comme refoulé d’E. Benveniste*”, Milner (citado por Teixeira, 2007, p.35) contesta minuciosamente a crítica de Benveniste ao texto de Freud sobre a significação antitética das palavras primitivas ao afirmar que, mesmo que se possa admitir a inexatidão dos dados e os erros de interpretação que Freud faz do trabalho de Abel, o que está em questão nas significações antitéticas das palavras primitivas não é o fato de uma mesma palavra poder ter significações opostas, mas sim que o sentido que cada palavra assume está na dependência da posição e da estratégia do sujeito e da enunciação. É nesse sentido que Lacan, em ato, enuncia durante *A carta roubada*: “*Descubramos, pois, sua pista onde ela nos despista*⁷⁷”, fazendo o seguinte comentário:

Gostaríamos de recolocar ao Sr. Benveniste a questão do sentido antinômico de certas palavras, primitivas ou não, após a magistral retificação que ele trouxe à falsa via por onde Freud a fez enveredar no terreno filológico (cf. *La Psychanalyse*, v. 1, p. 5-16). Pois parece-nos que essa questão permanece intacta destacando em seu rigor a instância do significante. Bloch e Von Wartburg datam de 1875 o aparecimento do verbo *dépister* [despistar; descobrir] no segundo emprego que dele fazemos em nossa frase. É necessário aqui chamar a atenção do leitor para os dois significados da palavra *dépister*: seu emprego mais usual é com o significado de descobrir alguém ou algo seguindo sua pista; e o mais antigo já em desuso na França é seu exato oposto, despistar. (Lacan, 1998, p.24).

Da crítica que Benveniste faz a Freud, revela-se que, para aquele, Freud ignora a linguística e quando recorre a ela, é de forma equivocada que o faz. É no contexto dessa crítica que Benveniste menciona aquilo que teria sido um *reduccionismo* de Freud no texto da negação.

⁷⁷ No original: “Dépistons donc sa foulée là où elle nous dépiste”.

O que escapa para Benveniste, salta aos olhos de Andrés (Kauffman, 1996, p.356), para quem é no movimento mesmo do mecanismo da negação que Freud capta a eminência do lugar da enunciação, posto que é por intermédio da negação que o pensamento se torna operante. A marca da subjetividade é intrínseca à negação e é no verbete que dela trata em um dicionário enciclopédico de psicanálise que temos a indicação da conexão do tema da negação com a linguística. O autor do verbete indica que

os linguistas distinguem uma negação “simples” (por exemplo, “isso não é uma mesa” – entenda-se: “é um tamborete”) de uma negação “modal”, como “é certamente uma mesa, mas para mim não é” – o que marca uma avaliação e portanto uma subjetividade. Nesse movimento entre juízo de atribuição e juízo de existência, Freud capta a eminência do lugar da enunciação (idem).

Dado que a análise só existe pela *fala* do paciente e a fala só se realiza em uma língua particular (com suas regras e propriedades), não é sem importância que a psicanálise considere o que a linguística tem a dizer, quando formaliza seu objeto de estudo (a língua), define sua unidade (o signo linguístico) e indica o significante como pura diferença. Além disso, ao esclarecer a anterioridade da língua em relação ao falante, pode reconhecer a subjetividade como tributária da linguagem e a língua como um sistema de inibições que sujeita todo falante.

No entanto, depois de Saussure, a fala – lugar de emergência do sujeito - é justamente a dimensão da linguagem que deve ficar fora da linguística que, para se constituir como ciência, necessita excluir todo detalhe singular de seu funcionamento. Esse detalhe, no entanto, é o que interessa sobremaneira à psicanálise que vê na linguagem a condição de haver inconsciente. De fato, é mais que isso: é o que demonstra um fragmento da resposta de Lacan a Robert Geogin, em *Radiofonia*, sobre a possibilidade de haver um campo comum entre linguística e psicanálise:

A linguística fornece o material da análise, ou o aparelho com que nela se opera. Mas um campo só é dominado por sua operação. *O inconsciente pode ser, como disse, a condição da linguística*. Esta, no entanto, não tem sobre ele a menor influência. ([1973]2003, p.407, grifos meus).

Em campos heterogêneos – psicanálise e linguística – a primeira a partir do que a segunda coloca de fora de seu objeto, fazem litoral entre si, instaurando, ao mesmo tempo, um limite, mas também um ponto de contato, nas palavras de Milner (1992, s/p.). Se há um campo comum entre psicanálise e o estudo da linguagem, esse campo precisa ser forjado: “chamarei isto de *linguisteria*” (Lacan [1972-73] 2008b, p. 22), dirá Lacan ao afirmar que seu “inconsciente estruturado como uma linguagem não é do campo da linguística” (idem) .

Mas isso não implica que aqui se possa fazer a economia da elaboração de uma diferenciação mínima – como mencionado acima – entre a negação gramatical e a negação freudiana (*Verneinung*), principalmente quando se leva em conta o reconhecimento de Milner (1992, s/p.) de que “a fala constitui a matéria daquilo que ela [a psicanálise] manipula; os dados que o linguista encontra e os dados que o analista encontra têm, portanto, a mesma materialidade⁷⁸”.

No entanto, é sabido que o tema da negação é amplo e complexo no campo da linguística (também no da lógica e no da filosofia). Por isso, uma escolha teórica é necessária, e a opção que faço aqui é a de privilegiar a teoria polifônica da enunciação de Ducrot.

Tal escolha funda-se no fato de esse linguista, seguidor de Saussure, conceber que pode haver mais de uma voz (ou mais que um ponto de vista) em um enunciado produzido por um mesmo locutor. Embora tal concepção não seja correlata à noção de divisão do sujeito para a psicanálise (tributária da hipótese de haver inconsciente), suas ferramentas teóricas permitem certa aproximação com a psicanálise. Essa aproximação é reconhecida pelo próprio Ducrot, que se inspira no texto *Verneinung* de Freud para compor sua teoria.

⁷⁸ Diferentemente do tradutor, opto por substituir “substância” por “materialidade”.

4.2. NEGAÇÃO E POLIFONIA: A NÃO UNICIDADE DO SUJEITO FALANTE, DE DUCROT

Ducrot é um autor contemporâneo que lecionou até 2002 na École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris (França). Ocupa um lugar de destaque na história da Linguística. Pesquisas atuais nesta área indicam sua importância no cenário acadêmico e o fato de que “o trabalho de Ducrot tem exercido uma enorme influência sobre os estudos linguísticos no Brasil” (Moura, 1998, *s/p.*).

Longe de ser uma unanimidade dentro da Semântica, a teoria da Argumentação na Língua coloca-se como uma teoria do sentido alternativa às demais. Assim, se existem divergências entre os teóricos da Linguística, certamente, as formulações de Ducrot ajudam a pensar várias questões do sentido, nos dizeres de Pereira de Castro⁷⁹ (2001, p. 64).

Autor estruturalista, Ducrot, embora se diga fiel a Saussure, tem um trabalho bastante diferente do de Saussure. Propõe-se a teorizar internamente à Linguística. Neste sentido pergunta-se como, a partir do funcionamento da língua como sistema, pode-se explicar os mecanismos da enunciação. Para Ducrot, o mundo enquanto tal é indizível e, na medida em que dele se diz algo, já não é mais o mundo, mas uma construção de linguagem.⁸⁰

Ao contrário de Frege (1848-1925), que considerava que o valor de verdade de um nome próprio é o fato de seu referente existir empiricamente no mundo⁸¹, Ducrot não está preocupado com o valor de verdade de uma sentença. Enquanto, para Frege, o que é da língua aponta para o que lhe é exterior (o referente), para Ducrot, o referente não é um

⁷⁹ Em nota de rodapé no artigo original.

⁸⁰ Uma aproximação com a teoria lacaniana é possível: “É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (Lacan, 1998, p. 277). A aproximação, entretanto, não significa que haja um paralelo possível entre ambas as teorias, uma vez que cada uma chega a essa conclusão por vias bastante distintas.

⁸¹ Frege é sensível ao fato de que a linguagem fala do que não é ela própria e que, desta forma, a linguagem pode operar de formas várias. Entende que as línguas naturais, por possibilitarem ambiguidades e criação de objetos ilógicos ao funcionar (ex: a frase o unicórnio azul, tem um sentido, mas não tem referência) é imprópria para uso com fins científicos. Permitir ambiguidades é considerado por Frege um defeito das línguas naturais e, por isso, o lógico alemão dedica-se a *fabricar* uma *Begriffsschrift*, ou seja, uma linguagem de elementos lógicos, uma linguagem universal adequada ao cálculo racional. Tal tentativa foi malograda pelas descobertas do Axioma; o golpe fatal que determinou sua ruína foi exibido pelos “paradoxos de Russell”. Para um aprofundamento maior ao respeito da teoria da linguagem de Frege, ver FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.

objeto lógico, mas um objeto do discurso, construído por este último. Desta forma, na linguagem pode-se fazer não apenas uma designação, mas também uma alusão. Em seu texto *Referente* (1989), Ducrot demonstra que pelo discurso, não se tem acesso à verdade, pois o referente é sempre interno ao discurso. Ducrot não nega o mundo, mas considera que o referente é indizível enquanto tal, pois a mera nomeação de algo já mobiliza uma construção de linguagem. Assim, o referente não é um ser, mas a personagem criada dentro do discurso.

Apesar de Frege ser considerado um autor obrigatório para todos os linguistas – pois só a partir dele é que foi possível distinguir-se sentido e referência – Ducrot opõe-se claramente ao lógico alemão:

Não se trata, por conseguinte, de fazer uma crítica da lógica em si mesma. O que eu questiono é outra coisa, trata-se agora de averiguar se a lógica é adaptada à descrição das línguas naturais. Em outros termos, trata-se de saber se a lógica pode representar a estrutura profunda das línguas naturais. Bem, neste ponto sustento uma posição extremamente radical. Penso que a lógica não serve em nada para descrever a língua natural. Sem dúvida se reveste de todo interesse a comparação entre as línguas naturais e as linguagens lógicas, mas tentar encontrar nas línguas naturais estruturas subjacentes equivalentes às estruturas lógicas, parece-me de fato pouco interessante. (Ducrot, *in*: Moura, 1998, s/p.)

Para Ducrot, as associações são próprias das línguas naturais e, por isso, permitem a continuidade do enunciado, com encadeamentos que contenham operadores do tipo: *portanto, mas, mesmo assim*. Ou seja, a argumentação está contida na linguagem: do valor argumentativo é que deriva a informação. Assim, o que é mais importante para esse autor é o fato de a língua permitir, via argumentação, mudar a direção de um enunciado, apontando para uma conclusão.

Em seu artigo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, Ducrot deixa claro, desde o início, que seu objetivo é o de *contestar e, se possível, substituir- um postulado*⁸² que lhe parece um pressuposto hegemônico na Linguística Moderna, qual seja, a unicidade do sujeito falante. Nesta empreitada, Ducrot vale-se do conceito de **polifonia**

⁸² Todos itálicos dentro deste item são excertos do artigo “Esboço de uma teoria polifônica da enunciação”, de Ducrot.

elaborado por Bakhtin para a teoria literária. Como tal elaboração ficou restrita à aplicação de textos, Ducrot dedica-se a desenvolvê-la dentro da Linguística.

Na sua hipótese, entende que há funções que precisam ser distintas. Se do ponto de vista empírico tal distinção não é sempre possível, teoricamente há como desmembrar as funções de enunciação de um sujeito em conceitos que permitam uma melhor descrição semântica dos enunciados e sua análise. Para Ducrot, o sujeito empírico (autor do enunciado) é uma categoria que fica fora da teoria Semântica, fora do campo da Linguística, portanto. Sua hipótese é a de que, ao se criarem outras ferramentas teóricas, a análise semântica poderá avançar, diferenciando as funções num enunciado.

Em seu esboço, Ducrot vai descrevendo vários autores que chegaram perto de considerar a polifonia, mas logo a abandonaram. Nesse caminho, cita a pesquisa de Ann Banfield (1979); reconhece o valor dos postulados de Authier (1978) e Plénat (1975) para sua teoria, mas demonstra que esses últimos autores continuam resguardando a unicidade do sujeito falante na medida em que consideram que o locutor é idêntico ao sujeito de consciência.

O nome que Ducrot dá a seu campo de investigação é “pragmática-semântica” ou “pragmática linguística”. Assim, seu foco sai do que se faz quando se fala, para o que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz. (Ducrot, 1987, p.163). Por exemplo, para Ducrot um enunciado interrogativo cria a obrigação de resposta para a pessoa a quem se dirige a pergunta, ainda que efetivamente ela não responda, o que denomina *efeito de enunciação*. Desta forma, o sentido do enunciado é a qualificação de sua enunciação. Em suas palavras: “O objeto da pragmática semântica (ou linguística) é assim dar conta do que, segundo o enunciado, é feito pela fala”. (idem, p. 164)

Nessa direção, Ducrot percebe a necessidade de se diferenciar enunciado, frase e enunciação: enquanto a frase é uma ferramenta teórica da gramática (e, portanto, não é um fenômeno observável), o enunciado é uma manifestação particular – um fragmento – de um discurso observável. Assim, para Ducrot, discurso é uma sequência linear de enunciados. Interessante notar que o autor insiste na separação que faz entre entidade

teórica e entidade observável, a qual, por sua vez, não diz respeito a uma diferença empírica entre essas entidades. Em outros termos, não se trata de uma diferença que colocaria de um lado uma entidade de ordem perceptiva e outra intelectual, mas de uma distinção que implique *uma diferença de estatuto metodológico*.

É pela noção de *autonomia relativa do enunciado* que Ducrot impede a possibilidade de se segmentar aleatoriamente um texto em vários enunciados sucessivos. A autonomia relativa precisa satisfazer simultaneamente duas condições: a coesão e a independência. Um enunciado só pode ser considerado como tal, nessa abordagem, se for coeso (quando a escolha de seus elementos não é aleatória, mas em função do conjunto) e se for independente (se a sua escolha não é imposta pela escolha mais ampla de que faz parte).

Quanto à enunciação, o linguista distingue três acepções: 1) designa a atividade psico-fisiológica implicada pela produção do enunciado (que não considera ocupação da Linguística); 2) é o produto da atividade do sujeito falante e 3) é o acontecimento constituído pelo aparecimento momentâneo de um enunciado.

Ducrot ressalta que essa sua definição de enunciação exclui a noção de ato⁸³ (como para Benveniste) e, ainda, que tal concepção não introduz a noção de um sujeito autor da fala. Em outros termos, enfatiza que não define enunciação como um ato de alguém que produz um enunciado, mas que se detém apenas no aparecimento do enunciado, não se ocupando de quem o produziu. Se faz essa opção é por uma questão metodológica de forma “a construir uma teoria do sentido (uma teoria do que é comunicado), cujo conceito de enunciação não encerre em si, desde o início a noção de sujeito falante” (idem, p.169). Note-se aqui que Ducrot não minimiza a importância dos estudos que contemplem o sujeito ou sua própria atividade psico-fisiológica. Apenas define que esses não são campos de atuação de um linguista.

⁸³ Ato, aqui, não se refere à concepção de ato para a psicanálise.

Em correlação à distinção de frase e enunciado, Ducrot diferencia também significação e sentido. Esclarece que tais nomeações são absolutamente arbitrárias sem se referir à tradição do seu emprego na linguagem ou na tradição filosófica. Tal diferença tem, ao mesmo tempo, um estatuto metodológico (porque se refere a um fato empírico e concebido teoricamente através de hipóteses) e uma diferença de natureza (porque a significação precisa que se procure de que lugar fala o locutor; tem uma natureza instrucional). O autor define significação como o conjunto de instruções dadas às pessoas que irão interpretar os enunciados da frase. Sentido é para Ducrot a descrição ou representação da enunciação e o conjunto de indicações sobre a enunciação. A significação, como conceito, será utilizada sempre que se referir à análise semântica da frase. Por outro lado, o sentido diz respeito à análise do enunciado.

Para esse autor, o objetivo próprio de uma concepção polifônica do sentido é o de “mostrar como um enunciado assinala, em sua enunciação, a *superposição de diversas vozes*” (idem, p.172, grifo meu), que põe em jogo enunciadores que tomam posições diferentes frente à significação do enunciado.

No que respeita ao fato de o sentido se referir a uma representação da enunciação, o autor demonstra que um enunciado possui uma força ilocucionária, a qual denomina *poder jurídico*: uma pergunta *obriga* uma fala/resposta; uma ordem *obriga* uma ação; uma permissão *torna* lícito o que não era. Ressalva, entretanto, que tal definição não contempla um ato ilocutório (se o outro vai realizar ou não tal *obrigação*), mas apenas compreender por que o sujeito falante ao produzir um enunciado pode realizar o ato.

“O sentido é uma qualificação da enunciação e consiste notadamente em atribuir à enunciação certos poderes ou certas conseqüências” (idem, p.174). Deste modo, “um enunciado argumentativo apresenta sua enunciação como levando a admitir tal ou tal conclusão” (idem, *ibidem*).

As propriedades jurídicas, argumentativas, causais, etc. atribuídos pelo enunciado e o seu sentido à enunciação não podem ser vistas como hipóteses a propósito da

enunciação, mas como constituindo-a, na medida mesma em que um enunciado e seu sentido são veiculados pela enunciação.

Uma vez formulado esse quadro teórico geral, Ducrot se detém no seu objetivo primeiro, qual seja: o de criticar e substituir a tese da unicidade do sujeito da enunciação. O autor deixa claro que sua referência a vários locutores não designa os casos de um enunciado numa voz coletiva, tendo em vista que, nesse caso, os autores pretendem construir uma só pessoa moral. A sua teoria polifônica foi construída pelo fato do autor perceber que em frases do tipo “*Ah! Eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!*”, o locutor não assimila o primeiro dos enunciados presentes (Ah! Eu sou um imbecil) e que o segundo enunciado (“muito bem você não perde por esperar”) é o que de fato expressa sua opinião. Neste sentido, identifica diferentes vozes no enunciado produzido por um único locutor, o que caracteriza a polifonia na enunciação.

É importante ressaltar que nenhum dos operadores teóricos elaborados por Ducrot referem-se a elementos empíricos, da experiência, mas são ferramentas teóricas, seres do discurso ou, em seus termos, *ficção discursiva*.

A partir da teoria do aparelho formal da enunciação de Benveniste, Ducrot redefine os conceitos de enunciado e enunciação para poder descentralizar as funções do sujeito falante no enunciado e assim criar sua teoria da polifonia, afastando-se da pragmática e privilegiando uma descrição semântica dos enunciados em condições específicas da enunciação. Por isso, para Ducrot, é possível analisar um enunciado sem saber nada sobre o seu autor (sujeito empírico).

Ducrot faz ainda uma importante análise sobre o uso da linguagem no que se refere a uma dissimetria entre enunciados afirmativos e negativos, como efeito da fala (e não como estrutura linguística). Desta forma, em um enunciado como “Pedro é gentil”, há a possibilidade de, como efeito, alguém responder: “Eu nunca disse o contrário”. O que tal efeito deixa à mostra é que há dois enunciados (perspectivas) na primeira frase: $E_1 =$ Pedro não é gentil (não-P) e : $E_2 =$ Pedro é gentil. Em outros termos, a afirmação é negada e veiculada ao mesmo tempo em um enunciado.

O que é mais interessante, sobretudo em conexão com a psicanálise, é o fato de Ducrot asseverar que “uma afirmação é apresentada na negação de uma maneira mais fundamental que a negação na afirmação” (idem, p.202), na medida em que, ao meu ver, mesmo sem tratar do conceito de recalque, essa formalização de Ducrot indica-o. Essa perspectiva implícita se deixa ver também com o uso da expressão *ao contrário*: tem coesão a frase “Pedro não é gentil, *ao contrário*, ele é insuportável” (ao contrário de quê? do enunciado implícito), mas não tem coesão a frase “Pedro é gentil, *ao contrário*, ele é adorável.”

Se, por um lado, a teoria polifônica da enunciação descreve as diversas vozes (ou pontos de vista) em um enunciado [identificando a atitude do locutor frente aos enunciadores e descrevendo como o locutor (ou sujeito falante) assimila os enunciadores a determinados personagens do discurso], por outro lado, “uma descrição propriamente linguística não pode dizer quais são as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado”, nas palavras de Carel & Ducrot (2008, p.7). Apesar dessa impossibilidade, os autores (ibidem) enfatizam que mantém sua “concepção instrucional da significação, segundo a qual a frase coloca exigências, limites e restrições para construir as assimilações e atitudes manifestadas em um enunciado”. É nesse sentido que afirmam sua teoria dos blocos semânticos (TBS), a qual

busca levar até as últimas consequências as ideias de Saussure, a saber, que o sentido de uma entidade linguística não é um conceito, não é uma ideia, nem um fato material, nem um objeto, mas simplesmente um conjunto de relações entre essa entidade e as outras entidades da língua. [...] Para a TBS, o sentido de uma expressão qualquer, seja ela palavra ou enunciado, está constituído pelos discursos que essa expressão evoca. A isso chamamos de encadeamentos argumentativos (Carel & Ducrot, 2008, p. 29).

Esse gesto estabelece o conjunto de sua teorização colocando fora dele o que não lhe pertence ao mesmo tempo em que também reconhece aí o que seriam os objetos extralinguísticos. Ao privilegiar apenas as relações no eixo sintagmático, Ducrot exclui de sua teorização as relações paradigmáticas, justificando que “essas relações se têm por termos elementos da língua, as frases, não são elas próprias de tipo linguístico” (Ducrot, 1999, p.3).

O privilégio dado neste trabalho à teoria polifônica de Ducrot ocorre por dois motivos: primeiro porque a *polifonia só existe no sentido* e não na significação e, deste modo, ela não é correlata a frases, mas apenas às enunciações⁸⁴; o segundo motivo é porque, segundo Ducrot & Carel, na concepção tradicional⁸⁵ de negação, há a ausência de uma concepção polifônica que, por isso, não reconhece que o enunciado negativo faz pelo menos uma alusão a um enunciador do enunciado positivo correspondente:

Se se insiste em ver, apesar de tudo, em Frege, uma espécie de presença do positivo no negativo, isso está somente no fato de que o conteúdo do enunciado p' é construído com o de p (mas o enunciado p' não faz alusão ao enunciado p). Essa presença parece desaparecer, em compensação, completamente da negação vista pela teoria dos atos de fala: para Austin como para Searle, p e p' têm exatamente o mesmo conteúdo e só se distinguem pela força ilocutória que lhe é aplicada, asserção ou recusa. (ibidem)

A concepção polifônica da negação foi apresentada por Ducrot em 1981 e seu argumento foi sofrendo alterações a partir da teoria dos *topoi* e, finalmente pela Teoria dos Blocos Semânticos⁸⁶, que distingue a “argumentação interna” (AI), da “argumentação externa” (AE), ferramentas teóricas que correspondem aos diversos modos pelos quais um aspecto pode ser evocado por uma entidade linguística⁸⁷.

A polifonia é um conceito que aproxima a linguística da psicanálise e, por isso, estabelecer uma diferença mínima entre a negação proposta pela teorização de Ducrot e aquela em jogo na *Verneinung* torna-se ainda mais relevante.

⁸⁴ Nas palavras de Carel & Ducrot (2008, p.16): “Tudo o que faz P é dar, em sua significação, indicações que permitem, e até exigem, que se construa para os enunciados de P, um sentido que, este sim, é de natureza polifônica”.

⁸⁵ Carel & Ducrot (2008, p.15) referem-se à concepção de Port Royal, à de Frege e também à concepção dos filósofos de Oxford.

⁸⁶ Não faz parte do escopo do presente trabalho detalhar o percurso de Ducrot.

⁸⁷ Carel & Ducrot afirmam neste artigo que sua teorização não está ainda acabada e que são incapazes de evitar complicações formais oriundas da junção da polifonia com a TBS. Além disso, esclarecem que o presente estudo só leva em conta a negação *comum* ou *polêmica* não considerando a negação *metalinguística*.

Ducrot distingue três tipos de negação: a metalinguística, a descritiva e a polêmica. Essa última tem especial interesse para este trabalho. A *negação polêmica* é aquela que não opõe dois locutores, mas opõe os pontos de vista de dois enunciadores em cena no mesmo enunciado por um locutor: enquanto E₁ afirma, E₂ rechaça. Por isso, contrariamente à negação metalinguística, a negação polêmica sempre tem efeito descendente e sempre conserva as pressuposições de enunciado positivo subjacente. (Ducrot, 1984, p.216-217, *citado por* Negroni, 1998, p.230).

O enunciado de Terezinha, pela teoria polifônica pode ser considerado como uma negação polêmica. Vale retomá-lo:

“Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história.”

No primeiro segmento do enunciado, o locutor se desdobra em duas figuras enunciativas: um ponto de vista pressuposto afirma “tenho história”; a outra diz “não tenho história”, e o locutor assume essa segunda perspectiva

O segundo e terceiro segmentos formam um encadeamento que, juntamente com o primeiro enunciado, podem ser considerados, segundo Ducrot, como *encadeamentos correspondentes*, uma vez que sua distinção é feita pelo conector e expresso na argumentação interna da frase (se p, então q > se eu soubesse ler, então teria uma história).

Na teoria polifônica, o sujeito empírico não é objeto de análise, mas apenas a direção argumentativa de seu enunciado: nele, pode-se localizar um locutor que ao empregar o termo negativo “não tenho história”, coloca em cena dois enunciadores: E1: em um enunciado positivo subjacente: “eu tenho uma história” (pressuposto) que pode ser recuperado pela negação que o E2 (posto) realiza: “não tenho uma história”.

Além disso, pelo encadeamento argumentativo que se segue nos dois outros enunciados, são convocados mais dois enunciadores: E1 que afirma querer aprender a ler e E2 que defende a concepção de que “só quem sabe ler é que tem uma história”, como um

provérbio ou um *topos*. O ponto de vista expresso pelo segundo enunciador – revela o conector *porque* – é assumido pelo locutor.

Se, por um lado, a concepção de que há um *pressuposto* contido em um enunciado positivo subjacente ao enunciado atual confere uma proximidade da teoria polifônica à psicanálise, essa proximidade faz-se à força de um apelo à lógica clássica e não à lógica do inconsciente, uma vez que, na psicanálise, apesar de na *Verneinung* haver uma suposição de afirmação como constitutiva do conteúdo negado, a negação como mecanismo de defesa só é possível ser identificada por seus efeitos, no *só-depois*. A fim de indicar a diferença mínima à qual cheguei, insisto nesse ponto: na teoria de Ducrot a afirmação subjacente como constitutiva do enunciado negativo é um *pré-suposto*; para a psicanálise é *pós-posto*.

Seja pelo conceito de direção argumentativa, com seus *operadores* e *conectores*, desde o início de teorização de Ducrot, seja pela noção de diferentes pontos de vista presentes na teoria polifônica da enunciação passando pelos *topoi*, ou mais recentemente, pela conceituação dos *aspectos* na TBS, a evolução teórica empreitada por Ducrot pretende “dar conta de explicar qualquer sentido possível na língua, por mais que ele possa ser tachado de absurdo, curioso ou, para usar um termo pertencente à própria teoria, paradoxal” (Campos, 2007, p. 159), em um movimento de refazer sua teoria sempre que algo fora de Linguística viesse fazer um furo na mesma. Ducrot propõe-se como meta “construir uma descrição semântica do léxico da língua, atribuindo-se o sentido das palavras aos encadeamentos argumentativos por elas evocados” (idem). Note-se que, a despeito de suas mudanças no tempo, a teoria de Ducrot afirma que a argumentação está nos enunciados e a intenção argumentativa está no enunciado e não no falante.

A teoria polifônica foi criticada por seus próprios autores (Carel & Ducrot, 2008, p.7) na TBS uma vez que no jogo polifônico da enunciação a significação não é atribuída à palavra, mas às habilidades pressupostas à atividade de leitura. Esta solução é recusada pelos autores por ser considerada “referencialista, uma vez que trata a predicação como uma propriedade que se atribui a um objeto”. (Campos, 2007 p.155).

Mesmo criticada, a concepção polifônica permanece atuante, mas agora combinada com a TBS para tratar do caso da negação; os autores entendem que a negação pertence à língua “porque é na língua que são especificadas as regras que ligam o sentido do enunciado negativo ao do enunciado positivo” (Carel & Ducrot, 2008, p.15).

Essa nova visada teórica de Ducrot pela teoria dos blocos semânticos multiplica, por um lado, o número de enunciadores em um enunciado mas, por outro tem o firme propósito de se afastar de uma concepção retórica da argumentação e, com isso, atualmente, afasta-se muito mais do que se aproxima da teorização psicanalítica.

É nesse sentido que os autores propõem, pela TBS, que os diferentes pontos de vista que um enunciado pode conter são constituídos *apenas* de encadeamentos argumentativos. O limite traçado por esses linguistas permite à psicanálise ser convocada e reconhecer nas diversas vozes que aparecem em um enunciado e nas associações paradigmáticas, a presença do inconsciente, como discurso do Outro e a ação do recalque. Nesse ponto, parece ficar mais clara a afirmação de Lacan: “o inconsciente é a condição da linguística⁸⁸”, revelada pela divisão entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação.

4.3. A NEGAÇÃO E O SUJEITO DIVIDIDO PELO INCONSCIENTE

Na experiência psicanalítica, o foco é o “problema das relações, no sujeito, entre a fala e a linguagem” (Lacan, 1998, p.281), e é nisso que o jogo entre o enunciado e a enunciação de um analisante assume todo seu peso.

A psicanálise não opera sobre o corpo do analisante (ainda que aí possam ser recolhidos seus efeitos), nem sobre a chamada *realidade* do paciente. O método psicanalítico justamente se priva dessas operações para se constituir:

Seus meios são os da fala, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu campo é o do discurso concreto, como campo

⁸⁸ Conforme citado à página 80.

da realidade transindividual do sujeito; suas operações são as da história, no que ela constitui a emergência da verdade no real. (Lacan, 1998, p.259)

O enunciado de Terezinha, qual seja, “*Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história*” presta-se tanto a uma análise linguística⁸⁹ quanto à uma psicanálise. Sua materialidade – a língua – é a mesma para ambos campos e, por isso, oferece-se tanto para a análise de um linguista quanto para um psicanalista, como afirma Milner (1992, s/p):

Sabe-se, com efeito, que a psicanálise passa pelo exercício da fala; sabe-se, também, que a linguística exclui de seu objeto as marcas da emergência subjetiva, isto é, justamente esse conjunto que, depois de Saussure, se resume sob o nome de fala. Não é menos verdade que os dados de que ela trata apresentam-se a ela, em última instância, como palavras proferidas por sujeitos. Resumindo, a fala constitui a matéria daquilo que ela manipula; os dados que o linguista encontra e os dados que o analista encontra têm, portanto, a mesma substância.

É por acolher o que a linguística exclui de sua análise, ou seja, as marcas do sujeito da enunciação, que a análise que *um* linguista faz é bastante distinta da análise de *um*⁹⁰ psicanalista.

A negação (*Verneinung*) na psicanálise é um mecanismo de defesa. Sabe-se que Freud designou o termo *defesa* (ou processo defensivo) como um conjunto das manifestações de proteção que o (*eu*) utiliza diante de agressões externas ou internas (pulsionais). Para Freud, o (*eu*) funciona segundo o princípio do prazer, ou seja, seguindo à **tendência de reduzir tanto quanto possível o nível de excitação** e, por isso, quando o nível de excitação aumenta, seja por uma fonte interna ou externa, o (*eu*) adota mecanismos de defesa para plasmar o que o importuna e, com isso, debelar os perigos. No decorrer de sua obra, Freud assemelha a noção de defesa à noção de recalque, fazendo uma distinção entre os dois conceitos:

⁸⁹ Análise linguística que me abstive de fazer.

⁹⁰ Cabe lembrar que uma frase, enunciado ou vinheta clínica não são objetos de nossa análise, como já indicado no capítulo 1. É útil também aqui lembrar que *um caso* envolve tanto o analista, quanto o analisante. Aqui a ambiguidade do termo é digna *de nota*: será que na análise linguística *isso* também ocorre?

No curso da apreciação do problema da ansiedade⁹¹ revivi um conceito ou, dizendo de maneira mais modesta, uma expressão, da qual fiz uso exclusivo trinta anos atrás quando comecei pela primeira vez a estudar o assunto, mas depois o abandonei. Refiro-me à expressão ‘processo defensivo’. Substituí-a depois pela palavra ‘repressão’⁹², mas a relação entre as duas continuou incerta. Constituirá uma vantagem indubitável, penso eu, reverter ao antigo conceito de ‘defesa’, contanto que o empreguemos explicitamente como uma designação geral para todas as técnicas das quais o ego faz uso em conflitos que possam conduzir a uma neurose, ao passo que conservamos a palavra ‘repressão’ para o método especial de defesa com o qual a linha de abordagem adotada por nossas investigações nos tornou mais bem familiarizados no primeiro exemplo (Freud, [1926]2006, p. 158).

O recalque (*Verdrängung*), como esclarece Lacan (03/12/1958, s/p), opera sobre o significante. O psicanalista francês considera que a negação aparece na obra freudiana como uma das formas mais elaboradas do recalque. (idem). É na letra de Freud, de seu texto sobre a *Verneinung*, que a leitura atenta de Lacan identifica esse caráter e, acompanhando-o na identificação da origem da função intelectual pela *Verneinung*, Lacan localiza “o fundo último do processo da enunciação” na capacidade do pensamento de representar um objeto e torná-lo presente pela imaginação/alucinação. Assim, a enunciação, paralela ao enunciado, revela a existência do “que se chama o eco dos atos, o eco dos pensamentos expressados” (ibidem).

A partir da atenção que dirige ao que na experiência clínica aparece como *modo* e não como *conteúdo* de uma fala, Freud conceitua a negação como um mecanismo de defesa que realiza uma rejeição, através da projeção de um pensamento. Em suas palavras (1925):

O modo como nossos pacientes apresentam suas ideias espontâneas, no trabalho psicanalítico, nos fornece a oportunidade para algumas observações interessantes. “Você agora vai pensar que eu quero dizer algo ofensivo, mas não tenho de fato essa intenção.[...] Ou: “Você pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. Minha mãe não é. Corrigimos, então é a mãe.” (Freud, [1925a]2011, p. 276)

⁹¹A versão utilizada nesse ponto é da Imago. No entanto, pela leitura lacaniana, trata-se de *angústia*.

⁹² Para Lacan, trata-se de *recalque*, termo que privilegio.

É pelo *modo* (*Die Art*) de falar, ou seja, pela marca pessoal, pelo estilo, que Freud identifica que a negação é um meio de suspensão da barra do recalque que permite a todo sujeito falante tomar conhecimento do que foi recalcado⁹³ sem que esse conhecimento signifique, entretanto, o aceite do material recalcado. É pelo *modo* de falar que Freud desvenda seu *conteúdo* inconsciente:

Tomamos a liberdade, na interpretação, de ignorar a negação e apenas extrair o conteúdo da ideia. É como se o paciente houvesse dito: “É certo que me ocorreu minha mãe, em relação a esta pessoa, mas não quero admitir esse pensamento” (ibidem).

O que está em jogo no plano da enunciação é, pois, muito diferente do que se pode analisar linguisticamente de seu enunciado, pois o sujeito se constitui como tal em uma psicanálise a partir de uma pergunta à qual o psicanalista precisa saber responder: o analista não responde do lugar de um interlocutor, mas em uma posição de corte ao sublinhar, negritar, destacar o fragmento significante escutado, na fala do paciente ou ainda interrompendo a sua fala ou a sessão, produzindo efeitos de significado. No entanto, não é certo que essa pergunta se dirija ao analista pois se o (*eu*) do sujeito não está no *eu* do enunciado (não é nada além de um *shifter*), tampouco o *tu* (aquele a quem o sujeito se dirige) é o analista. O ato analítico, no entanto, está na dependência de que o analista se coloque como destinatário desse endereçamento e, ainda que não seja na posição de um interlocutor ao sujeito, possa lhe responder, com os ecos de seu dizer para, ao romper o discurso, fazer parar a fala do paciente.

É nisso que o real da clínica ilumina a teoria, ou seja, no que concerne a atenção suspensa, pois o analista sempre está advertido por Freud de que

Não se encontra na análise nenhum “não” vindo do inconsciente, mas o reconhecimento do inconsciente, pelo lado do eu, [que] mostra que o eu é sempre desconhecimento; mesmo no conhecimento, sempre encontramos do lado do eu, numa fórmula negativa, a marca da possibilidade de deter o inconsciente, ao mesmo tempo recusando-o. (Hyppolite, in: Lacan, 1998, p.902).

⁹³ O que foi recalcado primordialmente é constitutivo da estruturação psíquica e que dá origem, segundo Freud, à função intelectual. Esse tema será tratado no próximo capítulo.

4.4. DOIS TIPOS DE NEGAÇÃO: POR CONTRARIEDADE E POR CONTRADIÇÃO

A tarefa de reunir sob o mesmo conceito de *negação* todos os tipos de negações que existem é algo impossível, conforme adverte Lacan ([1972-73]2008b, p. 39). No entanto, perceber uma impossibilidade, via de regra, é o que abre a via das possibilidades. Nesse sentido, delimitar, a partir da lógica, dois tipos de negação é uma via possível.

Por essa via, D'Agord distingue a negação dos contrários e a negação dos contraditórios no campo da lógica e no campo da psicanálise:

Se a linguagem, para a Lógica, está relacionada ao controle sobre as proposições, para a psicanálise, ela supõe a escuta do sujeito do inconsciente para além dos atos de fala, isto é, em referência ao campo da linguagem, ao tesouro de significantes da língua do falante. É na fala que é possível encontrar hesitações, esquecimentos e negações. Logo, se o campo da linguagem está concernido quando Lógica e Psicanálise se ocupam da negação, vale lembrar que as acepções e métodos são distintos (2006, p. 243).

A autora indica que em Freud há duas concepções de negação: uma que diz respeito ao contrário e aos opostos, encontrada em “A interpretação dos sonhos”, de 1900, e no texto “A significação antitética das palavras primitivas”, de 1910. O texto da *Verneinung*, de 1925 demonstra, segunda a autora, a outra concepção de negação para Freud, em que a negação é constitutiva do que é negado.

Em relação ao primeiro tipo de negação em Freud (sobre os contrários e contraditórios) e sua diferença na lógica, D'Agord menciona que Freud apresenta em “A interpretação dos sonhos” sua tese de que todo sonho é realização de desejo, mesmo quando, no sonho, apareça como seu contrário. Na lógica, no entanto, contrário não equivale à contraditório (vide quadrado lógico de Apuleio, já demonstrado): uma proposição contrária à outra indica, necessariamente que, se uma é verdadeira, a outra não é. No entanto, saber o valor de verdade de uma proposição não revela o valor de verdade de seu contrário, pois se uma proposição contrária a outra é verdadeira, a outra, necessariamente é falsa. Mas se uma contrária é falsa, não se segue que a outro seja

verdadeiro, ou seja, podem ser ambas falsas⁹⁴. Na lógica, os contrários podem se excluir mutuamente ou não. Já os contraditórios sempre excluem um ao outro.

A outra concepção de negação de Freud (a negação como constitutiva do que é negado) e apresentada no texto de 1925, “introduz uma outra forma de não, um não que supõe uma afirmação”, e a negação é aqui entendida com uma forma de tornar consciente o recalcado, mas sem sua aceitação: o reconhecimento do inconsciente se dá por uma negação.

A negativa enquanto *Verneinung* e a negação lógica seriam, portanto, duas diferentes formas de negação. A negação lógica é a negação de uma afirmação (*Behauptung*), enquanto que a negativa da *Verneinung* supõe uma acolhida (*Bejahung*) primordial. Na interpretação de Hyppolite, a negação lógica e a negativa (denegação) própria à *Verneinung* dizem "não" de forma diferente. A denegação não é o "não" da lógica formal, mas o símbolo desse "não" por meio da enunciação, sendo, pois, o desmentido que se acolheu: desmentindo uma enunciação, mostra-se que ela foi acolhida. Enquanto que a negação lógica se relaciona ao princípio da contradição, isto é, não é possível que algo seja e não seja ao mesmo tempo e sob as mesmas circunstâncias, a negação psicanalítica relaciona-se ao primeiro acolhimento (*Bejahung*). (D'Agord, 2006, p. 246)

Para a autora, ambas as concepções de negação (freudiana e da lógica) não se excluem porque estão situadas em campos diferentes. Safatle (2006), como será apresentado logo mais, refina essa distinção ao aproximar a *Verneinung* de uma lógica da contrariedade, afastando-a da lógica da contradição.

O relevante do artigo de D'Agord (2010, p.248) é que, ao mencionar a análise lacaniana da *Verneinung*, a autora indica a sua relação com o outro e com o Outro, *enfatizando o que é constitutivo do inconsciente*:

Assim, se o que é submetido à *Verneinung* supõe um outro em relação ao Eu, é porque, antes disso, há um Outro, há um acolhimento simbólico, uma *Bejahung* primordial que permite esse movimento da *Verneinung*. Assim, o que foi submetido à *Bejahung*, mesmo recalcado, persiste,

⁹⁴ Ex.: se a proposição “Todos os homens são mortais” é verdadeira, não se segue que “Nenhum homem é mortal” seja falsa, ou seja, ela pode ser verdadeira também, embora contrária à primeira.

retorna na repetição (retorno do recalado), é submetido ao movimento da denegação, é uma presença simbólica. É nesse sentido que Lacan se refere à presença do significante no Outro como uma presença vedada ao sujeito na maioria das vezes. É vedada, mas acolhida, pois foi submetida ao recalque originário (*Urverdrängung*).

4.5. A NEGAÇÃO EM DOIS FRAGMENTOS DE CASOS CLÍNICOS: DORA E TEREZINHA

4.5.1. Dora

No relato do Caso Dora (1905), Freud identifica que a causa dos sintomas histéricos encontra-se “nas intimidades da vida psicosssexual dos pacientes, e que os sintomas histéricos são a expressão de seus mais secretos desejos recalados” ([1905a]2006, p.19). Nesse sentido, Freud reconhece que a elucidação do caso não acontece sem a revelação dessa intimidade. Situando a histeria por um lado e o caso por outro, Freud coloca em questão a dialética da experiência analítica que trata de por em cena a singularidade de uma experiência em relação à universalidade do conceito.

Nessa direção, com relação ao tema que aqui é interesse maior – a negação – é relevante fazer alguns recortes do célebre caso que permitam destacar as formas de negação que Dora apresenta, e como esse mecanismo de defesa, aponta para a verdade que o causa.

O primeiro deles pode ser aquele em que Dora afirma não lembrar:

Para evidenciar a possibilidade dessa complementação da história, perguntei à paciente com extrema cautela se ela conhecia o sinal corporal da excitação no corpo do homem. Sua resposta foi “Sim” quanto ao momento atual, mas, no tocante àquela época, ela achava que não. [...] Sua resposta sempre pronta e franca era que ela já sabia disso, mas de *onde* vinha esse conhecimento era um enigma que suas lembranças não permitiam resolver. *Ela esquecera a fonte de todos esses conhecimentos.* (Freud [1905a] 2006, p.39-40, grifos meus).

Freud perguntava a Dora, nesse episódio, como ou de onde ela conhecia a posição ereta do pênis que lhe causava horror. Dora afirma não se lembrar. No entanto, em uma nota de rodapé, Freud ao reconstruir o caso, indica uma relação entre esse conhecimento e o segundo sonho de Dora. Dessa relação torna-se clara a sua identificação

infantil masculina com seu irmão um ano e meio mais velho que ela e com o qual, possivelmente, como imago, serviu-lhe de “matriz imaginária em que vieram desaguar todas as situações que Dora desenvolveu em sua vida” (Lacan, 1998, p. 220), ou seja, matriz de suas repetições em que o mistério da sua feminilidade se atualizava, a cada vez, *de novo*.

Freud descobre que, do inconsciente, nada se faz de maneira direta e nenhum “*sim*” pode conferir uma autenticidade à interpretação do material recalcado. Pelo contrário, se é possível tocar em algo do inconsciente, é sempre ao custo de um bordejar “como convém para seguir o inconsciente em sua pista” (Lacan, [1973]2003, p. 418):

Quando comuniquei a Dora que só me era possível supor que sua inclinação pelo pai, já em época precoce, deveria ter tido o caráter de um completo enamoramento, é verdade que ela me deu sua resposta corriqueira: “Não me lembro disso.” Logo em seguida, porém, contou-me algo análogo sobre uma prima de sete anos (por parte da mãe), em quem ela freqüentemente julgava ver uma espécie de reflexo de sua própria infância. Essa menina tornara a testemunhar uma discussão acalorada entre os pais e sussurrou no ouvido de Dora, que acabava de chegar para uma visita: “Você não pode imaginar como odeio essa pessoa!” (apontando para a mãe) “E um dia, quando ela morrer, vou me casar com papai.” Costumo ver nessas associações, que trazem à tona algo que concorda com o conteúdo de uma afirmação minha, uma confirmação vinda do inconsciente. *Nenhuma outra espécie de “sim” pode ser extraída do inconsciente; não existe, em absoluto, um “não” inconsciente.* (Freud [1905a] 2006, p.61-62, grifos meus)

Em um dado momento da análise de Dora, Freud assinala à paciente um amargo ciúme que ela apresenta em relação ao pai com sua vizinha, a Senhora K (com a qual ele mantinha um caso amoroso, extraconjugal) e que seu enamoramento por ele seria uma forma de se proteger do amor que sentia, de fato, pelo Sr. K. Nesse momento, Freud a interroga com a hipótese de haver algum motivo ainda não revelado para tão intenso sentimento. Prontamente Dora nega a interpretação de Freud. Como no texto de 1925, Freud (*idem*, p.63) afirma que

O “não” ouvido do paciente depois de se apresentar pela primeira vez um pensamento recalcado à sua percepção consciente não faz senão constatar a existência de um recalçamento e sua firmeza; serve, por assim dizer, para medir a força deste. Quando esse “não”, em vez de ser considerado

como expressão de um juízo imparcial (do qual, por certo, o doente não é capaz), é ignorado, dando-se prosseguimento ao trabalho, logo aparecem as primeiras provas de que, nesses casos, o “não” significa o desejado “sim”. Dora admitiu que não conseguia ficar tão zangada com o Sr. K. quanto ele merecia. Contou-me que um dia o encontrara na rua quando estava em companhia de uma prima que não o conhecia. A prima exclamara repentinamente: “Dora, o que há com você? Você ficou pálida como um cadáver!” *Ela própria não sentira nada dessa alteração, mas expliquei-lhe que a fisionomia e a expressão dos afetos obedecem mais ao inconsciente do que ao consciente e são traiçoeiras para o primeiro* (grifos meus).

Cabe destacar que, vinte anos antes da publicação do texto *Die Verneinung* (que é de 1925), ao analisar Dora, Freud já observa que a partícula *não* no discurso do paciente tem um funcionamento muito diferente de uma negação no sentido gramatical quando se leva em conta o inconsciente. A essa observação pode-se acrescentar – pela teorização psicanalítica ulterior – que tal diferença só pode ser afirmada na vigência da transferência e *só-depois* de recolhidos seus efeitos. Importa ainda ressaltar, que a separação entre pensamento (consciente) e afeto, pela ação do recalque, já se anuncia nesse texto.

Para Freud, naquele ano de 1905, o que era considerado como um embotamento de sua arte interpretativa (ibidem), hoje é sabido ser a técnica mais afiada da análise: a associação livre. Parar de falar e deixar que a paciente continue falando foi o que Freud fez e o que permitiu a Dora avançar e lembrar-se da saudade que sentiu do Sr. K. Porém, a negação mais efetiva de Dora, ainda estaria por vir: o não voltar mais para a análise, logo após Freud ter (lhe) contado a vitória de ter conseguido uma prova conclusiva da exatidão de sua hipótese interpretativa (idem, p.64) lida no segundo sonho de Dora. No entanto, Freud não cultivava uma postura arrogante, ao contrário, conclui que “Quem, como eu, invoca os mais maléficos e mal domados demônios que habitam o peito humano, com eles travando combate, deve estar preparado para não sair ileso dessa luta.” ([1905a] 2006, p. 106).

Aprendendo com a derrota, Freud pode perceber que, nos sujeitos, “Aquilo por que mais intensamente anseiam em suas fantasias é justamente aquilo de que fogem quando

lhes é apresentado pela realidade⁹⁵.”

A negação de Dora aparece como uma defesa às interpretações de Freud sempre que ele lhe coloca a possibilidade de haver sentimentos por ela desconhecidos ou para ela intoleráveis. Diante das interpretações de Freud, Dora emite um sonoro *não* que faz Freud apreender uma ligação intensa entre um afeto e uma ideia inconsciente; como o afeto não pode ser inibido, mas apenas sua representação (significante), ele (re)aparece na fala da paciente de forma recalçada, pelo trabalho do não.

Por outro lado, com Dora, Freud descobre também que a negação pode ser feita por uma afirmação hiperinvestida e, como os preconceitos, com um caráter de indestrutibilidade. Tais ideias aparecem de forma repetitiva da qual o sujeito não consegue se livrar por exercício consciente. Essas ideias ruminam no pensamento do sujeito e oferecem a Freud a descoberta de outro funcionamento da defesa quando o recalque se efetua “por meio de um reforço excessivo do oposto do pensamento a ser recalcado” (Freud, idem, p.60). Freud denomina esse processo *reforço reativo*:

“Não consigo pensar em outra coisa”, queixava-se ela *repetidamente*. “Meu irmão me diz que nós, os filhos, não temos o direito de criticar esses atos do papai, que não nos devemos preocupar com isso, e que talvez devamos até alegrar-nos por ele ter encontrado uma mulher a quem pode se afeiçoar, já que mamãe o compreende tão pouco. Também vejo isso, e gostaria *de pensar como meu irmão, mas não posso*. Não posso perdô-lo.” (idem, p.59, grifos meus).

A função dessa afirmação no psiquismo de Dora pode ser caracterizada como um mecanismo de defesa na medida em que sua função era a de suprimir o amor de Dora pelo Sr. K (antes consciente) ao mesmo tempo em que lhe ocultava o amor que sentia pela Sra. K; ao afirmar incessantemente que invejava a Sra. K pela posse do seu pai, Freud descobre que, na verdade, Dora ocultava de si o oposto, ou seja que invejava o pai pelo

⁹⁵ O que Freud não suspeita, por outro lado, é de si mesmo e de sua transferência com Dora. Esse é o ponto que Lacan vai se ater para identificar que “Foi por se haver colocado um pouco demais no lugar do Sr. K. que Freud, dessa vez, não conseguiu comover o Aqueronte”. (Lacan, 1998, p. 223)

amor da Sra. K.⁹⁶.

4.5.2. Terezinha

A negação do enunciado de Terezinha aproxima-se das negações de Dora em alguns momentos e também delas se distancia em outros. Ao contrário de Dora, Terezinha não responde com uma negação à interpretação do analista: basta lembrar que seu enunciado ocorre já na primeira sessão, antes mesmo que o analista possa fazer qualquer interpretação.

A negação que Terezinha enuncia pode ser tomada como uma dobradiça: o primeiro enunciado negativo “não tenho uma história” está justificado por uma aparente afirmação/asserção do segundo enunciado; “quem não sabe ler não tem uma história”. No entanto, sua negação está em relação interna à sua afirmação, ou como diz Freud, em seu *reforço reativo* e, nisso, aproxima-se da negação (*Verneinung*) pela afirmação realizada por Dora.

Essa espécie de *topos*, como diria Ducrot, alienava-a em sua própria condição ao inverter a consequência pela causa: conscientemente, ela não tinha uma história *porque* não sabia ler e, *portanto*, só teria uma história se fosse alfabetizada. No entanto, o que se revelou depois da intervenção analítica, foi o contrário: *só quem pode ter acesso à sua história é que pode ler*. A negação de Terezinha revela-se não por um enunciado negativo, mas por uma afirmação.

Diferente da negação pela afirmação, a negação por um enunciado negativo – como aquele citado por Freud no texto da *Verneinung*: “Agora o senhor vai pensar que quero dizer algo insultante, mas realmente **não** tenho essa intenção” – aproxima-se da lógica da contrariedade. Nas palavras de Safatle (2006, p.56) “Quando nega de maneira

⁹⁶ Movido por seus próprios preconceitos, Freud não abordou esse assunto com Dora a tempo. E, por isso, para Lacan, Freud não pode operar a “*terceira inversão dialética*, aquela que nos forneceria o valor real do objeto que é a Sra. K. para Dora. Isto é, não o de um indivíduo, mas o de um mistério, o mistério de sua própria feminilidade [...] Para ter acesso a esse reconhecimento de sua feminilidade, ser-lhe-ia preciso realizar a assunção de seu próprio corpo, sem o que ela continua exposta ao despedaçamento ficcional” (Lacan, 19998, p. 220).

peremptória a representação, o sujeito é levado a afirmar seu oposto. Nesse sentido, a *Verneinung* está *mais próxima* de uma lógica da *contrariedade* do que da lógica da *contradição* cuja dinâmica suporta a *Aufhebung*⁹⁷” (grifos meus).

Safatle (idem, p. 49) destaca o esforço do empreendimento teórico de Lacan “em distinguir sua noção de intersubjetividade dos processos de totalização sistêmica e de síntese convergente que poderiam aparecer como horizonte de final de análise, caso a racionalidade intersubjetiva fosse vista como processo de compreensão auto-reflexiva” e, nesse sentido, demonstra como a dialética proposta por Hyppolite carrega, em seu bojo, a ideia de reconciliação da rememoração, pela via da inscrição do real recalcado na ordem simbólica. Para Safatle, Hyppolite aproxima a *Verneinung* à sublimação, na medida em que concebe que os núcleos traumáticos rememorados e incluídos na narrativa da história do sujeito serão simbolizados e sublimados (idem, p. 58).

Reduzir o inconsciente àquilo que não pode ser lembrado e o final de análise a um processo de auto-reflexão, como assevera Safatle, seria equivalente a sacrificar o próprio conceito de inconsciente freudiano em uma de suas acepções mais básicas: se todo material recalcado é inconsciente, nem todo o inconsciente é o material recalcado, e indicaria que não haveria nada no inconsciente que não possível acessar pela consciência⁹⁸.

Como bem aponta Freud, pelo caráter de reforço inconsciente, uma ideia hiperinvestida não pode ser resolvida pelo trabalho do pensamento, “seja porque suas raízes chegam até o material inconsciente, recalcado, seja porque outro pensamento inconsciente

⁹⁷ *Aufhebung*, cuja tradução para o português é *revogação, suspensão*, é um conceito freudiano que designa a relação da *Verneinung* com o recalque: “A negação constitui um modo de tomar conhecimento do que está recalcado; com efeito, já é uma suspensão (*Aufhebung*) do recalque, embora não, naturalmente, uma aceitação do que está recalcado”. (Freud, 1925, com substituição do termo repressão por recalque).

⁹⁸ Safatle (2006, p 61) considera que a *Verneinung* é a negação de um conteúdo mental que foi previamente simbolizado e, por isso, articula sua argumentação em torno da seguinte hipótese: “se a *Verneinung* é uma dialética bloqueada [que, devido a esse caráter de bloqueio, resolve-se inteiramente mediante procedimentos de síntese rememorativa], então, para que exista realmente dialética na psicanálise, faz-se necessário um modo de negação que não seja simples inversão”. Nesse sentido, a direção do tratamento assim fundamentado seria a ampliação da consciência e das funções do “eu” pelo trabalho de rememoração. Para o autor, o avanço que Lacan realiza no campo psicanalítico é contrário a essa concepção, pois seu progresso “não nos leva ao alargamento do campo do eu. Ao contrário, ele é visto como ‘um declínio imaginário do mundo e uma experiência no limite da despersonalização’” (idem, p.64).

se oculta por trás dela” (idem, p. 59). No caso de Terezinha, sua ideia (pré) concebida e investida durante uma vida toda (só quem sabe ler tem história) indica uma hipótese sobre a determinação inconsciente dos fracassos de suas tentativas de se alfabetizar pelos diferentes métodos (didático-cognitivos) de alfabetização.

Vale ressaltar que o “eu” oculto do enunciado “*Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história*” certamente não corresponde ao sujeito desse desejo em sua vontade de aprender a ler: o “eu” (oculto) do enunciado ali comparece apenas como “o indicador da presença que o enuncia *hic et nunc*, isto é, na posição de *shifter*” (Lacan, 1998, p. 670). Como ensina Lacan (idem, p.670-1), o sujeito do desejo transparece pelo sujeito da enunciação, cujo valor deve ser buscado numa precipitação lógica: o sujeito do desejo não está em outro lugar senão no “*não*”.

Deixando Terezinha falar, o que transpareceu de sua enunciação foi o material inconscientemente recalçado cujo conteúdo era diametralmente oposto a seu enunciado (*Eu não tenho história. Quero aprender a ler porque quem não sabe ler não tem uma história*). Tal determinação negativa, constitutiva desse *topos* singular, só pode ser removida, parar de operar e permitir sua leitura (alfabetização), pelo trabalho de elaboração daquilo mesmo que era objeto do recalque: só é possível saber dele pelo seus efeitos.

CAPÍTULO 5

FUNÇÃO INTELECTUAL E PROCESSO AFETIVO

5.1. RECALQUE E NEGAÇÃO: A ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA POR DEFESA

Tomar um enunciado como uma negação, como uma *Verneinung*, permitiu o atendimento de uma demanda em um (breve) percurso de análise. A potência do ato analítico – que permite estabelecer um antes e um depois – foi descoberta por Freud e encontra em seus textos a possibilidade de uma formação⁹⁹: é a descoberta freudiana que permite a Lacan (12/05/1954, s/p.) identificar que o campo da linguagem é como um moinho¹⁰⁰, cuja roda de palavras mediatiza incessantemente o desejo humano e, ao mesmo tempo, apaga toda a cena de um significante, fazendo-o circular em outros lugares.

O fragmento de caso clínico do presente trabalho põe em cena a ação do recalque e da negação. Ambos os mecanismos são derivados do complexo processo *Bejahung-Ausstossung*¹⁰¹.

Freud ([1915c]2004, p. 177-8) descreve o recalque como um mecanismo cuja ação consiste em repelir algo para fora do consciente e dele manter afastado o que foi expulso. Essa ação do recalque visa, *originalmente*, defender o (*eu*) de excitações das quais não pode fugir, por sua fonte ser de origem interna¹⁰² e tem, por efeito, barrar tais excitações, mantendo-as afastadas da consciência. Nesse ponto, Freud faz uma importante diferenciação em relação à dor: chamando-a de uma “pseudopulsão”, Freud afirma que a

⁹⁹ A formação do psicanalista, para Lacan, passa necessariamente pela leitura dos textos de Freud, conforme sua indicação na Resposta ao comentário de Jean Hyppolite (1988, p.384)

¹⁰⁰ Metáfora de Lacan inspirada pela peça “As nuvens” de Aristófanes, como indica Rubião (2006, p.260)

¹⁰¹ Termos em alemão, cuja significação em português é afirmação-expulsão. O referido mecanismo será descrito nas próximas páginas.

¹⁰² Essa concepção aparece desde “O projeto”, de 1895 (Freud, 2006, p. 348-349).

excitação no organismo provocada pela dor é de origem externa e em uma intensidade impossível de ser contida pela ação do recalque.

A isso, Freud (idem, p.179) acrescenta que o mesmo mecanismo ocorre em uma segunda etapa (recalque propriamente dito), em que as representações derivadas do representante psíquico recalçado e os pensamentos a ele ligados têm o mesmo destino do recalque original. Ainda segundo Freud (idem, p. 178), a condição de ocorrência do recalque é “que a força que causa desprazer se torne mais poderosa do que aquela que produz, a partir da satisfação pulsional, o prazer”.

A *Verneinung* é um mecanismo de defesa que indica algo de constitutivo da estruturação psíquica:

Como o nota J. Hyppolite, não se trata em menor medida na *Verneinung* desta petição mítica, mas nesta medida fundadora do sujeito infans, do ser numa relação irreduzível ao não-ser constitutivo como premissa do eu originário na sua diferenciação do outro (Outro) assim diretamente produzida. (Lew,1980, p. 37)

Porque o conteúdo recalçado abre caminho para a consciência no enunciado do sujeito à condição de ser negado (e evidenciado pela partícula “não”), Freud percebe que a função intelectual se separa, pela ação do recalque, do processo afetivo. Essa conclusão lhe permite não só opor *intelectual a afetivo*, como também distinguir *função de processo*.

5.2. FUNÇÃO INTELECTUAL E PROCESSO AFETIVO NA TEORIA FREUDIANA

O texto freudiano indica que a negativa (*Verneinung*) é tributária do processo afirmação-expulsão primordial (*Bejahung-Ausstossung*). A *Bejahung* é a afirmação que inscreve uma percepção, criando o campo simbólico pelo registro dessa percepção como representação. Por outra via, mas a partir do mesmo lado, como na banda de Moëbius, as percepções não inscritas são expulsas, constituem o “fora”, não se inscrevem simbolicamente. Dessa forma, há dois destinos possíveis para as percepções: ou bem elas são afirmadas e, portanto, simbolizadas, ou são expulsas, errantes no real.

Freud, já na *Interpretação dos sonhos*, ao descrever os processos primários e secundários, vai afirmar que o processo primário “é totalmente incapaz de introduzir qualquer coisa desagradável no contexto de seus pensamentos. Ele não pode fazer nada senão desejar” (Freud[1900a] 2006, p. 627) e, pelo texto de 1925, entende-se, que, regido pelo processo primário, há a expulsão (*Ausstossung*) de tudo o que se relaciona ao desprazer. No entanto, o processo secundário, responsável pelo pensamento, para poder funcionar, precisa ter acesso livre a todos os traços mnêmicos (mesmo aqueles de desprazer). O princípio do prazer que rege o processo primário também preside o secundário, por isso o libertar-se da tendência à excitação zero é barrado ao processo secundário.

Dessa forma, ao segundo sistema cabe apenas inibir a descarga das excitações; inibição que nunca é completa, uma vez que justamente o desprazer que é expulso pelo processo primário é que funda o secundário, o qual só pode investir em uma representação

se estiver em condições de inibir o desenvolvimento do desprazer que provenha dela. Qualquer coisa que pudesse fugir a essa inibição seria inacessível tanto ao segundo sistema quanto ao primeiro, pois seria prontamente abandonada em obediência ao princípio do desprazer. A inibição do desprazer, contudo, não precisa ser completa: o início dele tem de ser permitido, já que é isso que informa ao segundo sistema a natureza da lembrança em questão e sua possível inadequação ao fim visado pelo processo de pensamento. (Ibidem).

Por sua observação sobre as relações entre o recalque e a *Verneinung*, Freud entende que o processo afirmação-expulsão primordial (*Bejahung-Ausstossung*) é presidido pela função do juízo cuja tarefa é a de confirmar ou negar os conteúdos dos pensamentos. Dessa forma, Freud chega à origem psicológica da função (intelectual) de emitir juízos:

Negar [*verneinen*] algo basicamente quer dizer: “Isto eu prefiro recalcar”. A atitude de condenar algo nada mais é do que *o substituto intelectual do recalque* e o “não” é sua marca, um certificado de origem, como se fosse “*made in Germany*”. Por meio do símbolo da negativa [*Verneinungssymbol*] o pensar liberta-se das restrições do recalque e se acrescenta de conteúdos dos quais não podia prescindir na sua atividade. (Freud, [1925d] 2007, p. 148, grifos meus)

Ato contínuo, Freud encontra na origem da função do julgamento¹⁰³ “operações que seguem a lógica exclusiva do princípio do prazer” (Safatle, 2006, p.50). Nessa direção, Freud distingue duas decisões a serem tomadas pela função do juízo, necessariamente nesta ordem: 1) deve adjudicar ou recusar uma qualidade a algo (julgamento de atribuição) e 2) deve admitir a uma representação a existência na realidade (julgamento de existência).

A função do juízo tem que decidir, inicialmente, entre duas atribuições opostas. Freud esclarece que essa função, para decidir, pode atribuir às coisas características, desde as mais básicas como boa ou má, útil ou nociva, passando pelos impulsos orais, em que opõe comer a cuspir até chegar à generalização da oposição entre introduzir e retirar. Freud chega, assim, à origem mítica do Eu: “isso deve estar dentro” (*Bejahung*) ou “fora de mim” (*Ausstossung*), indicando que o Eu-de-prazer original se constitui pela negação, ou seja, por aquilo que não é expulso: “O Eu-de-prazer original quer introjetar tudo que é bom e excluir tudo que é mau, como afirmei em outro lugar. Para o Eu, o que é mau e o que é forasteiro, que se acha de fora, são idênticos inicialmente” (Freud [1925]2011, p. 278).

Desencadeado pelo princípio do prazer, o princípio da realidade é engendrado pela expulsão primária e, com tal operação, há a constituição simultânea do (*eu*) e do real (fora). Os comentários de Lacan a esse respeito são bastante esclarecedores:

Primeiro, houve a expulsão primária, isto é, o real como externo ao sujeito . Depois no interior da representação (*Vorstellung*), constituída pela reprodução (imaginária) da percepção primária, a discriminação da realidade como aquilo que, do objeto dessa percepção primária, não apenas é instaurado como existente pelo sujeito, mas pode ser reencontrado (*wiedergefunden*) no lugar onde este pode apoderar-se dele.” (Lacan, 1998, p.391)

Reencontrar o objeto, para Freud ([1925d]2006, p.149), é o objetivo do teste de realidade, pois “todas as representações vêm das percepções, são repetições das mesmas” (1925, p.279) e, por isso, sua garantia é a existência da representação:

¹⁰³ *Função de julgamento e função do juízo* são as formas encontradas em diferentes versões para designar a mesma operação.

Neste ponto, como apossar-se de uma coisa que tem as qualidades de boa e exterior? A não ser pela reprodução, na representação, de uma percepção primordial de alguma coisa tendo sido etiquetada de boa, e o reencontro, na percepção da realidade desta coisa correspondente a esta representação. (Lew, 1980, p.26)

Safatle (2006, p.52) esclarece, no entanto, que “nada aqui nos permite passar de um simples índice de frustração de um objeto fantasmático alucinado à descrição objetiva e ao saber articulado a respeito de um estado do mundo”, acrescentando que o estatuto do princípio de realidade freudiano será alvo da crítica de Lacan, já em sua tese de doutorado, na medida em que “nada nos permite passar da prova da realidade para o princípio de realidade” (idem).

No entanto, é o próprio Freud quem já indica haver na faculdade do pensamento um afastamento (*Entfremdung*) entre o subjetivo e o objetivo: o fato de que “ao ser reproduzida como representação, nem sempre a percepção é reproduzida fielmente” (Freud, [1925] 2011, p. 280).

Freud (idem) observa que a capacidade do pensamento é a de tornar presente novamente pela imaginação algo percebido, sem que o objeto necessite estar presente. A essa tese, com Lacan, pode-se concluir que pensar é, portanto, tornar presente um objeto ausente, pelo efeito da linguagem:

É pela nomenclatura que o homem faz subsistir os objetos numa certa consistência. Não é a distinção espacial do objeto, sempre pronta a dissolver-se numa identificação ao sujeito, que a palavra responde, mas sim à sua dimensão temporal. O objeto, num instante constituído como uma aparência do sujeito humano, um duplo dele mesmo, apresenta, entretanto, uma certa permanência através do tempo, que não é indefinidamente durável, já que todos os objetos são perecíveis. Esta aparência, que perdura um certo tempo, só é estritamente reconhecível por intermédio do nome. O nome é o tempo do objeto (Lacan, 1985, p.215)

O processo secundário é *locus* do pensamento e suas coordenadas estão colocadas desde *A interpretação dos sonhos*:

O pensar, como um todo, não passa de uma via indireta que vai da lembrança de uma satisfação (lembrança esta adotada como uma representação-meta) até uma catexia idêntica da mesma lembrança, que se espera atingir mais uma vez por intermédio das experiências motoras. O pensar tem que se interessar pelas vias de ligação entre as representações

sem se deixar extraviar pelas *intensidades* dessas representações. (Freud [1900a] 2006, p. 628).

Nesse ponto, cabe lembrar que, para Freud, o julgar é uma *ação intelectual* de decisão da ação motora. Nesse sentido, Freud diferencia o julgar do pensamento: eis o que impede que a definição de *ação intelectual* seja confundida com a concepção de pensamento para as teorias psicogenéticas, em especial, a noção piagetiana de pensamento como *ação mental*, substituta decorrente da ação motora sobre os objetos tridimensionais. Além disso, outra diferença – e essa mais radical – entre a psicanálise e as teorias psicogenéticas se faz sentir pelo conceito de libido introduzido ¹⁰⁴ por Freud (1925c), a que é investida nas suas representações (seus objetos):

Julgar é a ação intelectual que decide a escolha da ação motora, põe fim à protelação devida ao pensamento e conduz do pensar ao agir. [...] Deve ser vista como uma ação experimental, um tatear motor com dispêndios mínimos de descarga. Lembremo-nos onde o Eu exercitou antes um tatear assim, em que lugar aprendeu a técnica que agora utiliza nos processos de pensamento? Isso ocorreu na extremidade sensorial do aparelho psíquico, nas percepções dos sentidos. *De acordo com nossa hipótese, a percepção não é um processo puramente passivo: o Eu envia periodicamente pequenas quantidades de investimento ao sistema perceptivo*, mediante as quais prova os estímulos externos, retraindo-se novamente após cada um desses avanços tateantes. (Freud, [1925]2011, p. 280, grifos meus).

Pelo texto freudiano de 1925, pode-se concluir que o afeto é a parte caudatária da afirmação primordial (*Bejahung*), na medida em que, para Freud ([1895]2006, p.374) os afetos são “Os resíduos dos dois tipos de experiência [de dor e de satisfação]”. Tais resíduos ficam fora dessa simbolização inicial realizada pela função do juízo de atribuição. A outra dimensão da experiência, que foi simbolizada, estrutura-se como função intelectual:

O afetivo, nesse texto de Freud, é concebido como aquilo que, de uma simbolização primordial, conserva seus efeitos *até mesmo* na estruturação discursiva. *Essa estruturação, dita ainda intelectual*, é própria para

¹⁰⁴ De etimologia latina, libido significa desejo. Este termo foi introduzido por Moriz Benedikt e mais tarde usado também pelos fundadores da sexologia para designar uma energia própria do instinto sexual. Freud, no entanto, retoma o termo numa acepção inteiramente distinta, para designar a manifestação da pulsão sexual na vida psíquica e, por extensão, a sexualidade humana em geral e a infantil em particular. (cf. Dicionário de Psicanálise de Plon & Roudinesco, p. 471).

traduzir sob a forma de desconhecimento o que essa primeira simbolização deve à morte. Lacan (1998, p. 384, grifos meus).

Por esse comentário de Lacan, é possível vislumbrar alguns indícios de que *afeto* é um conceito cuja significação não é perene na teoria freudiana e que tem origem na *Bejahung*, protótipo de toda simbolização, mas que está fora dela.

Nesse sentido, encontramos em vários trabalhos¹⁰⁵ uma espécie de testemunho da dificuldade em operacionalizar o afeto como conceito a partir da teoria de Freud, seja em função das diferentes acepções que o termo encontra em toda sua obra, seja porque o interesse de Freud por esse tema desloca-se de uma posição essencial nos primeiros trabalhos, para uma prevalência da angústia a partir de 1926, com seu artigo *Inibição, sintoma e angústia*.

O tema excede muito os limites do presente trabalho. Para o presente propósito, basta que fique indicado que além da definição de afeto como resíduo de experiência da satisfação e da dor, ao percorrer a obra de Freud, é possível encontrar várias acepções para o termo afeto: soma de excitação (1894, *ESB*, v. III)¹⁰⁶, liberação motora (*ESB*, v.I, p. 393) processo de descarga (1915, *ESB*, v.XIV, p. 183), entre outras. Em todas elas, porém, Freud indica que o afeto é algo que escapa à simbolização, à linguagem e que oferece maior resistência ao recalque do que a representação. Em *A Interpretação dos sonhos* ([1900b]2006, p. 493, itálicos do autor), é possível identificar, nas palavras de Freud, o que corrobora tal ideia:

Esse enigma específico da vida onírica desaparece, talvez mais repentina e completamente do que qualquer outro, tão logo passamos do conteúdo manifesto para o conteúdo latente do sonho. Já não precisamos incomodar-nos com o enigma, visto que ele não mais existe. A análise nos mostra que o *material de representações passou por deslocamentos e substituições, ao passo que os afetos permaneceram inalterados*. Não é de admirar que o material de representações que foi modificado pela distorção onírica, já não seja compatível com o afeto, que é retido sem modificação; tampouco resta qualquer coisa que cause surpresa depois que a análise recoloca o material certo em sua posição anterior.

¹⁰⁵ Cf. Campos (2004), Magiolino & Smolka (2009), Neto (s/d) e Vieira (2001) são alguns exemplos.

¹⁰⁶ As obras de Freud citadas nesse parágrafo são todas da Editora Imago (2006) e indicadas sua coleção, de forma abreviada: ESB, ou seja, Edição Standard Brasileira.

O conceito de afeto na teorização psicanalítica, desde seus primórdios, está intimamente relacionado com o conceito de energia que, segundo Kaufmann, Freud trata à maneira dos filósofos e inclui, nessa hipótese de trabalho, a “perspectiva ‘econômica’ dos processos, o ‘quantum de afeto’, relacionado à situação arcaica da urgência vital” (Kaufmann, 1996, p. 11). Nas palavras de Freud ([1905b] 2006 p.141):

Os conceitos de ‘energia psíquica’ e de ‘descarga’, tanto como o tratamento da energia psíquica enquanto quantidade, têm sido habituais em minhas reflexões, desde que comecei a organizar os fatos da psicopatologia filosoficamente; já em meu livro *A Interpretação de Sonhos* (1900a), tentei (no mesmo sentido que Lipps) estabelecer o fato de que ‘realmente efetivos psiquicamente’ são os processos psíquicos em si mesmos inconscientes, não o conteúdo da consciência.

O texto da *Verneinung* revela o esforço de Freud para demonstrar que, na origem, pensamento e afeto não se distinguem¹⁰⁷. No entanto, pela ação do recalque primário (tributário do complexo *Bejahung-Ausstossung*) e do recalque secundário (cuja função é defender o (*eu*) da representação inconciliável) há uma dissociação que cria a *função* intelectual e o *processo afetivo*.

No “Projeto” (1895), Freud apresenta suas concepções de representação (*Vorstellung*) e afeto (*Affekt*) nas quais o aparelho psíquico vai se configurando como um sistema energético em que o investimento endógeno de traços mnêmicos gera representações ideativas e sua descarga gera os afetos: o Eu-de-prazer original pretende colocar para dentro de si tudo quanto é bom, e ejetar de si tudo quanto é mau.

No entanto, como foi visto, aquilo que é mau, estranho ou externo, a princípio, é indistinto¹⁰⁸. O aparelho psíquico se estrutura, portanto, em torno do recalque originário, a partir da *Ausstossung*, como mecanismo de defesa contra a pulsão de destruição: a expulsão cria a dimensão do real, domínio que subsiste fora da simbolização e que se desdobrará em efeitos de inconsciente.

¹⁰⁷ No artigo “Recalque” de 1915, Freud afirma que o representante psíquico é uma unidade formada por dois componentes: ideia e quota de afeto. A decomposição dessas unidades Freud credits como obrigação a partir das suas observações clínicas.

¹⁰⁸ Em *Os instintos e suas vicissitudes*, Freud (1915c, p. 125) retoma essa questão e também no primeiro capítulo de “O mal estar na civilização” (1930).

Tal operação lógica fundante do sujeito permite reconhecer que “o recalçamento originário se reitera a cada instante da consciência, e, uma vez executado, o pensamento vai considerar como um dado a priori as próprias dimensões do fora e do dentro que não são, entretanto, senão consequências.” (Pommier, 2005, p.18). Nesse sentido é que se configura o caráter atemporal do inconsciente pois “a exigência desse recalçamento permanece assim constante, suspensa em um eterno presente” (idem, ibidem).

Em seu artigo de 1894 “Psiconeuroses de defesa”, depois de descrever as três formas de histeria, Freud se detém a investigar como o afeto se separa da representação e como o afeto livre da representação (recalcada) é utilizado. Freud chega, então, a estabelecer uma correspondência entre os destinos possíveis do afeto e as três patologias : histeria, obsessão e psicoses. Na histeria, o afeto sofre uma conversão somática; na obsessão, o afeto é ligado a outras representações não incompatíveis, criando *falsas ligações* e deixando o afeto *desalojado*; no episódio psicótico, há uma confusão alucinatória, pelo fato do eu se comportar como se a representação jamais tivesse ocorrido.

Freud conclui seu artigo indicando a questão econômica (quantitativa) constitutiva do afeto:

Gostaria, por fim, de me deter por um momento na hipótese de trabalho que utilizei nesta exposição das neuroses de defesa. Refiro-me ao conceito de que, nas funções mentais, deve-se distinguir algo — uma carga de afeto ou soma de excitação — que possui todas as características de uma quantidade (embora não tenhamos meios de medi-la) passível de aumento, diminuição, deslocamento e descarga, e que se espalha sobre os traços mnêmicos das representações como uma carga elétrica espalhada pela superfície de um corpo.

Essa hipótese, que aliás já está subjacente a nossa teoria da “ab-reação” na “Comunicação Preliminar” (1893a), pode ser aplicada no mesmo sentido que os físicos aplicam a hipótese de um fluxo de energia elétrica. Ela é provisoriamente justificada por sua utilidade na coordenação e explicação de uma grande variedade de estados psíquicos. (Freud [1894] 2006, p. 66).

Divergindo de Breuer sobre o registro neurológico de afeto, Freud desenvolve esse conceito, reafirmando sua concepção de *quantum* de energia que se enriquece com o conceito de pulsão:

Geralmente a expressão *quota de afeto* tem sido adotada para designar esse outro elemento do representante psíquico. Corresponde ao instinto¹⁰⁹ na medida em que este se afasta da idéia e encontra expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são sentidos como afetos. *A partir desse ponto, ao descrevermos um caso de repressão¹¹⁰, teremos de acompanhar separadamente aquilo que acontece à idéia como resultado da repressão¹¹¹ e aquilo que acontece à energia instintual vinculada a ela.* (Freud, [1915a] 2006, p. 157, grifos meus).

Ainda nesse texto, Freud indica que são três os destinos possíveis do afeto: i) a pulsão é inteiramente suprimida, de modo que dela nada se encontre, ii) aparece como um afeto qualitativamente nuançado de alguma forma, iii) é transformado em angústia.

O termo *processo* afetivo só encontra lugar na obra freudiana no texto da *Verneinung* (1925) e no item 6 da Parte II do *Projeto* (1895), em seu artigo “Perturbações do pensamento pelo afeto”, em que Freud aproxima o processo afetivo ao processo primário não inibido:

[o afeto inibe o pensamento] no sentido de que, sem que haja nenhum esquecimento, adotam-se vias que são geralmente evitadas: sobretudo, vias que conduzem à descarga, [tais como] ações [efetuadas] sob a influência do afeto. Em suma, pois, o processo afetivo se aproxima do processo primário não inibido. (Freud, [1895] 2006, p. 412)

Como foi anteriormente citado, pode-se ler em Freud que toda representação foi originariamente uma percepção. O que da percepção se inscreve como traço (libidinizado) em uma representação já é simbólico. Para Freud, o conceito de representação (representação de objeto e representação de palavra) é dotado de uma característica imagético-conceitual, enquanto que o afeto, para Freud, é entendido como uma descarga associada a uma sensação de prazer ou de desprazer, ou intensidade de investimento.

Nesse sentido, o (*eu*) surge como uma inibição dos desvios que prolongam os caminhos da descarga dos processos primários (dor e prazer), ordenados pelo princípio do

¹⁰⁹ Leia-se: pulsão para o termo instinto

¹¹⁰ Leia-se: recalque para o termo repressão.

¹¹¹ Idem.

prazer (tendência à descarga completa, ao nível zero de excitação), cuja função é barrar a formação de excessos¹¹².

A partir da concepção do inconsciente estruturado como uma linguagem, Lacan ([1973]2003, p. 406) indica que "é incorporada que a estrutura faz o afeto, nem mais nem menos, afeto a ser tomado apenas a partir do que se articula no ser, só tendo ali ser de fato, por ser dito de algum lugar", ou seja, o afeto aqui é tomado como o efeito do significante sobre o corpo, efeito de um dizer sobre o corpo: o afeto é "o produto da tomada do ser falante num discurso, na medida em que esse discurso o determina como objeto (Lacan, [1969-70]1992, p. 143).

Vale lembrar que ainda que não veicule uma concepção de quantidade energética nessa definição de afeto, Lacan desdobra esse conceito da obra freudiana, pois, para Freud, afeto é um dos componentes do *representante* psíquico, portanto, de linguagem.

¹¹² Lacan (1988, p.386) assevera que "se falseia o sentido do princípio do prazer ao desconhecer que, na teoria, ele nunca é formulado sozinho", ou seja, é um conceito que está na dependência de outros, como o do princípio da realidade, intrincando desde o início, as relações entre noese (ato pelo qual o pensamento visa um objeto) ao noema (o conteúdo de um pensamento).

O QUE CESSA DE NÃO SE ESCREVER

É enquanto modo do contingente que ela [a relação sexual] pára de não se escrever. A contingência é aquilo no quê se resume o que submete a relação sexual a ser, para o ser falante, apenas o regime do encontro.
Jacques Lacan.

ESCRITA NÃO-TODA

O impacto de uma escuta em um caso clínico não foi menor que o impacto de sua escrita: se no início deste trabalho o ponto de chegada mirado era um, em seu percurso, revelou ser outro.

O objetivo visado em seu início pode-se, agora, ser identificado em três pontos, a partir daquilo que a escrita do caso clínico pôde agenciar: 1) circunscrever aquilo que não se traduz facilmente de uma vivência clínica para uma argumentação teórica; 2) estabelecer teoricamente uma diferenciação mínima entre a negação gramatical/linguística e a negação no sentido freudiano (*Verneinung*) e 3) deduzir implicações para as teorias de aquisição da linguagem a partir daquilo que é constitutivo para o sujeito, no complexo *Bejahung-Ausstossung* a respeito das relações entre representação/afeto ou, em outros termos, discutir a origem do pensamento e sua relação com os afetos.

No momento de concluir este trabalho, no entanto, é possível identificar que o terceiro objetivo foi rejeitado e deixado como uma *casa vazia* que faz o jogo do “*Resta 1*” funcionar: jogo que (só) pode continuar com a presença do leitor. Tal rejeição, entretanto, não acontece por um motivo anódino: a escrita de caso transformou-se, ao longo deste trabalho, em um caso de escrita que, por fim, exigiu um outro caminho que levasse em conta que a verdade do caso está sempre disjunta do saber para sua elaboração teórica.

A disjunção entre saber e verdade se coloca de forma peremptória à escrita do caso na medida em que o analista nela compareça como narrador, mas ocupando uma posição distinta daquela exigida pelo narrador benjaminiano: na clínica, situado em uma

perspectiva de escuta, o analista faz parte do sintoma e, com isso, fica barrada sua possibilidade de teorização, como alguém de fora que observa um fenômeno.

É paradoxal, portanto, a condição da escrita de caso clínico. O que seria da psicanálise sem os casos relatados por Freud? “O que seria da literatura lacaniana sem eles?” (Milán-Ramos, 2010, p. 139). Por que manter esse paradoxo, afinal? Por que tentar o impossível?

Porque na escrita pulsam vida e morte: o desejo que anima a escrita e que pode fazer a teoria trabalhar também se coloca data para morrer: é preciso terminar, como lembra Compagnon: “Eu me dou a morte na primeira página, está findo o sujeito que fui, enquanto escrevi isso que você vai ler” (1996, p. 132-3)

Milán-Ramos (idem, p. 135), ao distinguir o *plano linguístico-textual* (as variantes linguísticas e estratégias textuais estáveis num *gênero*) do *plano discursivo* (o laço social e suas funções) presentes na vinheta clínica e no relato de caso, indica que “toda noção de texto pressupõe os efeitos do escrito na *fixação* do enunciado” e que, dessa maneira, promove a separação da situação de enunciação, concluindo que “[o] texto sempre é sutura do discurso, um esforço do apagamento do laço social que o constituiu” (idem, p. 135-6). Dado que a transmissão, como esclarecido por Lacan em seu Seminário *O avesso da psicanálise*, é um dos efeitos do discurso e, como assevera Milán-Ramos, “a transmissão é função de discurso” (idem, p.136), conclui-se que os relatos de caso e as vinhetas, por se constituírem como textos, fazem barreira à transmissão.

No entanto, o autor ressalva essa possibilidade de conclusão, afirmando que as dificuldades da transmissão não podem ser associadas ao plano do texto/ enunciado mas “às vicissitudes do dispositivo de transmissão – o plano do discurso” (idem, p. 137). O autor indica o que é preciso se levar em conta o *estilo* quando se trata de articular a transmissão com discurso e texto: “O estilo, em psicanálise, é efeito de discurso”. (idem).

Assim, considerando que o que faz laço social e tem por efeito a transmissão é tributário não do enunciado (plano textual), mas da enunciação (plano discursivo), pode-se perguntar: o relato apresentado neste trabalho cumpre sua função de transmissão? O que

nesse/desse relato (não) se transmite, afinal? A teorização aqui esboçada alcança seu destino sem deslizar para uma posição assimilável à de uma metalinguagem?

* * *

Os capítulos até aqui apresentados tematizaram *uma* apresentação de caso, problematizando esse gênero de escrita em psicanálise. Diferenciar a apresentação de caso de uma vinheta clínica foi fundamental para não tornar opaco o dispositivo que sustenta a clínica psicanalítica e que inclui o analista no sintoma. Nesse sentido, recorrer à elucidação que faz Le Gaufey à lógica do *pas-tout* de Lacan foi a estratégia necessária para diferenciar o funcionamento discursivo da vinheta clínica e do relato de caso.

Porém, é Benjamin (1994, p. 202-3) que oferece uma interessante chave de leitura para diferenciar caso de vinheta clínica, ao estabelecer a diferença entre narrativa e informação. Para o autor, o saber sempre vem de longe e é válido mesmo que não seja controlável pela experiência. Já a informação aspira a uma verificação imediata: ela precisa ser compreensível "em si e para si". A primazia dada à informação empobrece as narrativas, uma vez que os fatos já vêm acompanhados de explicação. Em outra via, o autor afirma que, na narrativa

[o] extraordinário e o miraculoso são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor. Ele é livre para interpretar a história como quiser, e com isso o episódio narrado atinge uma amplitude que não existe na informação.

Nesse sentido, pode-se dizer que o relato de caso está para a narrativa assim como a vinheta clínica está para a informação, ratificando uma premissa de Lacan: “não é de fatos acumulados que pode surgir uma luz, mas de um fato bem relatado, com todas as suas correlações, isto é, com aquelas que, na impossibilidade de compreender o fato, justamente o esquecemos” (1998, p. 387).

HIERÓGLIFOS DO SINTOMA E ENIGMAS DA INIBIÇÃO: QUESTÕES QUE FICAM

*Podemos descrever o nosso ódio, o nosso ciúme,
os nossos medos, as nossas vergonhas, mas não a inveja.*

Francisco Alberoni

A discussão deste trabalho situou-se em torno de um caso clínico em que a verdade da enunciação desdobrada pelos enunciados da paciente encontra, na psicanálise, a modalidade de sua teorização que permite o deciframento de seu conteúdo latente, diferenciando-o de seu conteúdo manifesto.

O caso, tal como foi discutido, não se assemelha a uma vinheta clínica dado que o primeiro, diferentemente da vinheta, vige no funcionamento lógico da particular máxima, ou seja, dentro de uma proposição que permite à particular afirmativa *questionar* a sua universal correspondente.

Se essa foi a posição assumida por este trabalho, resta ainda cumprir a tarefa de dar conta do “deslocamento que permite ajustar o que se observa clinicamente e a teoria que o prediz” (Le Gaufey, 2007, p. 177), uma vez que a exceção que *um* caso sempre representa em relação à teoria (inscrita pela particular máxima) não se sustenta por uma questão estatística de raridade, tampouco, está salva da ambiguidade, como na lógica clássica¹¹³. Nesse sentido, a relação entre o caso e a teoria inscreve-se, para Le Gaufey (idem, p. 184) na seguinte fórmula: “Quando um todo é enunciado ($\forall x\Phi x$), está fundado na existência de exceções ($\exists x\overline{\Phi x}$) e quando não há exceção ($\overline{\exists x\overline{\Phi x}}$), o que existe não se coletiviza em nenhum todo ($\overline{\forall x\Phi x}$)”.

Tal formulação é tributária do trabalho de Lacan que, segundo Le Gaufey (idem), empenhou-se em se deixar conduzir pelas exigências da particular máxima,

¹¹³ Na lógica clássica, não pode haver ambiguidade: dentro do quadrado lógico da máxima, ou bem as universais são verdadeiras, ou bem as particulares são verdadeiras e, por estarem ligadas por uma relação de contradição, fica excluído que uma universal e uma particular sejam verdadeiras ao mesmo tempo já que estão ligadas por uma relação de contradição.

escrevendo cada um de seus quadrados de modo que fosse possível ler claramente seu ataque dirigido a um todo que tivesse qualquer tipo de peso ontológico cuja consequência epistêmica é indicada pela seguinte conclusão:

a precisão que requer o conceito (e do qual é frequentemente objeto) não diz nada sobre a realidade de suas possíveis denotações. Entre o conceito e os indivíduos que caíram dentro de sua órbita (algo que obviamente não se nega, porque a particular mínima igualmente segue funcionando) permanecerá ativo esse objeto *a* que deriva integralmente da particular máxima, não cai dentro de nenhum conceito e se mantém como existência sem essência, uma existência decisiva dentro do processo subjetivo.

É nesse sentido que, a meu juízo, o caso clínico aqui apresentado convoca os conceitos de inibição e sintoma para uma discussão: a condição de não saber ler de Terezinha pode ser tratada como um *sintoma* ou como uma *inibição*?

Lacan, em seu quinto seminário, de maneira bastante clara indica que o sintoma é aquilo que é analisável ([1957-58] 1999, p.335); no entanto, tal clareza não se traduz em simplicidade, pois acrescenta: “o sintoma apresenta-se como uma máscara, apresenta-se de forma paradoxal” (idem), uma vez que o sintoma, para Lacan (1998, p. 282) é tomado como o significante de um significado recalçado para o sujeito que, tal como o véu de Maia, esconde aquilo que o causa e que participa da linguagem pela ambiguidade semântica (ibidem).

Freud estabelece uma diferenciação entre sintoma e inibição em 1915¹¹⁴, ao considerar a forma como aquilo que permitiria sanar o conflito neurótico, muito embora a luta entre as instâncias psíquicas não cessasse e o próprio sintoma se tornasse objeto dessa luta. Pelo mecanismo de fixação, entrariam em conflito as tendências por manter a luta com outras forças que pretendem remover o sintoma.

Dez anos mais tarde, porém, em um artigo contemporâneo¹¹⁵ ao artigo da *Verneinung*, Freud reafirma essa concepção: “Na descrição das manifestações patológicas, o uso lingüístico permite-nos distinguir sintomas de inibições, sem, contudo, atribuir-se

¹¹⁴ Conforme indica seu artigo “Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica da doença”.

¹¹⁵ Trata-se de “Inibições, sintoma e ansiedade”, tal como traduzido pela Editora Imago. A tradução do alemão, no entanto, aponta para a substituição do termo ansiedade por angústia. Daqui em diante, seguirei de perto o texto freudiano *Inibições, sintomas e ansiedade*.

grande importância à distinção” (Freud, [1926]2006, p. 91), mas desenvolve o tema com detalhes importantes: declara que, diferentemente da inibição, a existência de um sintoma, indica um quadro patológico. Já a inibição é considerada uma *restrição normal* (ou até mesmo, o abandono) *de uma função* que o *Ego* provoca nos órgãos físicos postos em ação no momento da realização dessa função, para se defender da angústia que adviria de sua execução; dessa forma, quanto maior for a erotogeneidade (sua significação sexual), maior a inibição dessa função, para que o *Ego não entre em conflito com o Id*. Nesse sentido, uma inibição pode ser, ao mesmo tempo, um sintoma.

Há ainda, segundo Freud, outros dois tipos de inibição: um que pode ter também um caráter de autopunição com a finalidade de evitar um conflito entre *Ego e Superego* e, por fim, as inibições acarretadas por um empobrecimento de energia, como nos estados de luto e melancolia.

Freud apoia-se em argumentos linguísticos ao afirmar que enquanto a inibição está referida a uma *redução (ou anulação)* da função, o sintoma está relacionado a uma *modificação* da função ou a uma nova manifestação que dela surgiu. Por outro lado, na inibição, toda redução (ou abandono) da função, ocorre, conforme indica Freud, *dentro do Ego* (não envolvendo outras instâncias psíquicas).

Quanto ao sintoma, Freud vai defini-lo como consequência do processo de recalque: um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente. O sintoma – que só se manifesta quando o recalque falha – cria um substituto à pulsão ameaçadora, suprimindo-a ou a desviando de seus objetivos. O sintoma é uma formação de compromisso que, por meio de uma substituição reduzida, deslocada e inibida, tem vigência ao preço de não ser mais reconhecida como prazer; pelo contrário, no sintoma há uma satisfação pulsional parcial, cuja vivência pelo sujeito resulta em sofrimento e, porque é parcial, apresenta-se de forma compulsiva. A ação do recalque, portanto é a de rebaixamento de uma satisfação pulsional a um sintoma, cujo efeito é o controle dos caminhos para ação e para a consciência.

No recalque, o *Ego* atua sobre a moção pulsional (real) e sobre seu representante psíquico (simbólico). Com isso, Freud afirma que o recalque acontece no

Ego, afirmando que o *Ego é uma parte organizada do Id*. Freud indica ainda que não há uma separação nítida entre as instâncias psíquicas e, muitas vezes, elas se encontram fundidas. Para Freud, os sintomas se formam para evitar a angústia, ao reunir energia psíquica que, não fossem essa formação, seria descarregada em forma de angústia. Nesse sentido, o *Ego* constrói os sintomas para *removê-lo* de uma situação de perigo. Aqui há uma indicação clínica importante: apenas remover o sintoma coloca, de fato, o sujeito em perigo, pois o *Ego* ficaria em total desamparo. Desta forma, é a angústia o motor da criação dos sintomas.

É pela concepção freudiana de sintoma como *um substituto* reduzido da satisfação pulsional, o sintoma como aquilo que *simboliza* um conflito psíquico recalcado, e pela definição de inconsciente estruturado como uma linguagem é que se pode compreender a afirmação de Lacan: “o sintoma é uma metáfora” (1998, p. 532): “o sintoma resolve-se inteiramente numa análise de linguagem, porque ele próprio está estruturado com uma linguagem, porque é linguagem cuja palavra deve ser liberada” (1998, p. 270)

Do ponto de vista fenomenológico, ou seja, de suas manifestações psicopatológicas, pode-se entender que não aprender a ler pode ser um sintoma. Por outro lado, do ponto de vista metapsicológico de Freud, também pode ser considerado uma *inibição* da função intelectual. No entanto, o conceito de inibição, para Freud, não comporta a concepção de um conflito psíquico, na medida em que sua sede é o *Ego*.

Interessa apontar, no entanto, que tal afirmação de Freud não suspende a ideia de conflito, uma vez que, logo a seguir, em seu texto, vai demonstrar claramente que o *Ego* não apresenta uma distinção clara do *Id*, ou seja, o *Ego* não é totalmente consciente. Nesse sentido, a própria divisão do sujeito entre consciente e inconsciente já carrega, a seu reboque, a ideia de conflito.

Freud indica ainda que haveria uma relação entre sintoma, inibição e angústia, que seria a seguinte: no nível do sintoma, sua formação é resultado de uma defesa contra a angústia que já se fez sentir como um sinal de perigo; no nível da inibição, sua formação é o resultado de uma *medida de evitação*, para não entrar em contato com a angústia. Por sua conexão com a angústia, Freud conclui que “toda inibição que o ego impõe a si próprio

pode ser denominada de sintoma”.

Lacan esclarece que o sintoma só pode ser interpretado na ordem do significante. Dado que a verdade só se instaura pelo discurso, o sintoma não representa a irrupção da verdade, “ele *é* a verdade, por ser talhado na mesma madeira que ela é feita”, afirma Lacan (1998, p. 235).

Nesse sentido, uma intertextualidade dos saberes médicos e psicanalíticos parece ter favorecido uma importante consequência clínica: se o *não saber ler* fosse tomado como um *sintoma orgânico* pelo médico que atendeu inicialmente a paciente, o efeito não poderia ter sido sua cristalização pela submissão da condição da paciente a uma nosografia psiquiátrica ou neurológica de uma disfunção ou distúrbio qualquer? No entanto, pode-se supor que ao tomar a queixa da paciente como uma *inibição sintomática* de um conflito psíquico, o médico pôde encaminhar a paciente para uma avaliação psicológica; por uma contingência, esse atendimento foi realizado à luz da psicanálise. Terá sido pelo efeito do ato analítico que Terezinha pôde, afinal, ler um capítulo censurado de sua história, reconhecê-la e, desta forma, atribuir sentido ao que de suas tentativas de alfabetização tinham retido?

A despeito da leitura (alfabetização) conquistada pela paciente, houve interrupção da análise. A interrupção não indicaria que houve uma impossibilidade tanto do analista quanto da paciente de ler *outros* vestígios? Vestígios de uma repetição em ato que, se lidos, poderiam não estancar o movimento dialético, levando-os para outra cena, além da qual a rememoração encalha.

Em sua última sessão, Terezinha *fala de si* (diz saber que precisaria trabalhar tudo o que descobriu na análise, mas que, naquele momento, não queria mais continuar, embora soubesse dessa necessidade) *para analista* (agradece-me pela ajuda, como aquela

que, tal como sua irmã, sabia o que ela não sabia¹¹⁶). A inversão dialética que o manejo da transferência poderia alcançar não foi efetivada:

Seja como for, é na medida em que o sujeito¹¹⁷ chega ao limite do que o momento permite a seu discurso efetuar com a fala que se produz o fenômeno no qual Freud nos mostra o ponto de articulação entre a resistência e a dialética analítica. Pois esse momento e esse limite equilibram-se na emergência, fora do discurso do sujeito, do traço que pode dirigir-se mais particularmente a vocês naquilo que ele está dizendo (1998,p.374).

O sucesso da conquista do *ler* e do reconhecer sua história coadunou-se, no caso, com o fracasso do *não se ler* e a impossibilidade de reinscrever sua inibição sintomática em outro lugar “que não aquele a que o [sujeito] levava inicialmente. Essa reinscrição, é esse o vínculo que o torna dependente, a partir daí, de um Outro cuja estrutura não depende dele” (idem). Interromper o processo psicanalítico indicaria, nesse caso, um ponto de chegada de uma análise (a partir de uma demanda atendida) *ou* uma impossibilidade de o analisante tornar-se “um ser capaz de ler seu vestígio” (Lacan, [1964]2008e, p. 304)?

A resistência sempre é do analista, já esclareceu Lacan. Houve, na quinta sessão do atendimento a Terezinha, um momento que ela diz “*deu branco na leitura*”. Esse *branco* só pôde ser lido depois de o caso ter sido relido, pelo efeito da escrita: o que não foi lido para Terezinha parece ter sido a transferência à analista do *amoródio*¹¹⁸ dirigido à irmã: amor que comparece como inveja¹¹⁹, como negação: ela *não* podia ver sua irmã *sem* notar, diferente dela, aquela que era normal; ela *não* podia olhara para uma mulher que sabia dirigir, *sem* lembrar que não sabia dirigir. Um “reconhecimento autêntico” de sua condição de sujeito, como diria Lacan (1998, p. 306), ficou comprometido, seguindo-se a ruptura. A

¹¹⁶ Transferência sentida, mas não identificada no momento da sessão. O efeito de sua ocorrência só pôde ser promovido a um ponto de escansão da análise em curso no momento de recolhimento dos fragmentos para escrita do caso.

¹¹⁷ De que sujeito, do analista ou do analisante? Dado que o analista faz parte do sintoma, pode-se concluir que, aqui, trata-se de ambos.

¹¹⁸ O paradoxo do *amoródio* é dito pelo analisando ao parceiro (ao analista) da seguinte forma: “*Eu te amo, mas, porque inexplicavelmente amo em ti algo mais do que tu – o objeto a minúsculo eu te mutilo*” (Lacan, [1964]2008a, p. 260, grifos do autor).

¹¹⁹ Inveja: invidia, cuja etimologia [latim: *in* (dentro) + *videre* (olhar)] indica um olhar que penetra no outro.

direção do tratamento é função do analista, mas em uma atuação movida pela transferência negativa, Terezinha toma para si essa direção e *não* continua o processo analítico iniciado.

Uma tese possível: aquela que cessa de se escrever. Finda-se aqui sua escrita, mas não as questões que o caso levanta. De imediato, uma nova associação se apresenta: o que incomodava a paciente era ter perdido *tempo* na vida por não ter se alfabetizado na infância. Também a analista não maneja *a tempo* a transferência, o que parece ter acarretado o estancamento do processo dialético da análise. *Tempo, tempo, tempo*, não houve acordo contigo.

Longe de esgotar o caso, esses comentários não fazem senão tornar mais agudo o fato de algo se furta à apreensão. A ponto de se poder perguntar, ao é precisamente tornar agudo e objetivável algo que se furta à apreensão; principalmente quando se trata de apreender um momento decisivo e constitutivo do sujeito, e esse toma a forma de um quiasma. (Porge, 2006, p. 192)

E o que se furta pode ser, inclusive, o analista. É no instante de uma *sensação extraordinariamente intensa* – quando a estranheza se torna *realmente* familiar – que a coincidência com o caso Dora assume sua maior identificação: na falha.

REFERÊNCIAS

- AIRES, S. Da quase equivalência à necessidade de distinção: significante e letra na obra de Lacan. **Revista do GEL**, Araraquara, São Paulo, v. 2, p. 215-230, 2005.
- ARISTÓTELES. **Órganon**. Tradução do grego, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005. 608p, pp. 251:345.
- ALLOUCH, J. **Letra a letra. Transcrever, traduzir, transliterar**. Tradução de Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1995.
- ALTMAN, F. **O valor da vida. Uma entrevista rara de Freud**. Disponível em <http://www.psicomundo.org/freud/bibliografia/entrevista.htm>. Acesso em 12 jul 2012.
- AZENHA, C. A. C. **Lia: do nome ao verbo. Ou: Desejo e Leitura**. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000397289>.
- BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura***. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral**. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Editora Nacional, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1988.
- _____. O aparelho formal da enunciação. *In: **Problemas de linguística geral II***. Trad. Eduardo Guimarães et.al. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BOSCO, Z. R. **A errância da letra: o nome próprio na escrita da criança**. Campinas: Pontes Editores, 2009.
- CAMPOS, C.M. O percurso de Ducrot na teoria da argumentação na língua. **Revista da ABRALIN**, v. 6, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2007.
- CAMPOS, E.B.V. A primeira concepção freudiana de angústia: uma revisão crítica. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, 7(1), 87-107. Acesso em 08 Nov 2012, Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982004000100006&lng=en&tlng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982004000100006>, 2004

- CAREL, M. DUCROT, O. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008. Tradução: Leci Borges Barbisan.
- COMPAGNON, A. **O trabalho da citação**. Tradução de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- COSTA, A.M.M. **Letra e transmissão: a escrita do caso clínico**. Disponível em http://www.convergenciafreudlacan.org/web_files/download/bibliotecas/files/II_LETR_E_TRANSMISSAO-doc-188.doc. Acesso em 15 mar 2012.
- D'AGORD, Marta. A negação lógica e a lógica do sujeito. **Ágora (Rio J.)** [online]. 2006, vol.9, n.2, pp. 241-258. ISSN 1516-1498. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/agora/v9n2/a06v9n2.pdf> . Acesso em 10 jul 2012.
- DE LEMOS, C.T.G. Fragmentos de verdade e construção: uma questão da clínica e de sua transmissão para Freud. In: VORCARO, A.; LEITE, N.V.A. (orgs.). **Giros da transmissão em psicanálise: instituição, clínica e arte**. Campinas: Mercado de letras, 2009.
- _____. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 42, p. 42-70, 2002.
- DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DEMISSÃO. In: Grande dicionário HOUAISS da língua portuguesa. Disponível (apenas para usuários) em <http://houaiss.uol.com.br/busca?palavra=Demiss%25C3%25A3o>. Acesso em 05 jan 2013.
- DUCROT, O. Os *topoi* na teoria da argumentação na língua. In: **Revista Brasileira de Letras**, São Carlos, UFSCar, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999. (Tradução de Rosa Attié Figueira).
- _____. Referente. In: **Enciclopédia Einaudi**, v. 2, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989.
- _____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: **O dizer e o dito**. Cap. VIII. Campinas, SP: Pontes, p.161-222, 1987.
- DUCROT, O. & TODOROV, T. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FIORIM, J. L. Enunciação e semiótica. **Revista Letras**. Disponível em http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r33/revista33_6.pdf. Acesso em 18 jul 2012.

FLORES, V.N. A enunciação e os níveis da análise linguística. *Anais do SITED – Seminário internacional de texto, enunciação e discurso*. Porto Alegre: set 2010. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/ValdirDoNascimentoFlores.pdf>. Acesso em 12 jul 2012.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves,-7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREGE, G. **Lógica e filosofia da linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978.

FREUD, S. (1926) **Inibições, sintoma e ansiedade**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 2006, pp. 79-171.

_____. (1925a). **A negação**. Obras Completas. Vol. 16: o Eu e o Id, autobiografia e outros trabalhos (1923-125). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

_____. (1925b). **A negação**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

_____. (1925c) A negação. CARONE, M. A negação: um claro enigma de Freud. **Discurso** (15): 125-132, 2o sem. de 1983.

_____. (1925d). **A negativa**. Obras Psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente. V. 3, p. 145-158. Coord.Trad. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

_____. (1921). **Psicologia de grupo e a análise do ego**. Edição Standard Brasileira das Obras Completas. Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.pp.77-154.

_____. (1915a). **A repressão**. Obras Completas. Vol. 16: o Eu e o Id, autobiografia e outros trabalhos (1923-125). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

_____. (1915b). **Repressão**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 2006, pp. 147-162.

_____. (1915c). **O recalque**. Obras Psicológicas de Sigmund Freud: escritos sobre a psicologia do inconsciente. V.1, p. 175-193. Coord.Trad. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

- FREUD, S. (1912) **Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.XII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1909) **Notas sobre um caso de neurose obsessiva.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.X. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1907) **Escritores criativos e devaneio.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1908) **Sobre as teorias sexuais da criança.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1905a) **Fragmento da análise de um caso de histeria.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VII,. Rio de Janeiro: Imago, 2006, pp.15-116.
- _____. (1905b) **Os chistes e sua relação com o inconsciente.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. VIII. Parte B. Rio de Janeiro: Imago, 2006, pp. 115-150.
- _____. (1900a). **A interpretação dos Sonhos. Os processos primários e secundários - Recalcamento.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. V, Capítulo VII, item E. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1900b). **A interpretação dos Sonhos. Os processos primários e secundários – O trabalho do sonho.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. V, Capítulo VI, item H. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- _____. (1894). **As neuropsicoses de defesa.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006, pp. 49-72.
- _____. (1895). **Projeto para uma psicologia científica.** Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006, pp. 381-507.
- GAGNEBIN, J. M. Narração e silêncio. **Folha de São Paulo. Ilustrada**, p.6, 01.ago.2011.
- JORGE, M.A.C. **Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan.** V. 1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 3v., 2000.

- KAUFMANN, P. (org.) **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**, Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- KUPFER, M. C. Educação terapêutica: o que a psicanálise pode pedir à educação. **Estilos da Clínica**, ano II, No. 02, p. 53-61, 1997.
- KRUTZEN, H. **Jacques Lacan – Seminares 1952-1980 – Index Référentiel**. Paris: Economica Anthropos, 2005.
- LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- _____. (1977). Hacia un significante nuevo: I. La estafa psicoanalítica. *In: Seminário 24: lo no sabido que sabe de la una-equivocación se ampara en la morra*. Infobase, versão eletrônica.
- LACAN, J. (1973). Radiofonia *In: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 400-447.
- _____. (1972-73) **O Seminário, livro 20 – Mais, ainda**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.
- _____. (1971) **O Seminário, livro 18 – de um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____. (1971-2a) **O Seminário 19 bis - El saber del psicoanalista** (Charlas de Jacques Lacan en Ste. Anne, 1971-1972), publicación de ENAPSI. Inédito. Infobase.
- _____. (1971/72b) **O Seminário, livro 19 ...ou pior**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- _____. (1972) O Aturdido. *In: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 448-497.
- _____. (1971) Lituraterra. *In: Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, pp. 15-25.
- _____. (1971) **O Seminário, livro 18 - De um discurso que não fosse semblante**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____. (1969-70) **O Seminário, livro 17 – O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- _____. (1964) **O Seminário, livro 16 – De um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008e.
- _____. (1964) **O Seminário, livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

- LACAN, J. (1961). **Seminário 9: La identificación**. Infobase, versão eletrônica.
- _____. (1959-60) **O Seminário, livro 7 – A ética da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008c.
- _____. (1958). **Seminário 6: El deseo y su interpretación**. Clase 4. Infobase, versão eletrônica.
- _____. (1957-58). **O Seminário, livro 5 – As formações do inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- _____. (1955/56) **O Seminário, livro 3 - As psicoses**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008d.
- _____. **O Seminário, livro 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. (1954). **Seminário 1: Los escritos técnicos de Freud**. Infobase, versão eletrônica.
- LEITE, N. V. A. Teorias sexuais infantis: uma reflexão sobre o corpo linguagem. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.8, n. Esp., p. 277-289, jun 2007. ISSN: 1676-2592. Disponível em <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/1738/1581>. Acesso em 05 ago 2012.
- LEW, R. A denegação na obra de Freud. **Revista Le Coq-Héron**, nº55, Paris, 1976. Trad. David Lévy para a Revista da Escola Freudiana de São Paulo. São Paulo, 1980.
- LE GAUFEY, G. **El sujet según Lacan**. Buenos Aires, El cuenco de plata, 2010.
- _____. **El notodo de Lacan. Consistencia lógica, consecuencias clínicas**. Buenos Aires, El cuenco de plata. 2007.
- _____. **L'incomplétude du symbolique: de René Descartes à Jacques Lacan**. Paris: E.P.E.L., 1996.
- MAGIOLINO, L.L.S. & SMOLKA, A.L.B. **Afeto e emoção no diálogo de Vygotsky com Freud: apontamentos para a discussão contemporânea**. 32ª. reunião anual da Anped. Sociedade, cultura e educação: novas regulações? GT 20. 2009. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT20-5545--Int.pdf> . Acesso em 08 Nov 2012.
- MILÁN-RAMOS, J.G. Texto e transmissão em psicanálise: o caso da psicobiografia. *In*: MILÁN-RAMOS, J.G. & LEITE, N.V.A. **Terra-mar. Litorais em psicanálise**. Campinas: Mercado de Letras, 2010. P. 131-150.

- MILLER, J. A. **Curso de Orientação lacaniana III, 11. Coisas de fineza em psicanálise.** Inédito, aula de 10/12/2008, p. 59-60. Disponível em <http://institutopsicanalise-mg.com.br/horizontes/textos/licoes.pdf> . Acesso em 30 nov 2012.
- MILNER, J.-Cl. Linguística e Psicanálise (1992). **Rev. Estud. Lacanianos**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-07692010000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 jul. 2012.
- MILNER, J.-Cl., Sens opposés et noms indiscernables: Abel comme refouléd'E. Benveniste, **Le périple structural**, Paris: Seuil, 2002, p. 65-85.
- MOURA, H.M.M. Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. 1, Feb. 1998 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Oct. 2012.
- NEGRONI, M.M.G. La teoría de la argumentación en la lengua: presupuestos teóricos. **Signo & seña**. Nº. 9. Jun. Buenos Aires: Faculdade de Filosofia e Letras-UBA. p.23-43, 1998.
- NETO, O. F. **O afeto na psicanálise e as dificuldades de sua operacionalização.** (s/d) Disponível em <http://www.fafich.ufmg.br/atividades/afetos/teste1/67/trabalho1.pdf>. Acesso em 08 nov 2012.
- POMMIER, G. **Qué es lo “real”?** **Ensayo psicoanalítico** – Traducción de Nilda Prado, 1ª Ed., Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2005.
- PORGE, E. **Jacques Lacan, um psicanalista: percurso de um ensino.** Tradução de C. T. G. de Lemos, N. V. A. Leite e V. Veras. Brasília: Editora da UnB, 2006.
- PORGE, E. **Transmitir la clínica psico-analítica.** Freud y Lacan hoy. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007.
- ROUDINESCO, E. & PLON, M. **Dicionário de Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- RUBIÃO, L.L. A comédia e a ruptura dos semblantes: notas sobre “as nuvens”, em *Lituraterra. Ágora*. (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, Dec. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 06 Nov. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-14982006000200007>.
- SAFATLE, W. **A paixão do negativo.** *Lacan e a dialética*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 5^a. ed. São Paulo : Cultrix. 1973.

TEIXEIRA, A. **A soberania do inútil e outros ensaios de psicanálise e cultura**. São Paulo: Annablume, 2007.

VIEIRA, M. A. **A ética da paixão: uma teoria psicanalítica do afeto**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.